

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 2: Processos tecnológicos e redes sociais
Linha Temática: Geotecnologias, Design e Mídias Digitais

VINICIUS DE OLIVEIRA NEPOMUCENO

PORTAL PATAXÓ: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE
INDÍGENAS DE PORTO SEGURO - BAHIA

Salvador/BA

2017

VINICIUS DE OLIVEIRA NEPOMUCENO

**PORTAL PATAXÓ: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE
INDÍGENAS DE PORTO SEGURO - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Tecnologias Aplicadas à Educação.

Área de Concentração 2: Processos Tecnológicos e Redes Sociais.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Natanael Reis Bomfim

Salvador/BA

2017

N441

Nepomuceno, Vinicius de Oliveira

Portal Pataxó: contribuições a partir das memórias de indígenas de Porto Seguro - Bahia / Vinicius de Oliveira Nepomuceno. 135f. il.

Orientador: Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Salvador, 2017.

1. Índios Pataxós - Territorialização. 2. Índios Pataxós – Sites da Web. I. Bomfim, Natanael Reis. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

CDD: 980.41

FOLHA DE APROVAÇÃO

“PORTAL PATAXÓ: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE INDÍGENAS DE PORTO SEGURO - BAHIA

VINICIUS DE OLIVEIRA NEPOMUCENO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), Área de concentração 2: Processos tecnológicos e redes sociais, em 22 de fevereiro de 2017, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), composta pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal – UQAM/ Canadá

Prof. Dr. José Antônio Carneiro Leão
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso de Oliveira
Faculdade Integradas Ipiranga (FACIIP/ UNIBAHIA)
Doutorado em Educação e Contemporaneidade (UNEB)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pelo zelo com os caminhos que passei, agradeço pelas pessoas que o Senhor colocou em meu caminho. Algumas delas me proporcionaram inspiração, outros me ajudaram, alguns me desafiaram e assim me encorajaram a ser melhor. O maior agradecimento para ela que a vida inteira acreditou e investiu em mim, minha mãe, Alcemira Nepomucena, meu maior exemplo. Ao meu pai Carlos Nepomuceno. Meu irmão e coligado Juliano Fraga.

Agradeço imensamente a minha linda e amada esposa Dilene Botelho Nepomuceno, pela compreensão com as minhas ausências em quase todos momentos “rs rs”, pela parceria de sempre, e pelo amor e carinho que eu sempre recebi toda minha família.

Um agradecimento especial a todo povo Pataxó, em especial aos indígenas da Reserva da Jaqueira, Aldeia Mãe Barra Velha e Aldeia Velha. Um abraço aos agora amigos, Juari Pataxó, Karkaju Pataxó e o professor indígena Eurico Lourenço Sena, a todo colegiado do curso de licenciatura indígena do IFBA de Porto Seguro – BA.

Não poderia deixar de agradecer a minha ex-diretora e amiga a professora Selma de Sousa, a quem serei eternamente grato pelo grande apoio na construção do pré-projeto o qual culminou no meu ingresso no programa de mestrado.

A todas as amigas construídas durante a caminhada no mestrado, mas em especial os de maior identificação, os quais também são conhecidos como “Os Tops”: Antônio, Cosme, Diele, Patricia e Murilo.

Aos parceiros que a vida me deu Gregory Botelho, Sílvia Letícia, Vanilson Cunha, Alexsandro Vitória.

Ao professor Natanael Reis Bomfim, meu ilustríssimo e cobiçado orientador, que foi um grande companheiro nessa jornada, acreditou no nosso projeto desde o início, e me guiou durante toda a pesquisa, jamais permitindo que o desânimo por conta das dificuldades prejudicasse a pesquisa.

Aos professores avaliadores da banca de defesa, José Antônio Carneiro Leão e Carlos Eduardo Carvalho de Santana, por aceitarem colaborar com esta construção e realização de um sonho, assim como a professora Guiomar pelas contribuições durante a banca de qualificação.

RESUMO

O presente trabalho buscou identificar os aspectos das memórias dos povos indígenas Pataxó de Porto Seguro/BA, afim de contribuir para a construção de um portal sobre cultura, território e identidade destes povos. Para tal, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia participante, destaca-se a colaboração constante dos sujeitos envolvidos, nesse caso, as lideranças Pataxó da região, numa proposta de intervenção que oportunizou a execução de constantes reuniões no processo de desenvolvimento. Assim, a coleta de dados envolveu a aplicação de instrumentos de captação documental e bibliográfica, bem como, a partir da observação assistemática e aplicação de entrevista semiestruturada. Autores como Bomfim (2009), Murphy (2004), Hinch e Butler (1996), Faria (2000), Menezes (2002), Ratzel (1990), Raffestin (1993), Milton Santos (1994, 2007), Le Goff (2003), Brito (2010), Hetkowski (2010), Korte (2001) e Câmara (2001) entre outros estudiosos, são referências que sustentam a base conceitual do que se propôs estudar. Os resultados obtidos sinalizam que, mesmo depois de mais de 500 (quinhentos anos) de colonização, e desrespeito com os direitos dos povos indígenas, as tímidas iniciativas do governo para suprir as suas necessidades infelizmente não atendem o mínimo da expectativa destes povos. As grandes dificuldades percebidas por estes sujeitos, sejam de caráter social, territorial ou sustentável favoreceram ao longo de todos estes anos um grande processo de aculturação. Ainda assim o ecoturismo praticado na região, vem mesmo que de forma espetacularizada, favorecendo a sobrevivência das comunidades locais, e até mesmo na manutenção das suas tradicionalidades e a proteção de seus territórios. Incorpora-se como produto deste mestrado profissional, o desenvolvimento de um portal colaborativo, acessível a toda comunidade, o qual apresenta subsídios autênticos sobre as comunidades pesquisadas, afinal o material nele armazenado foi construído com envolvimento dos sujeitos estudados.

Palavras-chave: Indígena, Pataxó, Costa do Descobrimento, Porto Seguro, Bahia, Territorialização, identidade, memória.

ABSTRACT

The present work sought to identify the aspects of the memories of the Pataxó indigenous peoples of Porto Seguro / BA, in order to contribute to the construction of a portal on the culture, territory and identity of these peoples. To that end, this research was developed based on a participant methodology, the constant collaboration of the subjects involved, in this case, the Pataxó leaderships of the region, in a proposal of intervention that opportunized the execution of constant meetings in the process of development. Thus, data collection involved the application of documentary and bibliographic capture instruments, as well as, from the unsystematic observation and the application of a semi-structured interview. In this paper, we present the results of a review of the literature on the subject of the literature on the subject and of the literature on the subject. Authors such as Bomfim (2009), Murphy (2004), Hinch and Butler (1996), Faria (2000), Menezes (2002), Ratzel (1990), Raffestin 2003), Brito (2010), Hetkowski (2010), Korte (2001) and Câmara (2001) among other scholars are references that support the conceptual basis of what we propose to study. The results show that, even after more than 500 (five hundred years) of colonization, and disrespect for the rights of indigenous peoples, the timid initiatives of the government to meet their needs unfortunately do not meet the minimum expectations of these peoples. The great difficulties perceived by these subjects, be they of a social, territorial or sustainable character, have favored throughout all these years a great process of acculturation. Even so, the ecotourism practiced in the region comes even spectacularly, favoring the survival of local communities, and even maintaining their traditional traditions and the protection of their territories. The development of a collaborative portal, accessible to the entire community, which presents authentic subsidies on the researched communities, is incorporated as a product of this professional master's degree, after which the material stored in it was built with the involvement of the studied subjects.

Keywords: *Indigenous, Pataxó, Coast of Discovery, Porto Seguro, Bahia, Territorialization, identity, memory.*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADOC – Análise Documental

ACFAS – Congresso da Associação Franco-Canadense para Melhoria das Ciências

AI – Aldeia Indígena

ABIPA-BV – Associação Dos Bugueiros Indígenas Pataxó Da Aldeia Barra Velha

APAPEM – Associação Pataxó Da Aldeia Pé Do Monte

ASPECTUR – Associação Pataxó de Ecoturismo

CD – Costa do Descobrimento

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GAIPA – Grupo de Apoio aos Índios Pataxó

GIPRES – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sociedades Sustentáveis

GPS – *Global positioning system*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MPF – Ministério Público Federal

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PCI – Portal Colaborativo e Interativo

PDPI - Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas

PEC – Proposta de emenda constitucional

PIP – Povo indígena pataxó

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SI – Superintendência indígena

STF – Supremo Tribunal Federal

TIC – Tecnologia da Informação e comunicação

CCJC – Comissão de constituição e justiça e cidadania

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ritual de dança típica dos Pataxó.....	20
Figura 2: Zoneamento Turístico na região do Sul da Bahia	23
Figura 3: Mapa Costa do Descobrimento	24
Figura 4: Mapa Aldeia Barra Velha	71
Figura 5: Jaqueira que deu nome à Aldeia.....	74
Figura 6: Guigeme Pataxó.....	75
Figura 7: Mapa Aldeia Velha	76
Figura 8 : Delineamento da Metodologia.....	82
Figura 9 - Primeira Versão do Portal	88
Figura 10 - Primeira versão online do site	88
Figura 11 - Página inicial do site (Parte 1)	90
Figura 12- Página inicial do site (Parte 2)	91
Figura 13 - Página inicial do site (Parte 3).....	92
Figura 14 - Treinamento administração do portal.....	93
Figura 15 - Histórico mensal de acessos Portal Pataxó	94
Figura 16 - Resumo de curtidas FanPage.....	94
Figura 17 - Ritual Awê dos Pataxó.....	108
Figura 18 - Casamento Tradicional indígena.....	109
Figura 19 - Tora tradicional do casamento Pataxó.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perda de identidade indígena.....	97
Quadro 2 – Importância do registro das memórias dos indígenas.....	99
Quadro 3 – O valor do território indígena.....	100
Quadro 4 – Transformação do povo indígena.....	101
Quadro 5 – Educação diferenciada indígena.....	103
Quadro 6 – Luta pela igualdade via Lei 11.645.....	104
Quadro 7 – Turismo em aldeias indígenas.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena.....	21
Tabela 2 - Terras indígenas reconhecidas pela FUNAI.....	52
Tabela 3 - Levantamento de gênero.....	96

SUMÁRIO

1. IHABNKA... ANDANÇAS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO E INTERLOCUÇÃO COMO MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA	12
1.1. Contextualizando o cenário indígena no Brasil e na Costa do Descobrimento ..	17
1.2. Violência contra povos indígenas	26
1.3. Extermínio indígena via congresso nacional	33
1.4. Delineamento e propositiva de pesquisa.....	35
2. UHÃDXÉ, TECENDO AS BASES CONCEITUAIS DO ESTUDO	37
2.1. A relação intrínseca de cultura e turismo	37
2.2. Aspectos etnográficos do território, memória e identidade indígenas	43
2.3. Os indígenas e o direito pela terra: o movimento indígena brasileiro	52
2.4. Potencialidade das geotecnologias para preservação da memória e identidade dos povos indígenas	56
3. O ESTUDO E SEU TRIOKÁ: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	63
3.1. A pesquisa participante e seus elementos	68
3.2. Descrevendo o lócus e os sujeitos da pesquisa.....	69
3.3. Elaborando os instrumentos de coleta de dados.....	78
3.4 Método de análise e interpretação dos dados.....	83
4. NAWÃ: COLHENDO OS FRUTOS DO ESTUDO	85
4.1. Primeiros encontros: o processo de análise e desenvolvimento do portal	85
4.2 Elementos da memória e da cultura: imagens e discursos dos povos indígenas pataxó	95
5. APIBA, CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ESCOLHA DO NOME DO PORTAL.....	128
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ALIMENTAR O PORTAL PATAXÓ.	129
APÊNDICE C – ROTEIRO 2 - COMPLEMENTAR PARA ENTREVISTA	130
APÊNDICE D - TUTORIAL DE PUBLICAÇÃO DE ARTIGO	131

1. IHABNKA... ANDANÇAS E SIGNIFICADOS DA FORMAÇÃO E INTERLOCUÇÃO COMO MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA

A presente dissertação, está dividida em quatro capítulos, considerações finais, referências e apêndices. No primeiro capítulo, denominado *Ihábnká*¹. **Andanças e significados da formação e interlocução como motivação para a pesquisa**, abordo uma panorâmica da minha contextualização do objeto de estudo: cultura dos povos indígenas do Sul da Bahia e sua relação com as tecnologias digitais, assim como abordo a violência contra povos indígenas no sentido geral, e a violência burocratizada praticada pelo congresso nacional, como base para formular a questão de pesquisa.

No segundo capítulo *Uhãdxé*², **Tecendo as bases conceituais do estudo**, apresentamos os aspectos conceituais que embasam a investigação. Neste momento, além do meu discurso, são trazidos outros interlocutores que farão o diálogo necessário para o entendimento das diversas categorias da análise desse estudo: a começar pelo conceito de turismo apresentado por Murphy (2004), turismo em comunidades indígenas por Hinch e Butler (1996) e Smith (2006), turismo sustentável por Hunter E Green (1995), etnoturismo por Swain (1989) e ecoturismo por Faria (2000).

A continuação deste capítulo se dá a partir da discussão do conceito de cultura apresentado por Menezes (2002) e Trigo (2000). Adentrando assim nos conceitos etnográficos de território, memória e identidade, no campo da antropologia e geografia a partir das visões de Bomfim (2009), Ratzel (1990), Raffestin (1993), Milton Santos (1994, 2007), Le Goff (2003) e Costa & Costa (2008). Como forma de entendermos o processo de territorialização dos espaços de experiências e práticas dos indígenas, envolvendo o turismo e a educação com, Oliveira (2006), Mauro (2011) Machado (2009) e Santilli (1999). A utilização dos seus mitos e ritos como base para a preservação da memória e identidade indígena, assim como a constituição do movimento indígena brasileiro por Luciano (2006).

Por fim, esses conceitos teóricos são ancorados às potencialidades das geotecnologias como possibilidade da preservação da memória e identidade dos povos indígenas. À luz de Brito (2010), Hetkowski (2010) e Fitz (2005) conceituamos

¹ Palavra do idioma Patxôhã, dos índios Pataxó, que significa Início.

² Palavra do idioma Patxôhã, dos índios Pataxó, que significa Ideia.

as geotecnologias na atualidade e como os indígenas as utilizam como forma de ampliar, interpretar os seus espaços de vida. Para além, discutiremos sobre *sites* em formato de portais segundo Baroni (2005), Barbosa (2004), Kranen (2001) e Sistema de Informação Geográfica (SIG), segundo Korte (2001) e Câmara (2001).

Descrevemos no terceiro capítulo “**O estudo e seu Trioká³: Trilhando os caminhos metodológicos da pesquisa**”, os desdobramentos metodológicos da investigação, abordando os pressupostos epistemológicos da pesquisa participante, o *lócus* do estudo, os partícipes e os métodos de análise de dados, concluindo com o processo de desenvolvimento do Portal Colaborativo (PCI).

No **Nawã⁴: Colhendo os frutos do estudo**, apresentamos a análise dos resultados deste estudo, a partir do discurso dos representantes Pataxó. Finalmente, a partir dos resultados, finalizamos como as reflexões e sugestões serão tecidas, a qual chamamos de **Considerações Reflexivas. Apiba⁵**.

Começo então com uma imagem da minha formação acadêmica que se entrelaça com as histórias de outros sujeitos, amigos, estudantes, professores, participantes de pesquisa, pesquisadores. Esses são interlocutores que emprenham o contexto do meu objeto de estudo, e compartilham memórias, individuais e coletivas, materializadas nos diversos espaços sociais⁶ da minha caminhada, entre outros que de alguma forma estão inseridos na comunidade indígena pataxó.

Apresento discursos tecidos a partir de uma breve história da minha formação e que se identificam com os contextos histórico, social e geográfico dos povos indígenas do Sul da Bahia. Assim, me inspiro no idioma Patxôhã, dos indígenas pataxós, e pela palavra **ihabnka** emprestada a esse texto para expressar o começo de tudo.

Assim, venho tecendo as redes de uma caminhada, com fios de pensamentos que descrevem um emaranhado de fatos e ideias que nos distanciam das certezas, mas certamente nos aproximam das dúvidas. Particularmente, busco recordar minhas origens, revelar algumas imagens e registros que me levaram,

³ Palavra do idioma Patxôhã, dos índios Pataxó, que significa Caminho.

⁴ Palavra do idioma Patxôhã, dos índios Pataxó, que significa Frutos.

⁵ Palavra do idioma Patxôhã, dos índios Pataxó, que significa Final

⁶ Lefebvre (2006) conclui que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o *lócus* de coexistência de maneiras de viver a vida em sociedade, da pluralidade e das simultaneidades de padrões.

inevitavelmente, a estudar a cultura de indígenas de Porto Seguro - Bahia⁷ no seu espaço cotidiano, como forma de contribuir no desenvolvimento de um portal que registre a história e memória dos Pataxós.

Em um recorte de tempo, registro no ano de 2006 minha trajetória como profissional da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na cidade de Teixeira de Freitas/BA, quando ingressei no curso de Ciência da Computação na Faculdade Pitágoras - Campus Teixeira de Freitas. Na época, as atividades exercidas como estudante, especificamente na área técnica, possibilitaram um melhor desenvolvimento e entendimento do conteúdo ministrado na Instituição de Ensino Superior (IES), sendo que a cada dia novas situações práticas se apresentavam, em minha área de atuação.

Conforme avançava no curso da graduação, fui adquirindo experiências em empresas diversas. Tais experiências me permitiram entender melhor de processos tecnológicos, produção e análise de relatórios dinâmicos, arquitetura de computadores e gestão em tecnologia da informação. Porém, senti que o conhecimento obtido unicamente, na área das Ciências Exatas, não era suficiente para me tornar um profissional que eu desejava ser, sobretudo por um certo distanciamento e em alguns casos, uma dicotomia herdada do pensamento cartesiano, pragmático, que insiste em sustentar uma oposição: Humanas versus exatas.

Durante meu desenvolvimento profissional, sempre questioneei este engessamento e fragmentação do conhecimento, no processo de ensino/aprendizagem, por exemplo: durante minha graduação, percebia que a maioria dos meus professores de TIC tinham dificuldades para explicar o conteúdo, ou mesmo tornar mais didática as suas aulas, estas por sua vez eram tratadas com métodos “duros” que na maioria dos casos eram reduzidos com o intuito de simplificar o que de fato é o complexo processo de ensino/aprendizagem. Pude então notar a partir das leituras sobre a teoria da complexidade segundo Morin (2002, p. 456), que “A complexidade se impõe primeiro como a impossibilidade de simplificar. [...] o simples é apenas um momento arbitrário da abstração arrancando da complexidade, um instrumento de manipulação laminando um complexo”.

⁷ Cidade que conta com a população de 126.929 habitantes, tendo em sua totalidade 2.287,085 km² de área da unidade territorial, e uma densidade demográfica de 52,70 (habitantes/quilômetro²). IBGE 2010.

Morin (2006, p. 83) ainda afirma que “pensar e compreender a complexidade significa ter a consciência do risco e da incerteza”. Logo, entendemos que o pensamento complexo não recusa de modo algum a clareza, a ordem, o determinismo. Ele os considera insuficientes, sabe que não se pode programar a descoberta, o conhecimento, nem a ação. ” Estes argumentos me levam a crer que mesmo que a base material do estudo das TIC, seja considerada precisa e objetiva, ela está inserida em contextos subjetivos, com sentidos e significados que lhe são atribuídos no tempo e no espaço social. Vale ressaltar que segundo Lefebvre (1973, p. 17) o espaço social “é o lugar da reprodução das **relações de produção**. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço”.

Continuando a caminhada e andanças formativas, decidi trabalhar na construção de uma melhor compreensão do pensamento humanista, assim, no ano de 2009, decidi ingressar num Curso de Especialização *lato sensu* em Docência do Ensino Superior. Nesta perspectiva, analisando a ementa e conteúdos didáticos, do programa de curso, percebi que componentes curriculares tais que Didática I e II, Laboratório de Prática de Ensino, Metodologia da Pesquisa, dentre outras, poderiam contribuir na minha formação continuada, com conhecimentos que modificariam minha prática pedagógica no processo de ensino/aprendizagem, buscando entender o sujeito da aprendizagem como construtor de memórias nos diversos espaços sociais. A partir de então, iniciei a minha trajetória como educador.

No ano seguinte, em 2010, após ter concluído o curso, tive a oportunidade de ir morar em Porto Seguro/BA, onde comecei a trabalhar na minha área de formação original - analista de tecnologia da Informação e comunicação – TIC na empresa GOL Linhas Aéreas, onde me tornei coordenador da regional norte, nordeste e centro-oeste, tendo também a oportunidade de atuar também como professor/educador em cursos de formação profissional, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. A prática docente oportunizou lidar com a singularidade dos alunos, onde cada um trazia consigo experiências distintas de vida, níveis diferenciados de educação básica, entre outros elementos muito particulares e subjetivos.

Tentando oportunizar a melhoria de minha prática pedagógica, busquei, então, atividades que tornaram o processo de ensino/aprendizagem, mais significativo, não somente para quem aprende, mas também para mim agente formador de ensino. Assim, com discentes, em sala de aula, construímos instrumentos didáticos;

desenvolvemos portais colaborativos, jogos técnicos digitais, vídeos-aula, textotutoriais e atividades com sala de aula invertida. Nesta dinâmica, a coparticipação na direção que o conteúdo tomava, gerou uma melhoria no interesse dos discentes, e, por consequência, um impacto mais significativo em sua aprendizagem. No ano de 2011, me tornei professor de nível superior no curso de Sistemas de Informação na instituição, Unesulbahia Faculdades Integradas. Dois anos depois, consolidando minha carreira como professor/educador, comecei a trabalhar no Instituto Federal da Bahia (IFBA) - Campus de Porto Seguro/BA.

No IFBA, ao desenvolver meu trabalho como professor/educador, na educação básica, superior e através dos Cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, do qual também participei como educador/formador, passei a ter mais contato com a Comunidade Acadêmica Indígena, tendo em vista que este campus conta com o curso de licenciatura indígena, possuindo inclusive, professores indígenas e não indígenas com especialização.

Ao tempo em que fui me envolvendo com os alunos de origem indígena, que estudavam no campus do IFBA de Porto Seguro - BA, fez-se necessário um conhecimento mais aprofundado da localidade desse estudo, assim através de leituras sobre o tema, conversas com alguns indígenas e em especial a partir de visitas as aldeias, pude me apropriar melhor deste conhecimento. Até aqui foi-se possível perceber que a partir dos dados apresentados, estes trazem informações de certa forma, bem restritas, contendo dados produzidos muitas vezes de forma discriminatória, e com fins apenas turísticos.

Em meio às minhas reflexões lembrei da frase dita outrora pelo grande filósofo ateniense do período clássico, Sócrates (470 ou 469 a. C.). Ele dizia que "Só é útil o conhecimento que nos torna melhor". Desta forma, busquei alternativas para aliar o meu campo de atuação - TIC, com o contexto do território o qual estou inserido e do qual me engajei como educador/professor/pesquisador.

Outra importante decisão estratégica precisava ser tomada, cheguei à conclusão que a sistematização das ideias que eu tinha sobre a educação e a necessidade de tornar útil o conhecimento que eu vinha obtendo com as minhas experiências nas diversas salas de aula precisavam ser formalizadas. Assim ingressei no segundo semestre de 2014, como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Gestão Tecnologia Aplicado à Educação GESTEC. Estes primeiros meses como aluno especial foram fundamentais para consolidação da necessidade que eu tinha

de aprofundar meus conhecimentos, a minha didática, e acima de tudo sistematizar a minha vontade de contribuir com um projeto útil para a sociedade que estou inserido.

Em outubro de 2014 submeti o projeto para seleção do mestrado, e graças a Deus ele foi aprovado, tendo iniciado as aulas no primeiro semestre de 2015. Logo de início fui agraciado com a oportunidade de participar do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sociedades Sustentáveis (GIPRES), o qual tem como líder, o meu orientador professor Natanael Bomfim. No grupo passei a ter contato com outros pesquisadores, de diversas áreas de formação, e nos fóruns formativos pude compartilhar a caminhada da minha pesquisa, explanar sobre os conteúdos os quais me foram orientados a estudar, e acima de tudo, pude ouvir as mesmas experiências dos outros colegas, os quais na maioria dos casos estavam ou em programas de mestrado, ou em programas de doutorado.

1.1. Contextualizando o cenário indígena no Brasil e na Costa do Descobrimento

Como aluno regular do programa de mestrado, e galgando caminhos para me tornar de fato um pesquisador, se fez necessário um entendimento sobre o material de consulta escasso disponibilizado sobre os indígenas no Brasil e em especial sobre o povo pataxó. Dessa forma afim de direcionar minha investigação para a perspectiva de aplicação da tecnologia à educação, procurei entender como pensam e agem os povos indígenas, afim de mitigar a reprodução conceitos (pré)estabelecidos, e assim comecei observando o cenário nacional.

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 (Art. 26), a educação é a melhor ferramenta na transformação social. Crianças, adolescentes, jovens e adultos educados tendem a não ceder aos costumes das massas, e a partir do ato de pensar, não apenas reproduzir. Esta declaração afirma que a educação permitirá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. O que acredito ser mais pertinente neste texto é o fator da educação como motivador do processo de aceitação e compreensão das diferenças. Uma maneira de se alcançar este caminho é trabalhar a partir de uma maior imersão sobre o cotidiano destes povos, desta forma respeitando o próximo, afim de desenvolver uma vivência mais cativa e amistosa.

Quando se fala em racismo no Brasil é comum as pessoas remeterem a preconceito contra povos de pele negra, acontece que por este grupo ser a maioria da população, eles acabam por receber maior expressividade no geral. Mas o que as vezes fica esquecido é que existe também uma parcela da sociedade que passa pelas mesmas discriminações, ou até piores, os chamados peles vermelha. Este grupo que e por inúmeras vezes são tratados como invisíveis por grande parte dos brasileiros conseguiu no dia 13 de setembro do ano de 2007 em assembleia geral da ONU realizada em Nova Iorque a chamada "Declaração sobre o Direito dos Povos Indígenas" (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNIC, 2008). O documento traz consigo uma compilação das reivindicações dos povos indígenas espalhados em todo o mundo. A carta é iniciada registrando a igualdade dos povos, em seguida trata do reconhecimento do direito de todos os povos serem diferentes e serem respeitados como tal. Trata ainda da riqueza encontrada na diversidade das civilizações e culturas (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNIC, 2008).

O documento complementa a afirmação de que todas as doutrinas, políticas e práticas baseadas na superioridade de povos, alegando razões de origem nacional, ou diferenças raciais, religiosas, éticas ou culturais são racistas, cientificamente falsas juridicamente invalidadas, moralmente condenáveis e socialmente injustas (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNIC, 2008). Dessa forma, afim de trabalhar a partir da afirmação apresentada pelo artigo 26 da (DUDH), sobre a educação como ferramenta de transformação social, precisamos para educar, primeiramente, ter informações que sejam de certa forma confiáveis, e que acima de tudo representem a realidade dos atores sociais.

Falando sobre indígenas entendemos, que essas informações escamoteiam a realidade desses atores, uma vez que elas são produzidas por outros sujeitos, imbuídas de conceitos pré-estabelecidos sobre a vida destes povos. Para ilustrar essas ideias, na contemporaneidade, ainda existe, por muitos, o pensamento equivocado e sustentado por representações preconceituosas e estereotipadas em que indígenas vivem apenas na mata, que estes não têm acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC) e, conseqüentemente, não acompanham a evolução da sociedade. Um dos exemplos que esta conclusão é extremamente equivocada aconteceu nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas de 2015, evento que aconteceu de 23 de outubro a 1 de novembro de 2015 em Palmas (TO) com a presença de mais

de dois mil atletas de 30 países, onde segundo artigo publicado site brasil.gov.br “Os atletas brasileiros de várias etnias ocuparam também a "Oca Digital" para participar das oficinas de tecnologia conduzidas por instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC”. Foram oferecidas oito oficinas para os indígenas, com os temas "comunicação em mídias sociais", "criando blogs interativos", "tratamento e edição de imagens" e "web conferências: facilidades e vantagens". Os cursos reuniram cerca de 30 alunos por dia (BRASIL, 2015).

Segundo entrevista de um dos Instrutores do Senac as demandas foram apresentadas pelo Comitê Intertribal Indígena, que organiza os jogos. A aluna Nahuria Javaé, do Tocantins, realizou o sonho antigo de criar um blog para divulgar a cultura e os costumes do povo Javaé (BRASIL, 2015). Para ilustrar esse discurso apresentamos a proposta da aluna:

Estamos participando para poder aprender e ajudar outros índios. Minha proposta é colocar no blog os vídeos dos rituais, as festas culturais para poder mostrar para os outros tudo que nós fazemos na nossa aldeia. Eu quero que o blog também sirva para manter contato com outras etnias Nahuria Javaé (BRASIL, 2015).

Ainda, demonstrando a participação de povos indígenas com as tecnologias da informação e comunicação – TIC, podemos citar o caso da Luciana Rakibata, de Mato Grosso, que buscou aprender algo tecnicamente mais simples: criando e utilizando uma conta de e-mail. (BRASIL, 2015). Assim, ela explica: “Eu queria usar o e-mail para poder ter contato com outras pessoas. A primeira vez que eu fiz um e-mail não sabia como enviar mensagens, mas agora que eu aprendi, estou achando muito bom” (BRASIL, 2015).

Entretanto ainda existe uma série de entraves que irão dificultar a acessibilidade, nesse sentido podemos citar as dificuldades relacionadas com a implantação e manutenção de infraestrutura tecnológica nas aldeias, muitas delas ficam em localidades remotas se comparadas com a zona urbana, em muitos casos não existe nem energia elétrica, muito menos internet. Ilustrando esta realidade podemos observar a fala de Luciana ao dizer que só vai poder acessar o novo e-mail nas aldeias vizinhas que ficam a mais de 14 quilômetros de distância”. “Seria bom se também tivesse internet lá” (BRASIL, 2015).

Este cenário, no entanto, vem ainda que a passos curtos mudando, exemplo disso são programas federais como o “Ponto de Cultura”⁸, onde iniciativas de inclusão são estimuladas via convênios. Podemos citar a aldeia Kravari, do povo Manoki, no município de Brasnorte – MT, onde através de convênios a internet chega via rádio. No estado do Mato Grosso a ação é coordenada pela Secretaria de Cultura, e vale ressaltar que o convênio inclui compra de material multimídia, como câmera fotográfica e filmadora, tendo como intuito possibilitar aos indígenas da região, meios para que estes possam registrar a própria história (WERNECK, 2016).

Na Bahia, mais especificamente na Costa do Descobrimento⁹, podemos citar atuação do Ponto de Cultura através do projeto “*Saberes, fazeres e memória do Povo Pataxó - Aldeia Velha*”. O qual teve como objetivo garantir a promoção, o registro e a divulgação dos saberes, fazeres e da memória Pataxó da Comunidade Indígena de Aldeia Velha, localizada no Arraial d’Ajuda (Porto Seguro). O trabalho foi executado na reserva pataxó da Aldeia Velha¹⁰ que foi criada em 2007, estando está situada a 06 km da Aldeia Velha, em Arraial D’Ajuda e ocupa uma área de 2010 hectares em plena Mata Atlântica tendo como um dos principais objetivos as atividades de turismo ecológico nessa área que é de preservação permanente da aldeia, possibilitando mais uma fonte de renda para as famílias e atualmente complementada pela implantação do turismo étnico.



Figura 1: Ritual de dança típica dos Pataxó
Fonte: Pataxó Turismo (2016)

⁸ É uma entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. São uma base social com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade.

⁹ Localizada no Parque Nacional do Descobrimento, que tem reconhecimento mundial. Região considerada uma das mais importantes para a conservação da biodiversidade do planeta, estando desta forma presente em acordos e Programas Internacionais para a conservação da biodiversidade mundial (INSTITUTO CHICO MENDES, 2014).

¹⁰ Denominação atribuída, pois, após estudos e pesquisas, foram encontradas provas materiais com a descoberta de sambaquis com cerca de 5 metros de altura por 7 metros de largura e fornos, o que comprovou que a região foi habitada pelos ancestrais.

Foram realizadas oficinas de música, dança e história oral, de inclusão digital na área de desenvolvimento de novas tecnologias contribuindo para o resgate e afirmação da identidade indígena e geração de ocupação e renda na aldeia (BAHIA, 2016). Os anciãos da aldeia foram motivados a contar suas experiências e vivências antigas, sendo registrados por meio audiovisual pelos integrantes do projeto. Esses arquivos ficaram disponíveis para utilização nas escolas e também puderam ser comercializados também na atividade turística na Reserva de Etnoturismo Pataxó da Aldeia Velha (BAHIA, 2016).

A realidade vivida pela população indígena no Brasil, pode ser vista também a partir dos dados do censo demográfico do IBGE de 2010, onde 817.963 pessoas se autodeclararam indígenas, destas 315.180 vivem em cidades. Fica claro que existe um número expressivo de indígenas domiciliados nas zonas urbanas, número que vem crescendo continuamente de acordo com os censos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 1). Pode-se conjecturar que existe um entendimento sobre a necessidade de auto capacitação por parte das comunidades indígenas, uma vez que a maioria dos indígenas que permanecem nas aldeias buscam no ecoturismo meios de sobrevivência, e dessa forma se capacitar para tal atividade se apresenta como necessário. Assim como, aqueles que migram para os meios urbanos, afim de conseguir melhores condições de vida, já que os territórios demarcados na maioria dos casos são insuficientes para comportar toda população de forma digna.

Tabela 1: População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena

	1991	2000	2010
Total (1)	146.815.790	169.872.556	190.755.799
Não indígena	145.986.780	167.932.053	189.931.228
Indígena	294.131	734.127	817.963
Urbana (1)	110.996.829	137.925.238	160.925.792
Não indígena	110.494.732	136.620.255	160.605.299
Indígena	71.026	383.298	315.180
Rural (1)	35.818.961	31.947.618	29.830.007
Não indígena	35.492.049	31.311.798	29.325.929
Indígena	223.105	350.829	502.783

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Algumas das causas desta migração estão ligadas com a mobilização por direitos básicos como moradia, transporte e educação. Vale lembrar que a população indígena não migrou para as cidades sozinha, eles fazem parte de um processo geral de urbanização, o qual aconteceu também com não indígenas, como pode-se observar na tabela 1 a população urbana era 75,6% em 1991, aumentou para 81,2% em 2000 e aumentou novamente em 2010 para 84,4%. Indo na contramão a população rural que era 24,4% em 1991 passou a ser 18,8% em 2000 e baixou para 15,6 em 2010. (IBGE, 2010). Antonio Brand (2007 *apud* CARVALHO, 2007), historiador da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande pondera que:

No Mato Grosso do Sul, as migrações são consequências das políticas públicas integracionistas que falharam, da criação de reservas pequenas e com uma visão de integração, da falta de demarcações de terras. Ao mesmo tempo em que o governo federal não demarca terras, as administrações locais fazem aldeias urbanas.

Antes de abordar a realidade indígena do município de Porto Seguro/BA, o qual estou inserido, vale salientar que o zoneamento turístico na região Sul da Bahia (Figura 2), foi determinado por critérios que agrupam atrativos. Assim, temos cinco zonas: Costa do Cacau; Costa do Dendê; Costa dos Coqueiros; Costa do Descobrimento e Costa da Baleia.

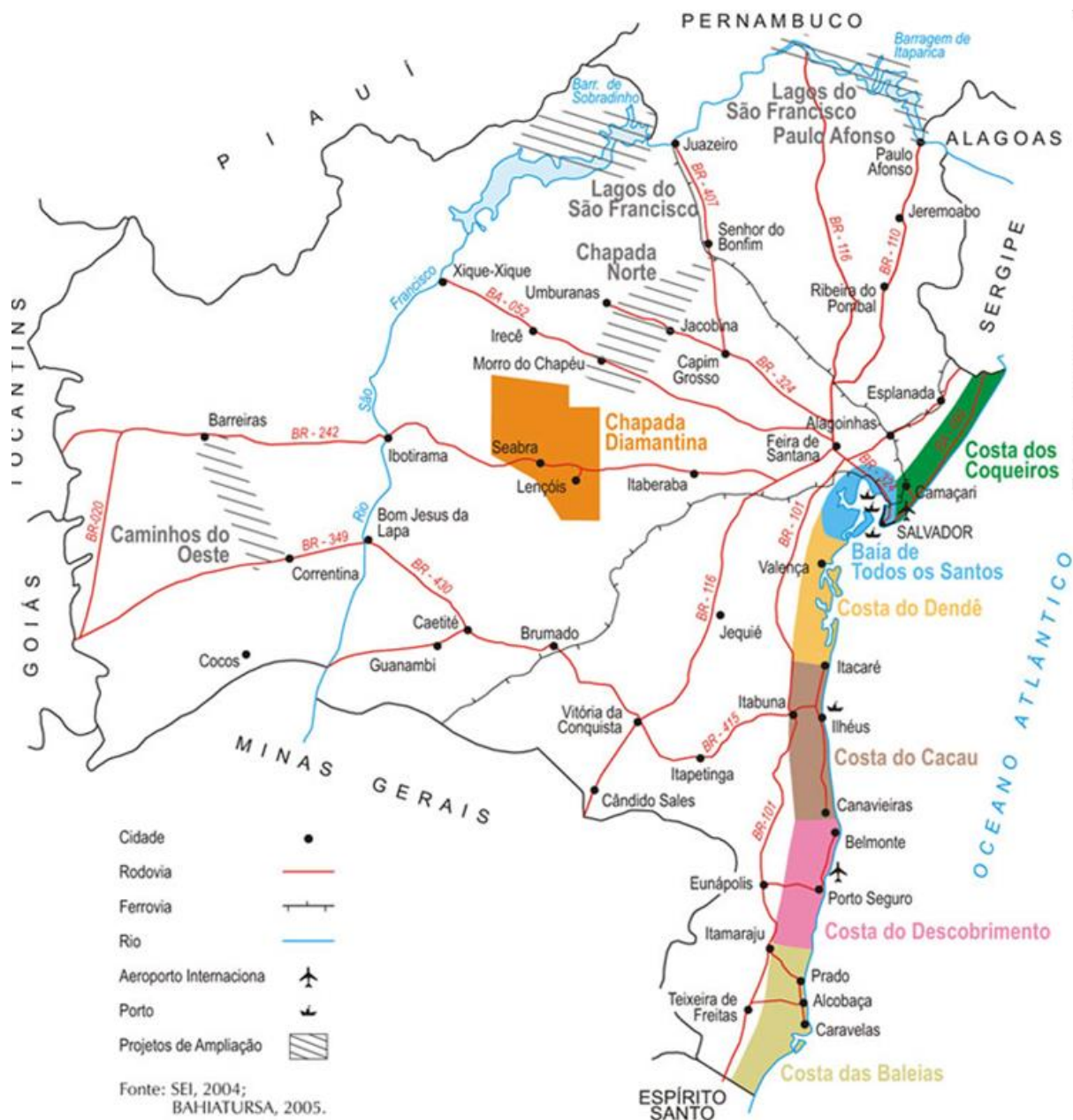


Figura 2: Zoneamento Turístico na região do Sul da Bahia
Fonte: SETUR/BA (2004)

Nesse sentido, se faz necessário uma apropriação de dados da região turística em questão, aqui identificada como Costa do Descobrimento (Figura 3) o qual contempla 8 municípios: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.



Figura 3: Mapa Costa do Descobrimento
Fonte: SEI/SEPLAN, (2012)

O Parque Nacional do Descobrimento fica localizada na região turística da Costa do Descobrimento¹¹, este por sua vez recebe reconhecimento mundial. Esta região é considerada um a das mais importantes para a conservação da biodiversidade do planeta, estando desta forma presente em acordos e programas internacionais para a conservação da biodiversidade mundial (INSTITUTO CHICO MENDES, 2014). Para se ter ideia da importância da região, que recebe a titulação de *hotspot*¹², o parque contempla 2% de território de Mata Atlântica coberto

¹¹ Critério de Zoneamento por agrupamento dos atrativos turísticos tais que Zona da Costa do Cacao; Zona da Costa do Dendê; Zona da Costa do Coqueiros; Zona da Costa do Descobrimento; Zona da Costa da Baleia.

¹² Conceito que foi criado em 1988 Norman Myers um importante consultor de grandes organizações como por exemplo Nações Unidas, Banco Mundial, academias científicas em vários países, e várias administrações em todo o mundo. Caracteriza uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original.

completamente por Unidades de Conservação, sendo de fato uma área assegurada, de proteção dos ecossistemas naturais.

Para incentivar a preservação dos bens culturais e naturais com o grande valor para humanidade, no ano de 1972 a UNESCO criou a chamada Convenção do Patrimônio Mundial. O acordo prevê que os países integrantes devem conservar não só os bens do patrimônio mundial presentes no seu país, e sim se comprometam a proteger o seu próprio Patrimônio Nacional (INSTITUTO CHICO MENDES, 2014).

O território da Costa do Descobrimento é considerado berço da história e da cultura do Brasil, e foi em 1999 tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, por conta do seu enorme valor do ponto de vista da ciência e da preservação do ecossistema de interesse universal, engloba uma área de 11.930 hectares. Inclui os Parques Nacionais de Monte Pascoal, Descobrimento e Pau Brasil, além de 23 áreas de proteção ambiental. A titulação de patrimônio natural da humanidade permite uma maior capacidade de manutenção da localidade, possibilitando ainda uma maior captação financeira a partir de recursos internacionais.

É importante saber que a região contempla a presença de indígenas, estes que se autodenominam Povo Pataxó, possuem registros históricos que comprovam a sua presença na região entre o rio Buranhém em Porto Seguro e a margem norte do rio São Mateus, no estado do Espírito Santo, desde o século XVI. Hoje são distribuídos em diversas aldeias situadas em diversos municípios como por exemplo Porto Seguro – BA e são identificados como oriundos da Aldeia Mãe chamada de Barra Velha, que fica localizada na região do Parque Monte Pascal.

Algumas destas aldeias fazem parte de roteiros turísticos, tais como a “Reserva da Jaqueira”, compondo uma reserva ecológica administrada pelos próprios indígenas, apoiada pelo turismo étnico local/regional, o que representa para a comunidade interna uma alternativa de divulgação cultural e economia sustentável, bem como a possibilidade de preservação.

É válido ressaltar também, que o turismo local vem sendo explorado com o intuito de gerar receitas para as demandas da comunidade, mas acima de tudo, o que mais incentiva essa proposta, é a valorização da cultura Pataxó, além de motivar os nativos e turistas a partir do conhecimento gerado, na preservação de seus recursos materiais e imateriais.

Assim, é que a Superintendência Indígena (SI) de Porto Seguro, juntamente com a Associação Comunitária Indígena Pataxó têm buscado iniciativas para incentivar o fortalecimento destes povos, através de ações como, a criação da Reserva da Jaqueira pelo decreto 1775/1996 e homologação em decreto de junho de 1998 a qual contempla uma extensão de 827 hectares.

A partir da criação da reserva gerou-se a necessidade de um maior gerenciamento, demanda que precisou ser assumida pelos próprios indígenas. O território na época de sua criação não tinha muita coisa, a não ser umas pequenas casas de palmeiras que eram obrigadas para as famílias. A sua consolidação perpassava pelo fortalecimento da cultura, pela busca de alternativas de sobrevivência e pela produção de sustentável de renda. Dessa forma foi resolvido que a reserva seria aberta para visitação turística. O passeio demonstra ao visitante um pouco do cotidiano do povo indígena, isso ocorre a partir de palestras, caminhada em trilhas, e trabalho com respiração de ar puro para demonstrar a importância da preservação da mata atlântica.

Para almejar apoio do governo, criou-se em 1998 o Instituto Pataxó de Ecoturismo ASPECTUR, a partir dessa iniciativa o primeiro projeto pelo ministério do meio ambiente com recurso do governo federal foi alcançado, o qual tinha como objetivo a estruturação dos kijêmes (casa tradicional indígena) de palestra dos visitantes, além da criação de um viveiro para 2000 (duas mil) mudas de árvore nativas que são comercializadas para ajudar na renda das famílias.

Outra iniciativa importante são os "Jogos Indígenas Pataxó", que acontecem todo ano em Porto Seguro/BA. No ano de 2014, segundo a Comissão Organizadora entre os dias 13 a 16 de novembro, movimentou mais de 800 atletas, 2 mil alunos da iniciativa pública e privada, além de diversos turistas nacionais e internacionais. A valorização destas iniciativas se estrutura como grandes fatores motivadores para este trabalho.

1.2. Violência contra povos indígenas

Outra questão contextual importante a respeito das comunidades indígenas, diz respeito as incontáveis tentativas de extermínio por parte do homem branco. A constituição federal brasileira de 1988 representa o marco legal das atuais lutas contra a violência sofrida pelos indígenas brasileiros, porém essas histórias de genocídio têm

raízes ainda em 1500, quando após a invasão do Brasil por parte dos colonizadores portugueses, estes definiram os nativos como silvícolas, compreendendo a organização destes povos a partir de tribos, esta por sua vez uma organização primitiva a qual deveria ser absorvida pela sociedade brasileira. Avanços legais aconteceram por exemplo em 1916, quando o instituto da relativa incapacidade inscrito no código civil deste ano, dava ao Estado a tutela dos povos indígenas, e assim sobre as suas vontades. Este projeto que se apresentava de forma política para criar uma falsa sensação de proteção física aos povos indígenas, na verdade foi um massacre cultural, afinal órgãos do governo criados para esta finalidade (SPI - Serviço de Proteção dos Índios, 1910) e a (Funai - Fundação Nacional do Índio, 1967) nunca impediram os genocídios indígenas ocorridos em toda parte do Brasil até o século XXI (GUENTER FRANCISCO LOEBENS, 2008).

As histórias de grande violência contra povos indígenas são muitas, a citar por exemplo na década de 60 para 70 quando milhares de indígenas foram mantidos em situação de completa escravidão, repetindo-se durante a política de desenvolvimento e integração da Amazônia que começaram a desmatar a floresta para a construção das estradas Transamazônica, a Perimetral Norte, a BR 364, a BR 174 e a Belém-Brasília. Diversos povos da região como os *Yanomami*, *Waimiri-Atroari*, *Parakanã*, *Arara*, *Nambikwara*, Cinta Larga, e diversos outros foram covardemente atingidos por expedições de extermínio, inclusive com a coparticipação do poder público. Os objetivos dos colonizadores eram e ainda são os mesmos, exploração da matéria prima, agregação de novos territórios, e a exploração de mão-de-obra (GUENTER FRANCISCO LOEBENS, 2008).

Diversos escândalos vieram à tona na época, a exemplo da Funai sucessora da extinta SPI que no papel oficial de proteger os povos indígenas buscava na realidade viabilizar a partir do seu poder de tutela projetos integracionistas e de agricultura expansionista. Este órgão chegou a ser chamado “Funerária Nacional do Índio”

Pode-se citar diversos modos já utilizados por aqueles que consideram os povos indígenas inúteis ou atrasados e que suas terras seriam mais rentáveis em mãos de mineradoras, do agronegócio, ou até mesmo de madeireiras. A história conta casos absurdos já em 1492, como o esquiteamento por mordidas de cães adestrados que eram recompensados com os corpos dos indígenas, técnica esta utilizada pelos espanhóis (BETTO, 2015). Ou até mesmo modos menos agressivos a

primeiro momento, mas que no fim tinham o mesmo efeito, como divulgar que estes povos não possuem alma, e inclusive estão entre os macacos e os humanos, afinal a ideia de que o indígena não possui racionalidade é de grande ajuda no seu extermínio, este método inclusive foi utilizado por muito tempo pela igreja, tendo como diferencial não se guardar sentimento de culpa. Resultado no Brasil é que os “heroicos” bandeirantes que dão nome as rodovias, e são os merecedores de monumentos em nossas cidades, costumavam exterminá-los com método mais tradicional, o da escravidão, impedindo-os inclusive de ter acesso a alimentos e água, além de provocarem inimizades entre as aldeias, afim de criar guerras entre os povos (BETTO, 2015).

A situação é cada vez mais preocupante, a cada dia que passa mais indígenas tem morrido pelas causas cada vez menos explicáveis, exemplo desta situação e do descaso dos últimos governos (Lula/Dilma/Temer) acontece no estado do Mato Grosso, onde no projeto de expansão da fronteira agrícola, a União vendeu à colonos fazendeiros as terras que já eram ocupadas tradicionalmente pelos indígenas (RADIO INDÍGENA YANDE, 2016). O resultado dessa política expansionista é a mudança da vegetação mato-grossense, onde haviam lindas terras, que inclusive deram o nome ao estado, hoje se vê enormes pastos, desertos de cana-de-açúcar e soja, além é claro a expulsão dos povos originários das suas próprias terras, que são fadados a viver nas beiras de estradas, enfrentando preconceito, criminalização, violência e trabalho escravo (RADIO INDÍGENA YANDE, 2016).

A violência se espalha de forma tão cruel, que após ataque contra indígenas do cone sul do estado, na região da fronteira com o Paraguai o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou, no dia 17/06/2016 duas denúncias contra doze envolvidos em bárbaros crimes contra os Guarani *Kaiowá* e *Nandeva*. A integra da denúncia até a data desta publicação não havia sido divulgada, mas os crimes são de formação de milícia privada, constrangimento ilegal, sequestro, disparo de arma de fogo e incêndio. A investigação do MPF aponta que proprietários rurais contrataram jagunços para ameaçar e violentar os povos da região. O massacre de Caarapó é um exemplo recente da situação de periculosidade que vivem os indígenas, nesse fatídico evento o resultado foi a morte do agente de saúde Clodiode Aguiule Rodrigues dos Santos e do Indígena *Kaiowá*, deixando também pelo menos mais seis pessoas feridas a bala, sendo que cinco destas em estado grave – e uma criança de doze anos (MPF/MS, 2016).

A fazenda *Yvu* é o local em que aconteceu o massacre, se trata de uma área de 55,590 hectares em processo de demarcação pelo governo federal. A partir de um estudo antropológico que teve início em 2007 foi relevado que o local pertencia aos Guarani, e que a partir de 1882 estes passaram a ser expulsos para dar lugar ao cultivo de erva mate. No início do século XX o governo começou a vender as terras para fazendeiros, assim o processo de expulsão foi acentuado, porém a partir do momento que a terra é identificada como indígena, a mesma deve ser automaticamente desapropriada, e a indenização paga pelo governo federal só poderá ser feita pelas benfeitorias feitas na terra, assim os valores são pagos apenas por imóveis construídos por exemplo, estando fora da indenização o valor do terreno, uma vez que reconheceu-se que aquela era uma terra dos indígenas antes de serem dos fazendeiros, e por este motivo não poderia ter sido comprada (BEDINELLI, 2016).

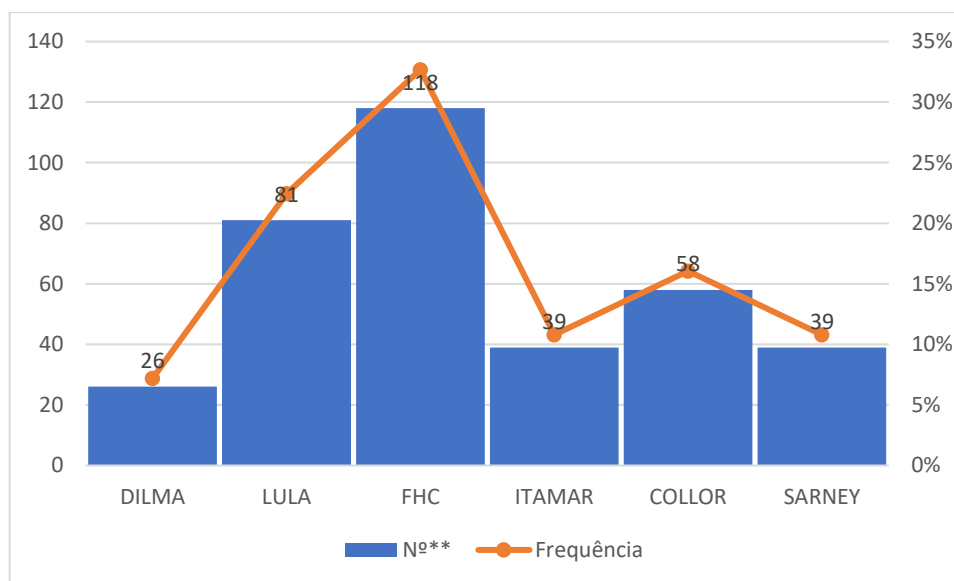
Em agosto de 2015 outro ataque similar aconteceu no município de Antônio João, também próximo à fronteira com ao Paraguai, onde desde 1990 os indígenas reivindicam a ocupação da terra *Ñande Ru Marangatu*, de 9.317 hectares. A área atualmente é dividida por cinco fazendas para criação de gado, sendo três delas dos filhos de Pio Silva. Os indígenas afirmam que Pio os expulsou da localidade na década de 1950 com a ajuda de mais quatro fazendeiros, depois de terem comprado a área do Governo do Mato Grosso do Sul. Ainda segundo os indígenas a partir da chegada dos outros quatro donos, muitos indígenas passaram a trabalhar para eles, tendo inclusive recebido uma área perto das fazendas que foi batizada como o nome de Vila Campestre. Mas no já no final da década de 90 o espaço ficou pequeno por conta do crescimento das famílias, e assim eles decidiram retomar o terreno para fazer uma nova aldeia, o que gerou o conflito com os fazendeiros. Até agora os números dizem que ao menos três indígenas morreram (BEDINELLI, 2016).

Estes casos de genocídio segundo levantamento do EL País, acontecem em ao menos mais 80 áreas no Mato Grosso do Sul, o motivo evidente é a vocação das terras do estado para a agricultura. O levantamento aponta ainda que ao menos 2.112 indígenas já morreram no estado nos últimos 13 anos por causas evitáveis (BEDINELLI, 2016).

Na convenção de Genebra em setembro de 2016 a ONU denunciou o aumento de 50% dos assassinatos de indígenas no Brasil nos últimos 10 anos, assim como denunciou as decisões tomadas pelo presidente Michel Temer, bem como o fracasso do governo Dilma Russeff em fazer avanços nas demarcações de terra (CHADE,

2016). O gráfico 1 demonstra o resultado das demarcações de terras indígenas desde o governo José Sarney até a presidente Dilma Rousseff. É importante dizer que o gráfico apresenta de forma agrupada os dados por presidente, dessa forma durante os quase 6 (seis anos) de mandato a presidente Dilma demarcou apenas 26 terras indígenas.

Gráfico 1: Demarcações - Brasil



Fonte: Povos Indígenas Brasil - Socioambiental (2016)

Nota: Elaboração o autor

Lideranças indígenas presentes na convenção classificaram a situação do Brasil como “genocídio”. O desinteresse do Brasil pelo tema é evidenciado na ausência da FUNAI e do Ministério de Justiça no evento. Os dados apontam que os assassinatos contra líderes indígenas subiram de 92 no ano de 2007, para 138 em 2014. A causa preliminar apontada é a falta de demarcação das terras (CHADE, 2016).

A liderança indígena Sônia Bone Guajajara que viajou para a convenção afirmou que "Houve uma decisão política nos governos anteriores de não avançar na demarcação de terras e tememos que isso se aprofunde ainda mais agora". Já outro representante indígena Elizeu Lopes disse "Vivemos um massacre". Victoria Tauli-Corpuz relatora responsável pelo relatório produzido pela ONU esteve no Brasil em março de 2016, ainda sob o governo de Dilma Rousseff e constatou que o governo do PT deixou como pendente 20 processos de demarcação que esperavam por autorização presidencial por declaração de ministérios. Sônia ainda observa que o

Brasil chegou a ser líder mundial em demarcação de terras, porém nos últimos 8 anos houve uma “alarmante ausência de progresso” (CHADE, 2016).

Em seu relatório Sônia (2016) ainda diz que:

O que temos é a configuração de um pacote anti-indígena", alertou Sonia. "A tendência é intensificar a perda de direitos. A pressão dos ruralistas é muito grande e vemos um movimento claro indicando um retrocesso até em áreas demarcadas.

Os crimes contra indígenas estão cada vez mais articulados, no final de abril e início de maio de 2015 foram três assassinatos ocorridos na Bahia e no Maranhão em um curto espaço de tempo de oito dias, o que levantou a suspeita de crime em série. Em primeiro de maio de 2015 o agente de saúde indígena Tupinambá Adenilson da Silva Nascimento foi assassinado com um tiro nas costas, depois de ter sido abordado por dois homens encapuzados. Na região dos Tupinambá de 2013 até 2016 já aconteceram 18 assassinatos. O mesmo aconteceu no Maranhão com o agente de saneamento indígena *Eusébio Ka'apor*, da aldeia *Xiborendá*, da Terra Indígena Alto Turiaçu, ele também levou um tiro nas costas quando voltava de uma aldeia vizinha aonde morava seu filho. No município de Abaré também na Bahia o indígena Gilmar da Silva foi alvejado enquanto ia para a aldeia *Pambú* (ROSSI, 2015).

Em nota sobre os fatos o CIMI afirma que:

[...] os ataques covardes que mataram *Eusébio Ka'apor*, no dia 26 de abril, no estado do Maranhão, Adenilson da Silva Nascimento, do povo Tupinambá, no dia 1º de maio, e Gilmar Alves da Silva, do povo *Tumbalalá*, no dia 3 de maio, estes no estado da Bahia, não são fatos isolados. Trata-se de assassinatos sequenciais e seletivos de líderes e integrantes de povos indígenas no Brasil.

[...] consideramos que tais assassinatos são resultados fáticos da associação nada casual de três fatores principais, a saber: os discursos racistas proferidos por parlamentares ruralistas do Congresso Nacional, a paralisação dos procedimentos de demarcação e a omissão quanto à proteção das terras indígenas por parte do governo Dilma e decisões da 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que anularam atos administrativos de demarcação de terras nos últimos meses. Esses fatores servem de combustível que alimentam a sanha assassina dos inimigos dos povos indígenas no Brasil.

A situação dos Pataxó quanto a este tipo de violência não é muito diferente do panorama nacional, em abril de 2017 completa-se 20 anos do covarde assassinato do

índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos. O crime que chocou o Brasil aconteceu em um ponto de ônibus em Brasília, um dia após a comemoração do dia do índio, quando jovens de classe média atearam fogo enquanto Galdino dormia. Na época 4 jovens e 1 menor que passavam pelo ponto causaram queimaduras de terceiro grau por pelo menos 95% do corpo do indígena. A sensação de impunidade foi característica presente no processo, afinal os vândalos condenados a 14 anos de prisão cumpriram apenas 8 anos, sendo que nesse período diversas regalias lhes foram conferidas (BRASILIENSE, 2017).

Os Tupinambá por exemplo tiveram suas terras Identificadas via despacho em 20 abril de 2009, porém, até dezembro de 2016 aguardavam a portaria declaratória por conta do ministério da justiça. As lideranças questionam até onde vai a situação, uma vez que já são mais de 24 lideranças indígenas Tupinambá assassinadas no processo de luta por seu território, o que parece é que o governo espera a morte de mais gente inocente.

Atentados mais recentes aos direitos dos Pataxó da região do extremo sul da Bahia estão por hora ligados as terras. No dia 23 de novembro de 2016 uma reintegração de posse foi expedida. A situação se agravou quando funcionários de um empreendimento turístico da região tentaram expulsar os indígenas da aldeia *Kaí*, afim de realizar uma festa de fim de ano, o empreendimento fica nas proximidades da TI Comexatibá (*Cahy-Pequi*) delimitada desde 2015 pela FUNAI.

A luta continua forte e no dia 13 de dezembro de 2016 lideranças dos Tupinambá ocuparam o polo Base da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), em Ilhéus, solicitando providência do governo quanto a resolução de problemas a respeito da saúde indígena. Em Porto Seguro os Pataxó ocuparam também ocuparam o polo base do SESAI com as mesmas reivindicações. Além desta, cerca de 500 Pataxó ocuparam a BR 101 nas proximidades da entrada do Monte Pascoal durante dois dias (13 e 14 de dezembro de 2016), a causa foi o encerramento do contrato de transporte sem comunicação prévia, o que causou diversos problemas como por exemplo a assistência saúde de indígenas que tem doenças crônicas.

Atualmente a busca pelo extermínio dos povos indígenas segue métodos mais sofisticados, por exemplo o descaso apresentado pelo poder público, deixando que fazendeiros tomem as terras ocupadas pelos povos indígenas, afim de torna-las economicamente produtivas. Outro método bastante comum é o esgotamento dos recursos da Funai, inviabilizando os órgãos de apoio. E por fim, outro método é o

processo total de urbanização de indígenas, chegando ao ponto de estes sentirem vergonha da nudez, e entendam que graças ao capitalismo, produtos necessários à sobrevivência não são apenas para uso, e sim possuem valor de troca (BETTO, 2015).

1.3. Extermínio indígena via congresso nacional

Talvez as iniciativas com maior força para extermínio dos povos indígenas no Brasil se apresentem na forma das famosas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), um ótimo exemplo desta investida é a PEC 215, proposta em 2000 pelo deputado federal Almir de Sá, até então membro do Partido da República (PR-RR).

De forma bem resumida o intuito desta é que as demarcações de terras indígenas, a criação de áreas de conservação ambiental e a titulação de terras quilombolas, deixe de ser uma competência do poder executivo e passa a ser uma responsabilidade do legislativo (BRIGHENT; OLIVEIRA, 2015).

A história da mesma no congresso nacional não é de hoje, afinal ela foi apresentada pela primeira vez em maio de 2004 a uma comissão de constituição e justiça e cidadania (CCJC). Porém com um claro discernimento da legislação o deputado Luiz Couto do PT-PE escolhido para dar o parecer sobre a proposta, solicitou o arquivamento, por entender que ela seria inconstitucional. Mas, em março de 2012, contrariando o parecer do deputado Luiz Couto, os novos deputados que integravam o CCJC nesta época aprovaram a PEC, o responsável pela defesa foi o deputado do PMDB-PR Osmar Serraglio, definindo que a proposta não fere a constituição e por isso deve ser votada em plenário, possibilitando assim alteração no que determina a constituição a respeito das demarcações de terras indígenas. Desta forma em dezembro de 2013 ignorando os diversos protestos por todo Brasil, o deputado Henrique Eduardo Lyra PMDB-RN, então presidente da câmara de deputados instalou a comissão especial da PEC 215 (BRIGHENT; OLIVEIRA, 2015).

Atuando agora como relator da comissão especial, o deputado Serraglio apresentou em novembro de 2014 um substitutivo à PEC 215/2000, passando esta a ter claramente provas do fim das novas demarcações de terras indígenas, além da possibilidade de reabertura de procedimentos administrativos finalizados, legalizando a exploração das terras indígenas demarcadas (BRIGHENT; OLIVEIRA, 2015).

Em dezembro de 2014 depois de muitas manifestações do movimento indígena brasileiro, que buscava evitar a aprovação do substitutivo proposto pelo deputado

Serraglio, enfim uma pequena vitória, pois com o término do ano legislativo, a câmara não conseguiu aprovar o parecer, sendo assim a PEC foi novamente arquivada. Porém em janeiro 2015 o deputado do Partido Progressista (PP-RS) Luis Carlos Heize solicitou o desarquivamento da PEC, e assim em março do mesmo ano, o presidente da câmara na época, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) reestabeleceu a comissão especial. Em 27 de outubro de 2015 a comissão aprovou por 21 a Zero a proposta. (CAPITAL, 2016)

Após a aprovação na comissão especial, a proposta segue para votação no plenário da câmara de deputados, para ser aprovada a PEC precisa de três quintos dos votos de um total de 513 deputados, sendo totalizando assim 308 votos em dois turnos. Caso aprovada na câmara a PEC segue para a votação no senado, onde precisa também de três quintos dos votos, nesse caso 49 votos de um total de 81 votos. O perigo é tão grande que por se tratar de uma emenda à constituição o possível presidente não pode vetar a escolha do congresso.

A esperança ainda existe, primeiro porque 48 senadores enviaram uma mensagem a bancada ruralista da câmara, estes assinaram um manifesto contra a PEC 215, dessa forma os senadores sinalizaram que a proposta não deve ser aprovada pelo Senado. O senador João Capiberibe (PSB-AP) que ficou responsável por colher as assinaturas afirma que a expectativa é que a câmara paralise o andamento dessa PEC, uma vez eles entendem que o congresso não deve intervir em um assunto tão técnico como a demarcação das terras indígenas (CAPITAL, 2016). Assim ele afirma que:

A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político neste ato. É incabível trazer essa matéria para o âmbito do Congresso, um equívoco político e jurídico, um atentado aos direitos dos povos indígenas (CAPITAL, 2016).

Ainda existe também a esperança de que caso a PEC passe no Senado, ela seja revista no Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares ligados a entidades de direito indígenas já sinalizaram que vão recorrer na justiça, argumentando que a proposta é inconstitucional por ferir o direito originário dos povos tradicionais (CAPITAL, 2016).

1.4. Delineamento e propositiva de pesquisa

Com o aporte deste *IHABNKA*, estudar o processo de produção e reprodução, construção e reconstrução da cultura indígena Pataxó e seu cotidiano, pode ser considerado um tema relevante, para o Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, concentrando à pesquisa na área de Processos Tecnológicos e Redes Sociais, na medida em que a compreensão do conteúdo das memórias dos Povos Indígenas Pataxós (PIP), nos apresente imagens iconográficas e discursivas que possibilitem o desenvolvimento de um Portal¹³ Colaborativo¹⁴ e Interativo - PCI. Este pode ser definido como um Sistema de Informação Geográfica de interação digital que permita a acessibilidade e decodificação das informações sobre os povos pataxós, pela ótica do discurso e imagens produzidas e registradas pelos mesmos. O grande desafio está em empreender um trabalho que respeite a cultura Pataxó. Trata-se, pois, de unir conhecimento tecnológico, relações étnico-raciais e processos interativos.

Essas constatações, embasadas nas minhas andanças, servem para justificar minha hipótese científica. Ora, se existe informações equivocadas e divulgadas sobre os PIP, é possível que elas sejam revestidas de conceitos pré-estabelecidos capazes de escamotear a história e a memória desses povos.

Logo, uma proposta que busca conhecer o conteúdo das memórias dos PIP e aplicar no desenvolvimento do PCI, é valorizar as diversas formas de saberes expressos pelas suas manifestações sociais e culturais, por meio do canto, da dança, da pintura, da alimentação, do artesanato, das plantas medicinais, dos mapas interativos, entre outras. Assim, a segunda justificativa se revela por meio dos resultados, entendendo o portal como uma ferramenta importante no processo de educação indígena, pelo respeito a história e a memória, para o turismo nacional e internacional, divulgando referências locais, bem como na fidelidade das informações

¹³ Os sites de portais dão aos visitantes a chance de encontrarem, em um único lugar, quase tudo que procuram. Muitas vezes divulgam notícias, informações sobre diversos assuntos, além de possibilidade de pesquisar no próprio portal e na Web. Ferramentas de busca como Google, Bing etc., são os chamados portais horizontais, pois agregam informações sobre diversos assuntos. Já os portais mais específicos, oferecem uma grande massa de informações pertinentes a uma única área de interesse e são chamados de portais verticais (DEITEL; STEINBUHLER; DEITEL, 2004).

¹⁴ O trabalho colaborativo permite a complementação de capacidades, de conhecimentos e de esforços individuais, e a interação entre pessoas com entendimentos, pontos de vista e habilidades complementares (FUKS *et al.*, 2002).

veiculadas. Propõe-se então captar e sistematizar suas memórias de maneira que este portal seja um ponto de comunicação dos PIP com a sociedade em geral.

Diante do exposto, formulamos a seguinte questão de pesquisa: Quais os aspectos das memórias dos PIP, no Território de Identidade da Costa do Descobrimento-Bahia, e como esses aspectos podem contribuir no desenvolvimento do PCI?

Para tentar responder essas questões, elaboramos o objetivo **geral**, tal que: Compreender como os aspectos da memória do PIP de Porto Seguro Bahia podem contribuir no desenvolvimento do portal colaborativo e interativo. Para tal, buscamos operacionalizar os objetivos específicos: Identificar e analisar os aspectos da memória dos PIP, sobre seu cotidiano; registrar e sistematizar os elementos desse cotidiano, evidenciando o seu **território, memória e identidade** local dos PIP; desenvolver o PCI por meio dos registros iconográficos e discursivos dos PIP.

2. UHÃDXÉ, TECENDO AS BASES CONCEITUAIS DO ESTUDO

No idioma Patxôhã, a palavra *uhãdxé*, é um vocábulo de sentido próximo em nossa língua, à palavra ideia. Desta forma, o termo expressa, neste capítulo, as bases conceituais que servirão de categorias para a nossa investigação. Significa dizer, os conceitos território, memória e identidade, com ênfase na atividade turística e educação desenvolvida pelos PIP, assim como a base tecnológica deste estudo, onde é conceituado termos como geotecnologias, sites em formato de portais e sistemas de informações gerenciais – SIG.

2.1. A relação intrínseca de cultura e turismo

A Organização Mundial do Turismo (OMT), define o turismo como o agrupamento das atividades que as pessoas cumprem no período de suas viagens, ou durante a estadia em lugares diferentes do seu habitual, tendo como limite de máximo de período de um ano, estas por sua vez podem ser com o intuito de negócios, lazer etc. (OMT, 2001). Reid et al (2010) afirmam que a indústria do turismo é uma das maiores e de mais rápido crescimento no mundo e uma das mais dinâmicas.

Acontece que o turismo em sua totalidade de possibilidades depende de recursos culturais ou naturais para atrair os visitantes. Assim Murphy (2004) afirma que existe uma grande necessidade de regulamentação para o setor, a qual deve ser pautada em políticas públicas coerentes, que reflitam o direcionamento do governo federal, estadual e municipal para sustentabilidade e desenvolvimento do turismo, assim como para o respeito dos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos nas comunidades locais.

O turismo em comunidades indígenas surge segundo Hinch e Butler (1996) a partir da década de 70 como área de interesse científico, inicialmente sendo voltada para estudos de antropólogos. Já na década de 90 ele aparece como fator de desenvolvimento econômico estratégico destas comunidades, e os estudos voltaram-se para a relação das comunidades indígenas com as áreas protegidas e com o ecoturismo (SMITH, 2006). Este tipo de turismo passa a ser classificado como multidisciplinar e interdisciplinar a partir do momento em que o assunto do momento se tornou a sustentabilidade, contando agora com o envolvimento de geógrafos, sociólogos, ecologistas políticos e outros cientistas sociais. Assim, segundo Hinch e

Butler (1996, p. 9) o turismo indígena é na verdade a "atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos, quer através do controle ou por verem a sua cultura servir como a essência da atração".

Neste contexto aparece a figura do turismo sustentável que muitas vezes é confundido como uma modalidade de turismo (turismo cultural, turismo indígena, ecoturismo), e que na verdade é um conceito que foi inserido afim de estabelecer nas diversas modalidades a necessidade de coexistência entre o turismo, meio ambiente e cultura tradicional através de um planejamento para curto, médio e longo prazo (HUNTER E GREEN, 1995).

O turismo sustentável se apresenta como a organização que busca atender os anseios das comunidades envolvidas, assim como dos turistas, de forma que as gerações futuras tenham capacidade de alcançar suas necessidades, sendo viável economicamente, mas que não destrua recursos que as comunidades e próprio turismo dependerão no futuro. Seja fisicamente falando, o próprio meio ambiente ou a estrutura visitada, e socialmente falando as os usos e costumes tradicionais de um povo (SWARBROOKE, 2000). Este planejamento parte do envolvimento de todos os interessados, assim cidadãos, empresários, lideranças das comunidades devem a participar, afim de estabelecer um consenso nas decisões. Além de proporcionar métodos de medição dos impactos da atividade, bem como medidas preventivas/corretivas sempre que necessário.

Em um cenário de expansão do turismo nacional, diversas comunidades indígenas enxergaram a possibilidade de explorar dentro das suas terras e também fora delas, atividades relacionadas ao turismo indígena. Pode-se conjecturar que um dos fatores que incentivou os indígenas a se movimentarem neste sentido, foi a percepção da existência de demanda pela cultura do seu povo, e também o potencial de produção de renda com esta atividade, afim de alcançar algumas de suas necessidades econômicas.

São muitas as comunidades indígenas que buscam sobrevivência a partir do turismo, os Pataxó da Bahia são destaque neste ramo, sendo que desde 1970 estão relacionados no circuito turístico da Costa do Descobrimento. Das aldeias que se relacionam com o turismo na região, o destaque é para Reserva da Jaqueira que fica localizada nas proximidades de onde a esquadra de Cabral atracou, a com seus 827 hectares de mata nativa, a qual busca manter os modos originais dos indígenas que ali estão, a Aldeia Mãe Barra Velha e a Aldeia Velha, todas estas a muitos anos têm

como principal fonte de renda as barracas onde indígenas vendem os artesanatos construídos por eles mesmos.

Acontece que por falta de regulamentação das atividades turísticas em terras indígenas, muitos impactos negativos podem se apresentar. É notório que estas atividades já são realidade, e dificilmente deixarão de acontecer, mas é também evidente que um planejamento nessa área deverá maximizar os aspectos bons, como por exemplo a possibilidade de contribuição do turismo para a preservação da natureza, a geração de renda bem distribuída nas comunidades, e acima de tudo a preservação da cultura dos indígenas a partir de mecanismos que respeitem e valorizem os seus costumes. Assim a FUNAI através da portaria normativa nº 3 (três) de 11 (onze) de junho de 2015, estabelece as diretrizes para atividades de visitação em terras indígenas com fins turísticos (FUNAI, 2015). A proposta do órgão indigenista está em resolver problemas referentes as visitas irregulares que já acontecem em todo Brasil. Dessa forma busca-se apoiar, quando houver interesse das comunidades, iniciativas voltadas para o etno e ecoturismo.

Buscando uma definição de etnoturismo, encontramos a visão de Swain (1989, p. 92) ao afirmar que o turismo étnico é o "tipo de turismo que se refere ao marketing das atrações turísticas inspiradas no modo de vida indígena". Complementando a ideia Wood (1984, p. 361) afirma que o "Turismo Étnico poderia ser definido pelo seu foco direto sobre pessoas vivendo uma identidade cultural cuja singularidade está sendo comprada por turistas". Estas modalidades do turismo passam apenas uma visão apenas mercadológica da visitação em aldeias indígenas.

Alguns autores afirmam que a melhor modalidade de turismo em terras indígenas é o ecoturismo, cuja a proposta foca no desenvolvimento de uma gestão participativa por parte das comunidades envolvidas, tendo em vista a conexão destes com a natureza e a utilização sustentável de todo tipo de patrimônio cultural e natural destes povos, dessa forma conseguindo proporcionar uma melhoria de vida das comunidades causando o mínimo de impactos negativos as suas territorialidades (FARIA, 2000).

Quanto as questões negativas, o que acontece muitas vezes é a falta de interesse dos envolvidos frente aos resultados econômicos positivos do turismo de massa. No Brasil a situação se apresenta, a partir das ações dos gestores que entendem o turismo apenas como atividade potencial geradora de empregos e obtenção de receitas, conseqüentemente de arrecadação de impostos, ignorando o

perigo social que uma expansão turística mal planejada pode gerar para as comunidades locais. Pode-se citar por exemplo problemas com a contaminação dos cursos d'água, a escassez dos recursos naturais mal utilizados como por exemplo água potável, o desmatamento em consequência da construção de estruturas turísticas, aumento do custo de vida das comunidades nativas, processo de ocupação desordenado em zonas próximas urbanas, o incentivo ao tráfico de drogas e a criminalização dos nativos, dentre outras diversos pontos negativos, que na maioria dos casos são ignorados nesse processo de expansão e massificação do turismo.

Outro aspecto extremamente importante é o processo de espetacularização das comunidades indígenas, que afim de atender as necessidades dos turistas de massa, obrigam as comunidades a produzir e manter apresentações não genuínas, ou que muitas vezes já deixaram de fazer parte do cotidiano destas comunidades, porém, são extremamente necessárias para atender os fetiches dos visitantes, e dessa forma proporcionar a consumação dos produtos que se apresentam nestas encenações. Reforçando essa realidade Urry (1996) afirma que:

Isolado de um ambiente acolhedor e das pessoas locais, o turismo de massa promove viagens em grupos guiados e seus participantes encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, gozam com credulidade de “pseudo-acontecimentos” e não levam em consideração o mundo “real” em torno deles. Em consequência os promotores do turismo e as populações nativas são induzidos a produzir exposições cada vez mais extravagantes para o observador de boa-fé que, por sua vez, se afasta cada vez mais da população local.

Essa constante criação e manutenção do espetáculo em torno das comunidades indígenas, é na verdade uma necessidade do turismo das massas, onde em diversas partes do mundo as mais variadas comunidades tradicionais, mesmo após terem passado por um longo processo de mudança sociocultural, insistem em forçar um “falso resgate histórico” das suas origens, afim de vende-lo como espetáculo turístico. Assim hábitos que a muito tempo não fazem parte do seu cotidiano são apresentados como formas de identidade local (OURIQUES, 2005).

Por conta da falsa impressão de rápido e rentável ganho econômico, muitas vezes não se percebe os males que esta atividade desenvolvida de forma não sustentável pode trazer. A exploração desordenada e mal planejada do turismo indígena pode causar por exemplo uma evidenciação da degradação da qualidade de vida destas comunidades, ou até mesmo pode se tornar evidente aos turistas, o quão

artificial se tornou aquele espetáculo. Uma vez que isto fica evidenciado há uma tendência de o fluxo turístico migrar para outra localidade, causando um abandono da população local, e largando de herança os problemas que o turismo criou com o tempo.

A massificação do turismo pode causar as comunidades uma sensação de lucro mais fácil. Só que aos poucos com a saturação natural do local, o turista troca imediatamente de destino, deixando aqueles nativos em uma difícil situação, já que o seu meio foi “destruído” e não existe um preparo para outras atividades como não houve para o turismo (XAVIER, 2006).

O turismo não planejado pode causar um grave dano a autoestima dos indígenas, uma vez que afim atender aos anseios dos turistas a comunidade tende a mudar com frequência, assim seus hábitos, e costumes, sua visão de vida, até mesmo as suas formas de comunicação e organização social são modificadas, muitas vezes de forma inconsciente. Em muitos casos é empregado um superlativo de inferioridade com relação aos visitantes, colocando estes nativos em uma situação psicossocial que não valoriza suas formas de expressão.

Muitos nativos se incomodam com a presença massiva de visitantes em períodos de alta temporada, em especial aqueles que não se beneficiam de nenhuma forma do turismo. Estes por sua vez se sentem invadidos por pessoas que de toda parte do mundo aparecem, afim de conhecer e usufruir do seu dia-a-dia. A visão negativa que estes visitados possuem, se potencializa no momento em que o comportamento daqueles que os visitam, ultrapassa princípios que estes possuem nas suas cidades natais, uma vez que em muitos casos afim de extravasar e fugindo do seu cotidiano nas metrópoles, estes sentem-se enfim livres para ignorar certas normas, permitindo-lhes fazer a bagunça que já queriam a algum tempo, de forma que não precisem se importar com o que os outros vão pensar assim mostrarem o seu verdadeiro eu (OURIQUES, 2005). Dessa forma o que pode ficar evidenciado é a falta de respeito que os visitantes têm para com a cultura destes nativos.

O turismo nos dias atuais tende a valorizar o contato com a cultura, assim aspectos como patrimônio, particularidades históricas dos lugares, e identidade tradicional são de grande interesse dos visitantes. Dessa forma pode-se dizer que a uma relação estreita entre turismo e cultura. Trigo (2000, p. 112) reforçando esta ideia afirma que “O interesse das pessoas pela história, a arte e a cultura em geral tem gerado grandes projetos integrando turismo e cultura”.

Em uma análise mais criteriosa podemos compreender que o aproveitamento do turismo na maioria dos casos diverge do ideal, uma vez que os projetos de muitos lugares ao invés de estarem voltados para a construção de conhecimento e produção de diversidade cultural, tem na realidade foco quase que total na produção de renda, o que provoca também a dependência monetária das comunidades visitas apenas do turismo, inviabilizando muitas vezes o desenvolvimento de outras áreas de subsistência produtiva.

É de se compreender que o turismo enquanto respeitador da multipluralidade cultural, pode sim ser uma fonte de fortalecimento, caso contrário só atenderá os anseios do mercado, e assim proporcionará apenas decadência a estas comunidades.

Afim de, conceituar cultura, Menezes (2002) afirma que:

A cultura engloba tanto aspectos materiais como não-materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando. [...] a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade (MENEZES, 2002, p. 89).

Tem de se compreender que não há construção do turismo sem construção cultural, quando as pessoas visitam lugares levam consigo suas próprias singularidades, a sua própria carga cultural, a qual de forma subjetiva compete apenas a um ser. “Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não é estanque ou estável. É mutável e se vale das mais variadas formas de expressão humana” (TRIGO, 2000, p. 50). Assim fica evidente a importância dos diversos intercâmbios culturais proporcionados pelo turismo, e o lugar e este coloca a cultura, neste caso no centro das relações.

Entender a dinamicidade da cultura perpassa pela compreensão dos tipos de mudanças culturais. Dessa forma Laraia (2004, p. 96) afirma que existem dois tipos de mudanças quando o assunto é cultura “uma que é interna, resultante do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”. É evidente que a massificação da atividade turística vem causando grande influência nas mudanças culturais das comunidades indígenas, mas em

contrapartida por conta da dinâmica constante aplicada nos sistemas culturais, é difícil imaginar uma comunidade onde as mudanças culturais aconteçam apenas pelas influências internas.

Não se pode responsabilizar apenas o turismo por todas as mudanças que acontecem em uma determinada cultura, “[...] pois se a cultura não é estática, os elementos que provocam suas alterações provêm tanto de fatores internos quanto das mais diversas modalidades de influências externas” (BANDUCCI JR., 2001, p. 42). A citar por exemplo a popularização dos meios de comunicação, a internet, as mídias sociais, e a globalização como um todo. Todos estes elementos contribuem para uma transformação cultural em comunidades indígenas não isoladas.

2.2. Aspectos etnográficos do território, memória e identidade indígenas

Nessa sessão abordamos a necessidade de uma aproximação do pensamento complexo, no sentido de entender as múltiplas faces do fenômeno social que envolve as práticas socioculturais dos PIP, num território em que eles politicamente tentam se apropriar, mas que contraditoriamente se insere naquele que hegemonicamente foi denominado “nacional”. Para Bomfim (2009) essa dualidade esbarra na complexidade do tema em relação à pluridisciplinaridade nocional do território. O autor afirma que, o termo território tem sido tratado densamente pelos campos da Sociologia, Psicologia, Ecologia que, especificamente, pela Geografia. Complementa dizendo ainda, que na Geografia o conceito de território passa a ser reduzido sem critérios como uma zona de ocupação terrestre (BOMFIM, 2009).

Essas ideias nos orientam para o debate de um conceito que nos permita compreender as dimensões dialéticas da espacialidade do social e a socialidade no espaço, entendendo que não existe sociedade a-espacial, nem espaço a-social. Neste sentido, buscamos compreender o conceito de território numa perspectiva interdisciplinar.

O conceito de território surge a partir dos avanços propostos por Ratzel (1990) o qual foi responsável por trazer para o debate o tema que outrora estava presente apenas nas ciências ditas naturais, colocando-o como necessário para reprodução da sociedade e do estudo. A partir daí começou a dita “humanização” da geografia.

Outros autores da década de oitenta e noventa continuaram a dialogar sobre o conceito de território, podemos citar por exemplo Raffestin quando afirma que a

compreensão de território, perpassa pela relação do homem com o espaço, e estão diretamente ligadas com o poder que estes sujeitos exercem.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Neste sentido, o espaço físico apropriado pelos sujeitos, a partir de uma combinação entre ideologia, sentidos e práticas sociais, adquire uma territorialidade que segundo (HOLZER, 1997) é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários, considerado de espaço-território onde os grupos e as etnias vivem uma certa ligação, um enraizamento. Para Racault (1986), a territorialidade nasce da apropriação humana, seja concreta, jurídica ou intelectual de uma porção delimitada da extensão espacial.

Assim, o conceito de território é repleto de subjetividade, de culturas e de simbolismos. Ou ainda citando as palavras de Milton Santos (1994) o território ganha identidade a partir do seu uso, o "território usado". Podemos inferir que o território então é o espaço das experiências vividas, verificando ainda que este perpassa pelo relacionamento existente entre os sujeitos e a relação destes sujeitos com a natureza, estas experiências são carregadas de sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.235-248). Ainda seguindo o pensamento de Milton Santos (2007), não podemos afirmar que a territorialidade de constitui pelo fato de viver em um lugar, mas no relacionamento que temos com este, afinal, para o autor "o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade" (SANTOS, 2007, p. 83-84). Da mesma forma que Santos (2007, p. 43) reforça que "o território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo, mas as ações existentes nele remetem à territorialidade"

Nos últimos anos, os debates calorosos acerca do conceito nos remetem a uma reflexão sobre as propostas de abordagem no âmbito acadêmico. Para Bomfim (2009,

p.18) o que ficou fortalecido dessa discussão foi justamente a volta “do ator, a afirmação do “Eu”, as representações sociais, os lugares, a sociabilidade e a democracia participativa. ”Ou seja, particularmente no campo da Geografia, abandonou-se a dimensão mais instrumental de território rede, medido, margeado, fronteiro, em favor de uma dimensão mais racional centrada em lugares de pertencimento, na vida cotidiana” (BOMFIM, 2009, p. 19). Essas reflexões, no campo epistemológico, inspiram-se na geografia humanista e cultural, que utiliza o conceito de território acentuando a relação de afetividade que o indivíduo tem com o espaço construído a partir de suas experiências vividas (TUAN, 1983).

É nesse contexto de ideias complexas que situamos as práticas socioculturais dos PIP, envolvendo mitos e ritos que traduzem suas diversas maneiras de pensar, agir e se apropriar do espaço, cuja fixação passa a ser ao mesmo tempo a mobilidade desses povos, compondo assim numa mesma aldeia a seus itinerários e lugares. Logo, o conceito de território passa a ser utilizado no nosso estudo como uma categoria repleta de subjetividade, de culturas e de simbolismos. Assim, na realidade indígena, o conceito de território adquire uma concepção ainda mais humanística, uma vez que entender território como espaço privado, em uma sociedade capitalista, diverge completamente a forma tradicional de ocupação espacial destes povos. Para compreender o processo de apropriação territorial de povos indígenas, primeiramente, devemos nos desprender de conceitos que foram estabelecidos a partir das sociedades ocidentais, os quais não fazem sentido algum para estas comunidades indígenas. “Uma concepção que tenha a propriedade privada como parâmetro distorce o significado dos territórios indígenas, que são, por excelência, direitos coletivos” (OLIVEIRA, 2006, p.12).

Enfatizando a realidade diferenciada sobre os povos indígenas na concepção de território, Mauro (2011) utilizando dos pressupostos de Dantas (2016) afirma que:

A terra é para os povos indígenas um “espaço de vida e liberdade”. O espaço entendido como lugar de realização da cultura. As sociedades humanas, e, neste caso, as sociedades indígenas, constroem seus conhecimentos a partir de cosmologias próprias, elaboradas coletivamente com as experiências sociais, o que demonstra visões de mundo não compatível com o modelo individualista ocidental (DANTAS, 2016, p. 31).

Expandindo a concepção física de território Rogério Haesbaert, reforça que é indissociável conceber o termo sem envolver ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, que é constituída a partir de uma identidade delegada pelos grupos sociais, a qual se apresenta como uma forma de apropriação, e também em uma dimensão dita mais concreta e políticodisciplinar que se apresenta pela ordenação do espaço como forma de domínio dos indivíduos (HAESBAERT, 1997). Assim:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o (s) modelo (s) de sociedade (s) vigente (s) (HAESBAERT, 2004, P. 64).

Remetendo a realidade e a história dos povos indígenas, que sofreram de maneira geral com os constantes movimentos expansionistas geográficos do estado brasileiro, os quais em diversos momentos foram covardemente acompanhados de muito genocídio. Muitas destas ações foram lideradas pelo próprio estado do Brasil, e muitas outras eram de conhecimento do estado, o qual não se posicionava de maneira a defender os direitos destes povos, que eram massacrados por grupos influentes do cenário político do país.

Como resultado das grandes expropriações vividas por alguns grupos étnicos, que foram forçados a deixar o seu habitat natural, em busca de lugares mais seguros, e por isso se viram espalhados pelos cantos mais distintos, houve uma grande perda dos vários elementos que compartilhavam na vida social destes grupos. Estes movimentos não aconteceram apenas com indígenas, podemos citar por exemplo as comunidades quilombolas que por vários anos também passaram por ações de extermínio das suas comunidades.

Haesbaerth (1999) afirma que o afastamento dos indivíduos dos seus territórios, resulta muitas vezes na dissolução destes. Quando são afastados ao seu espaço de origem e de seus recursos naturais, estes indivíduos perdem parte dos seus referenciais de cultura e identidade. Nesses casos os elementos da história, sua economia, política e vida social são desarticulados, e os membros perdem sua identidade com os seus territórios, os quais foram constituídos a partir dos coletivos que o pertenciam.

Por consequência, o novo cotidiano destes povos remete a criação de uma nova estruturação social, aqui chamada também de uma nova “territorialização”, guiada, segundo Oliveira (1999, p.54-55) por:

1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Nesse viés a “territorialização” aqui dita, nada mais é do que o resultado das investidas colonialistas que vitimou populações menos favorecidas no Brasil, sejam elas indígenas, quilombolas ou quaisquer outras populações brasileiras. Silva (2005, p.131), ao longo da história do Brasil, os povos indígenas sofreram compulsões tais como expropriação fundiária, circunscrição territorial, aldeamento, doutrinação religiosa, acamponesamento e proletarização. Por exemplo, no século XX, nas décadas de 80 e 90, as políticas de demarcações utilizadas pelo governo, baseadas na noção de imemorialidade da ocupação da terra. Dessa forma o processo de identificação da terra só podia concluir que determinado território era indígena, se especialistas como antropólogos pudessem comprovar, a partir de dados etnológicos, arqueológicos ou históricos que indígenas ocupavam determinada área antes dos não-indígenas. Esse processo na maioria dos casos era praticamente impossível, por conta das relações conflituosas entre não-indígenas e indígenas, gerando, na maioria dos casos, em confinamento socioterritoriais ou expropriação de territórios (OLIVEIRA, 2006).

Para se contextualizar a territorialidade indígena, buscamos a afirmação usada por Almiros Machado, que é indígena de etnia *Guarani Kaiowá*¹⁵. Ela conceitua que o espaço de construção da territorialidade indígena se faz:

[...] onde se vive ou tenta viver plenamente a sua cultura, desenvolvendo a sua política, os seus meios econômicos, culturais e religiosos. Não é apenas o lugar que serve para morar, plantar roças, caçar, pescar. É também o espaço da construção de redes e laços de parentesco. É o local onde estão constantemente revivendo os seus costumes, enfatizando aspectos importantes da sua cultura. É onde o mundo natural está carregado de significações, que influencia

¹⁵ Também conhecidos como Paĩ-Tavyterã, são um subgrupo dos indígenas Guarani que se trasladam para o sul, cruzando, na segunda metade do século XVII o Rio Apa (MS), passando a ocupar o atual sul do Mato Grosso do Sul até os dias de hoje.

diretamente nas relações sociais; é nesse espaço físico que são tramados os fios da rede de significados sustentáculos da vida. Os símbolos que definem a sua cosmovisão, os usos e costumes que desenham as particularidades e especificidade de sua cultura. É a referência que ampara os valores e formatam os cânones de sua cognição, definidora do seu modo de ser, refletindo em todas as suas práticas diárias e delineiam a sua sociedade. Por outro lado, o território assume as feições da construção social e cultural do povo que o ocupa (MACHADO, 2009, p.42).

Assim, a fim de entender de uma vez por todas a realidade indígena sobre a questão de território e sua territorialidade, devemos primeiramente nos desvencilhar do conceito privado sobre a terra, precisamos entender que a representação destes povos sobre o tema, difere drasticamente desse conceito burocrático, e que tem como base coordenadas geográficas. O que determina o seu território não é o “direito legal” de usufruto, e sim a possibilidade de predominância e coexistência dos seus costumes, mitos e ritos. Apenas dessa forma o sentimento de pertence pode ser estabelecido, e assim, a partir de uma territorialidade estabelecida pelos próprios indígenas o habitat que lhes foram tomados poderão ser reconstruídos. Embasando este pensamento Santilli (1999, p.29) conclui que:

[...] não há grupo indígena que, tradicionalmente, estructure sua noção de territorialidade na forma de linhas imaginárias ou de coordenadas geográficas cartesianas. As referências são concretas: rios, serras, certos tipos de ecossistemas. Há limites mais ou menos tênues, mais ou menos traduzíveis geometricamente. Há lugares de ocupação antiga, aos quais se retorna em circunstâncias específicas, que os índios consideram seus não exatamente em termos físicos, mas se opõem a sua eventual degradação física por terceiros, pois perderiam seu valor simbólico, religioso, cultural.

Após o entendimento da territorialidade indígena, é possível compreender o valor que estes povos atribuem a sua singularidade face ao mundo moderno. Estes povos conservam suas línguas, suas experiências e sua relação com a natureza e com a sua organização social. Eles mantêm os rituais como manifestações artísticas, e meio de união com a natureza e o sobrenatural. Utilizam e compartilham dos grandes conhecimentos milenares e tudo isso com enorme respeito a natureza. Características muitas vezes exclusivas destes povos como o refinamento dos vestidos, na pintura corporal, na educação dos filhos, na constituição do cosmos como elemento sagrado, representam a consciência moral, estética, religiosa e social.

Assim: “A territorialidade atua como um estado de espírito e os ritos e os mitos, como referência da identidade e da consciência humana e da natureza (LUCIANO, 2006, p. 50)”. Para esse autor, escritor e antropólogo indígena, “As mitologias e os conhecimentos tradicionais acerca do mundo natural e sobrenatural orientam a vida social, os casamentos, o uso de extratos vegetais, minerais ou animais na cura de doenças, além de muitos hábitos cotidianos. ”porém a organização social, política, econômica e jurídica de cada povo é independente, não existindo assim um modelo único de organização. Em sua maioria as decisões são tomadas pelo coletivo, com o intuito de atender as necessidades da comunidade indígena. Estas demandas podem ser ligadas ao cotidiano da comunidade, das festas ou cerimônias, ou até mesmo pela representação diante dos outros povos (LUCIANO, 2006).

A relação de pertencimento dos indígenas fica evidenciado também na grande integração que estes possuem com a natureza, eles se consideram parte da desta, e assim são integrantes de uma cadeia sagrada de vida. Assim tudo tem um valor espiritual, sentimental, por exemplo no momento de um ritual representado pela dança, onde estabelecem um encontro com a natureza e como os sábios do outro lado da vida. “O mundo dos mortos, dos espíritos e dos deuses não está em outra dimensão cósmica, está na própria natureza que constitui o território indígena” (LUCIANO, 2006, p.102). O aprendizado sobre o cotidiano dos indígenas é transmitido desde cedo pelos pais e avós, onde as crianças logo cedo aprendem sobre as responsabilidades que permite os inserir na vida social. Estes conhecimentos produzidos por seus ancestrais são compartilhados principalmente por meio da autorreflexão proporcionadas por mitos, festas, cerimônias e rituais (LUCIANO, 2006).

Esta discussão sobre território indígena, numa perspectiva de apropriação e identidade com o espaço social cotidiano, se fez necessária para a ancoragem com o conceito de memória. Para Le Goff (2003, p. 471), “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Sendo assim podemos inferir que o processo de construção da memória do povo indígena, perpassa pela concepção e manutenção dos seus ritos, mitos, e acima de tudo pelo valor de identidade que o seu território representa. Dessa forma, a partir do registro da memória destes povos, existirá a possibilidade de rememorar as suas lembranças antes que estas sejam apagadas como se não tivessem nenhum valor.

Luciano (2006) enfatiza o valor que a memória tem para o seu povo, relembando que foram mais de quinhentos anos de dominação, que pesem inclusive a extinção definitiva do seu povo no território brasileiro, mas resistindo a todas as dificuldades os indígenas estão vivos, para lembrar e viver a memória histórica dos seus ancestrais, e mais do que isso dar continuidade aos seus projetos coletivos de vida, buscando valores que são expressos por meio de rituais e crenças. Assim: “Viver a memória dos ancestrais significa projetar o futuro a partir das riquezas, dos valores, dos conhecimentos e das experiências do passado e do presente, para garantir uma vida melhor e mais abundante para todos os povos. ”

Ao falar sobre os instrumentos constitucionais que regulamentaram a legislação indígena, Luciano (2006) reforça que desde a primeira constituição, que atribuiu poderes exclusivos da União para atuar em questões legais destes povos (1934) muito já se melhorou. Mas que ainda estamos muito aquém tanto em questões de logística quanto em questões de infraestrutura. Ele afirma que: “São precisos programas que incorporem a recuperação de suas memórias históricas e a reafirmação de suas identidades étnicas e culturais e da valorização de suas culturas, assim como a preservação ambiental, o manejo de recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas etc.”.

Chegamos então ao entendimento, que para além perspectiva material e de poder do conceito geográfico de território, a identidade, a memória e os aspectos culturais, são no contexto indígena essenciais para seu entendimento. A relação entre identidade e território é tão forte que “toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária” (COSTA & COSTA, 2008).

Para iniciar o entendimento sobre as questões ligadas aos territórios indígenas e a luta que estes travam para conseguir o que lhes é por direito, iniciamos a partir da compreensão do entendimento da FUNAI sobre o que vem a ser uma Terra Indígena (TI). Segundo este órgão:

Terra indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele (s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada (FUNAI, 2016).

Este conceito é construído sobre o direito originário dos povos indígenas, legalizado pela primeira vez em 1680 quando a Coroa Portuguesa editou diplomas legais para regulamentar o processo de colonização, resguardando direitos territoriais aos indígenas. Em seguida pelo reconhecimento da autonomia destes povos na lei de 06 de julho de 1755. Estes dois momentos “reconheceram o caráter originário e imprescritível dos direitos dos indígenas sobre suas terras” (FUNAI, 2016). Os ditos direitos se consagraram na constituição de 1988 através do artigo 231, porém, mesmo com os seus direitos garantidos de alguma forma por lei, uma grande dificuldade no processo de demarcação, amparada pela lei 6001/73 (estatuto do índio) se apresentava, uma vez que até os anos de 1970 este processo era baseado no modelo de sociedade dominante, e conseqüentemente desconsiderava que o modelo de subsistência dos povos indígenas é baseado na pesca, na caça e na coleta, e não na moradia fixa prevista no estatuto do índio de 73.

Aconteceu que como em toda conquista destes povos o êxito demandou muita batalha por conta do movimento indígena, sendo em 1988 em meio ao processo de redemocratização do país, a partir da nova constituição, foi criado o princípio da diversidade cultural, construída como valor a ser promovido e respeitado, afim de, acabar com a equivocada ideia da tutela dos povos indígenas.

Assim, a partir dos anos 90 a garantia do direito originário começou a ser atendida a partir do conceito de territorialidade, mesmo que a passos curtos, o qual através de estudos antropológicos aprofundados, considera não só o uso atual e posterior da localidade, vislumbra também o uso futuro, baseando-se nos costumes e nas tradições dos povos indígenas, afim de atender o disposto no artigo 231 da constituição de 88.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O parágrafo 1º deste mesmo artigo ainda determina o que vem a ser as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Pode-se dizer a substituição dos termos de identificação negativa na constituição de 1988, gerou uma nova visão de identificação, aqui dita, positiva, a qual está galgada na territorialidade indígena, de modo que, a maneira que os indígenas se apropriam de um determinado território passou a ser fator determinante para a construção dos requisitos de validade da identidade territorial deste povo (MOURO, 2011, p. 8).

O resultado das lutas e conquistas dos povos indígenas no Brasil até meados segundo semestre de 2016, totalizam 545 terras demarcadas¹⁶ pela FUNAI, 31 reservas indígenas¹⁷, 6 terras interditadas¹⁸ e 6 terras dominiais¹⁹. Segundo dados da FUNAI (2016) as áreas destas terras chegam ao total de mais 113,5 milhões de hectares conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Terras indígenas reconhecidas pela FUNAI

	QUANTIDADE	ÁREA (HA)
Tradicionalmente ocupadas	545	112.362.100
Reservas indígenas	31	41.015
Terras interditadas	6	1.084.049
Terras dominiais	6	31.071

Fonte: FUNAI, 2016

2.3. Os indígenas e o direito pela terra: o movimento indígena brasileiro

O movimento indígena no Brasil se constituiu a partir da década de 70, quando após anos de extermínio colonizador, os indígenas decidem se organizar superando inclusive rivalidades constituídas a partir de contendas plantadas pelos portugueses,

¹⁶ Tradicionalmente ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. FUNAI (2016)

¹⁷ Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. FUNAI (2016)

¹⁸ Terras Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. FUNAI (2016)

¹⁹ Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil. FUNAI (2016)

afim de distanciar os povos nativos e subutiliza-los como mão de obra frente aos seus exércitos de colonização. Esta organização surgiu com o intuito de fortalecer a luta pelo atendimento dos seus direitos como povos originários. Assim, foram constituídos grupos que se responsabilizavam a fazer frente às articulações com a sociedade nacional, internacional e também com outros povos indígenas. Este agrupamento hoje recebe o nome de movimento indígena organizado (LUCIANO, 2006).

Buscando definir esse agrupamento, Luciano (2006, p. 58) afirma que o movimento indígena é: “o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”. É importante entender também o conceito de organização indígena, que ainda segundo Luciano (2006, p. 61) “é a forma pela qual uma comunidade ou povo indígena organiza seus trabalhos, sua luta e sua vida coletiva”. Dessa forma toda comunidade indígena tem sua organização própria, sendo objetivo desta, estabelecer um mínimo de ordenação, afim de se conhecer as responsabilidades e tarefas de cada um, estas por sua vez guiadas por metas, objetivos, estratégias e ações em comum. A partir desta organização que surgem os as figuras representativas nas comunidades indígenas, como por exemplo a figura do pajé, do cacique etc. Estes representantes possuem responsabilidades bem definidas e controladas por toda a comunidade.

O aqui intitulado movimento indígena brasileiro, não deve ser visto como apenas um único e engessado movimento, a essência deste se faz a partir de uma grande cadeia de movimentos indígenas espalhados por várias partes do Brasil, onde cada comunidade, cada aldeia, cada grupo possui seus anseios locais. Assim, a partir da conjuntura destes movimentos independentes é que nasce uma pauta única de cunho nacional, afim de articular no âmbito geral a luta dos interesses em comum.

Deve-se entender que a partir das lutas do movimento indígena brasileiro, este guiado pelas articulações das diversas lideranças indígenas, que foi possível no ano de 1988 convencer a sociedade brasileira e o congresso nacional a aprovar os direitos indígenas na atual constituição federal. Este mesmo movimento luta para que sejam respeitados os garantidos direitos pela terra, e até hoje tem conseguido êxito em muitas batalhas, ainda que este número ainda não seja nem perto do satisfatório. A luta também foi no âmbito educacional, onde depois de muita dificuldade foi aprovada a política educacional indígena diferenciada, tendo como objetivo mudar de forma radical os princípios pedagógicos, políticos, metodológicos e filosóficos na educação

indígena e assim permitir autonomia a autonomia destes povos o que se refere a produção e reprodução de conteúdo tradicional ou científico (LUCIANO, 2006).

O resultado destas articulações se estabelece na organização formal indígena, um modelo que parte da organização do branco, porém foi apropriado e adaptado pelos indígenas ao longo do tempo, dessa forma este povo tem evoluído e se apropriado de demais conhecimentos do branco, afim de terem subsídios para defenderem seus direitos, melhorarem seus próprios modos de vida, e fortalecerem suas tradicionalidades. Não se deve confundir a apropriação de conhecimento do branco com a mudança de cultura, ou mudança de hábitos, esse processo se trata da capacidade de resistência, e evolução afim de fortalecer seus modos e dar continuidade as suas identidades, tudo pautado a partir dos seus valores e tradições (LUCIANO, 2006).

Afim de institucionalizar as organizações indígenas e dessa forma proporcionar um fortalecimento representativo, surgiu nos últimos trinta anos as associações indígenas, esse modelo de agrupamento se estabelece através de grupos comunitários, tanto local, como regionais, bem como de natureza profissional, sindical, e de gênero. Estas associações tinham inicialmente o direcionamento de suas atividades voltado apenas para ações em defesa dos direitos básicos e a luta indígena no geral, porém com o tempo assumiram atividades mais técnicas como por exemplo a execução de projetos de auto sustentabilidade com apoio de recursos públicos e privados, assim como a implantação de projetos de cooperação internacional. Como exemplo destas associações na região de Porto Seguro podemos citar, Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR), Associação Pataxó Da Aldeia Pé Do Monte (APAPEM), Associação Dos Bugueiros Indígenas Pataxó Da Aldeia Barra Velha (ABIPA-BV).

Pode-se dizer que o modelo atual das organizações indígenas no Brasil surgiu a partir de uma forçada mudança de postura destes povos, afinal a resistência que era travada a muito tempo com uso de armas, passou a ser desenrolada no campo político, forçando assim os povos indígenas a se apropriarem desse novo conhecimento e assumir uma postura perante ao Estado Nacional colonizador.

O resultado dessa evolução já pôde ser visto no relatório do Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) de 2001, o qual relata que em 1970 não havia nenhuma organização indígena reconhecida, sendo que em 2001 eram 347

apenas na Amazônia Legal²⁰ (LUCIANO, 2006). Estas associações trouxeram consigo as figuras de outras lideranças representativas, dentre elas podemos citar os professores, os agentes de saúde, e agentes ambientais indígenas, os quais passaram a atuar como interlocutores com o Estado e organizações não governamentais. Estes grupos percorrem diariamente o país e o mundo afim de promover a luta pela defesa dos direitos indígenas, ocupando inclusive cadeiras em organizações como a ONU e a OEA (Organização dos Estados Americanos).

Porém, esta evolução também traz consigo diversas dificuldades para as organizações indígenas. Uma das principais é a obrigatoriedade de se apropriarem do modelo burocrático de organização social, econômica e política do branco. Este modelo hierarquizado verticalmente, o qual é a base da organização do estado colonizador, fere o modo de ser e fazer dos povos indígenas. Os valores culturais importantes como: generosidade, solidariedade e verdadeira democracia, confrontam o modus operandi do branco, o qual se estabelece a partir de processos administrativos e financeiros extremamente burocráticos. Dessa forma uma associação que historicamente segue o modelo vertical de hierarquia, pode gerar conflitos de poder entre a comunidade, uma vez que fragiliza a democracia horizontal, pois a competência de decisão é um direito inalienável, podendo assim, ser competência todos os indivíduos que compõem o grupo.

Infelizmente o modelo institucionalizado é o único caminho para acesso a recursos de cooperação internacional e público. Assim a tarefa difícil está em equalizar a lógica de operação dos grupos indígenas, afim de atender a um modelo que vai de encontro ao seu cotidiano, mas que obrigatoriamente estabelece formas operacionais próprias na tomada de decisão, bem como na distribuição de produtos e bens, noção de autoridade e autonomia, e representação política, tudo isso pautado por um aparato jurídico do obrigatório do estado que não reconhece de fato os direitos dos povos indígenas, e hoje é a maior falsa justificativa da negação dos direitos destes povos.

Os desafios das associações são os mais diversos, como por exemplo a grande dependência que os povos indígenas em conseguir resolver os seus problemas, desde as situações mais simples as mais complicadas. Esta dependência é resultado

²⁰ Amazônia Legal é o nome atribuído pelo governo brasileiro a uma determinada área da Floresta Amazônica, pertencente ao Brasil, e que abrange nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

de mais 100 anos de paternalismo e tutela. Parte inclusive das precárias condições de auto sustentação que as comunidades indígenas possuem, estes povos têm travado uma grande luta contra a subsistência. Se a dificuldade está em sobreviver tendo condições mínimas de dignidade, como difícil será manter organizações representativas que atuem verdadeiramente pelos seus interesses?

O direcionamento político, social a ser seguido deveria ser o de ultrapassar a barreira da tutela de um Estado Colonizador, em busca da recuperação da autoestima, e capacidade de se auto sustentar a partir de conhecimentos tradicionais, utilizando dos seus recursos naturais por direito, sendo capacitados para também trabalhar com as tecnologias do mundo atual (LUCIANO, 2006). A questão é que as dificuldades aparecem desde manter os direitos já adquiridos, além de ter que brigar por direitos necessários para manter a perspectiva étnica do futuro. Precisa-se primeiramente desmistificar que os povos indígenas são transitórios no Brasil, e que daqui algum tempo estes serão extintos, seja de forma natural ou por políticas governamentais genocidas. Para que isso aconteça as organizações indígenas devem ser fortalecidas, já ficou provado que esse tipo de agrupamento fortalece a causa, exemplo disso são as lutas contra as diversas propostas de emendas constitucionais (PECs) que tramitam no congresso nacional, muitas delas recuadas depois de muita manifestação dos grupos indígenas.

2.4. Potencialidade das geotecnologias para preservação da memória e identidade dos povos indígenas

Partindo da visão etimológica da palavra tecnologia que nasce do grego “*tekne*” ou em português “*técno*” que significa “*técnica, arte ofício*”, e “*logia*” que significa “*estudo*”, dar-se a construção do referencial teórico tecnológico deste trabalho, tendo a visão da tecnologia enquanto epistemologia da técnica. Esta que por sua vez pode ser dita como um produto da ciência que envolve como enfoque a resolução de problemas a partir da aplicação de instrumentos, métodos e técnicas, a qual reflete ao cotidiano dos indígenas pataxó sendo evidenciada pelas mais variadas tecnologias aplicadas no seu dia-a-dia, seja na caça, na pintura, na medicina ou seja em todas as suas ações. Assim é importante deixar claro que as tecnologias neste trabalho são entendidas como processos humanos criativos, o que nada mais é do que a capacidade do homem se reinventar para atender as suas demandas.

A partir conhecimento da tecnologia como processo pode-se entender um pouco sobre o crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, a qual surgiu a partir da revolução tecnico-científica pós segunda guerra mundial. Esse período que por ora pode ser dito como recente, proporcionou uma evidente evolução tecnológica na época. Já na contemporaneidade esta dita evolução estabeleceu novas técnicas para difusão das relações sociais, sendo evidenciadas pelo sucesso das redes sociais, assim como na velocidade atual de compartilhamento de informações entre pessoas independentemente da localidade destas (HETKOWSKI et al, 2012).

Nas comunidades indígenas conhecimento tecnológico está ligado a habilidade necessária para a fabricação de objetos ou uso destes. Esta arte tecnológica que é dominada por homens e mulheres indígenas de acordo com a sua função nas aldeias, vem desde os primórdios passando por evolução. Um exemplo desta cadeia evolutiva e participativa está em uma jovem que aprende com a mãe ou avó a plantar e colher algodão, e depois desta matéria prima produzido a mesma jovem aprende a tecer redes. O conhecimento compartilhado por estes sujeitos, dito aqui como tecnológico, se assemelha ao conhecimento de um cientista, para o conhecimento de um agrônomo e por fim de um artista. Segundo Portocarrero (2010, p. 60),

A tecnologia indígena compreende conhecimentos aplicados na transformação de recursos naturais em objetos ou produtos utilizados com inúmeras finalidades: da alimentação e uso doméstico até o transporte (por exemplo, fabricação de canoas), moradia, uso ritual (festivais e pajelanças) e, crescentemente, a comercialização. Os objetos podem ser classificados de acordo com as matérias-primas, as técnicas usadas em sua fabricação ou segundo o seu uso em diversas categorias: adornos ou enfeites, arte plumária, brinquedos infantis, caça, pesca, transporte, cerâmica, cestaria, instrumentos musicais, tecelagem, habitação e uso ritual.

Já a geotecnologia está ligada com o estudo do espaço, o qual possibilita ao homem vivenciar as relações socioespaciais pretendidas. Dessa forma elas podem ser utilizadas para facilitar o entendimento do espaço geográfico, proporcionando uma nova relação entre o espaço vivido e percebido. Segundo Brito e Hetkowski (2010), a utilização destas potencialidades representa também uma possibilidade de inclusão, pois pode inserir o sujeito no mundo digital e fortalecer os enlaces de pertencimento, de conhecimento e cidadania com a construção de uma compreensão acerca do espaço geográfico. Hetkowski (2010, p. 6) afirma que as:

[...] tecnologias são processos humanos criativos, que envolvem elementos materiais (instrumentos e técnicas) e imateriais (simbólicos e cognitivos) e que se encarnam na linguagem do saber e do fazer dos homens. Assim, a geotecnologia representa a capacidade criativa dos homens, através de técnicas e de situações cognitivas, representar situações espaciais e de localização para melhor compreender a condição humana. Assim, potencializar as tecnologias, significa ampliar as possibilidades criativas do homem, bem como ampliar os “olhares” à exploração de situações cotidianas relacionadas ao espaço geográfico, ao lugar da política, a representação de instancias conhecidas e/ou desconhecidas, a ampliação das experiências e a condição de identificação com o espaço vivido (rua, bairro, cidade, estado, país).

Podemos compreender a evolução das TIC's como potencializadoras do estudo e aplicação das geotecnologias, a partir das mudanças em ferramentas técnicas que outrora eram utilizadas apenas por especialistas, e atualmente ganharam novas funcionalidades, criando assim, novas utilidades nas mãos de pessoas que não se aprofundaram em conhecimentos técnicos na área. Podemos citar ferramentas como *Google Maps*, hoje muito utilizada como sistema de posicionamento global (*global positioning system*, GPS) ou até mesmo o recurso do *Google Maps* chamado *Google Street View* que permite a visualização de visões panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical, possibilitando que os usuários vejam partes de algumas regiões do mundo ao nível do chão e solo. Projetos como estes são relativamente novos no Brasil, o projeto *Street View* por exemplo nasceu em 2009, a partir da parceria da Google com a FIAT para trazer o serviço de captura de imagens de ruas e avenidas. Para complementar este entendimento podemos considerar que:

As geotecnologias, estão entendidas como sendo as novas tecnologias ligadas às geociências e às outras correlatas. As geotecnologias trazem, no seu bojo, avanços significativos no desenvolvimento de pesquisas, em ações de planejamento, em processos de gestão e em tantos outros aspectos à questão espacial (FITZ, 2005, p.3).

Estas são apenas algumas das novas utilidades das geotecnologias no cotidiano das pessoas. Poderíamos citar também, o recurso de escolha de rotas de trânsito, a qual permite aos usuários através de aplicativos interativos, optar pelas rotas de que estão menos congestionadas, este recurso que é muito utilizado nas capitais tem auxiliado as pessoas a chegar nos seus compromissos com maior

eficiência. A utilização das geotecnologias nesse contexto permitiu também que pessoas espalhadas por todas as partes do mundo consigam subsídios para compreender de alguma forma o espaço geográfico de lugares extremamente longínquos, os quais, talvez, nunca terão a oportunidade de ir pessoalmente.

Quando o assunto são sites em formato de portais, podemos citar a visão de Baroni (2005) o qual afirma que o uso de portais permite a integração, colaboração e personalização baseadas na utilização de recursos de TIC e da Web. Ele ainda apresenta o conceito de portal, “portal é uma plataforma tecnológica que permite que os trabalhadores do conhecimento acessem e compartilhem informações, tomem decisões e realizem ações independentemente da sua localização física, do formato da informação e do local em que ela está armazenada”. Dessa forma, o portal está ligado com a integração de sistemas, exigindo muito trabalho de infraestrutura da equipe de TICs, de colaboradores.

Na realidade, um portal é o agrupamento de informações ofertadas em diversos meios eletrônicos (e-mail, chat, redes sociais, shopping virtuais, mecanismos de buscas, etc), com o intuito de permitir ao usuário em um único endereço eletrônico a possibilidade de acessar diversas informações que atendam suas expectativas, e a partir daí gerar a fidelização destes. Estas informações podem ser apresentadas de maneira generalizada, ou até mesmo de maneira especializadas, variando de acordo com os objetivos do portal. No caso da ferramenta proposta para os PIP de Porto Seguro -BA esta ferramenta permitirá a concentração de informações tanto generalizadas sobre estes povos, como informações extremamente específicas.

Barbosa (2004), diz que portais são a evolução dos mecanismos de busca, os quais foram criados para pesquisar e ordenar conteúdos da web, que com o tempo passaram a armazenar documentos e sites dos mais diversos assuntos como turismo, notícias, esportes, cultura, entre outros. Em seguida passaram a integrar recursos de comunicação das comunidades virtuais, como fóruns, chats, redes sociais. A partir daí estes portais passaram a ser um ponto de reunião de serviços e informações, estando a essência em manter um ponto inicial e muitas vezes também obrigatório para acesso do usuário a informações que lhe interessam.

As informações publicadas em meios científicos classificam vários tipos de portais de acordo com a sua aplicação. Assim, os estes podem ser classificados inicialmente como públicos ou corporativos. Os primeiros criados segundo Barbosa (2004), foram apenas motores de busca, os quais posteriormente foram atualizados,

e passaram a receber recursos interativos, incorporando serviços dos mais diversos, podemos citar o *yahoo*, *uol*, *terra*, etc. Em seguida podemos classifica-los quanto a sua utilização, Shilakes e Tylman (*apud* KRANEN, 2001, p. 11) afirmam que os portais podem ser classificados como: os de conteúdo, que permitem o acesso a uma vasta gama de informações existentes na rede e os de informações empresariais que viabilizam e restringem o acesso a informações de uma determinada empresa, seus empregados, clientes e colaboradores.

Já Kranen (2001, p. 11) aponta duas categorias de portal: os para Internet e aqueles destinados a Intranet, destacando que estes devem prover mecanismos de busca eficiente, mas também possibilitar o uso por parte de um grupo de pessoas previamente identificadas que tenham interesse, habilidades e perícias semelhantes (*Information Portals*) ou que possuam uma área comum de afinidade (*Knowledge Portals*). Contudo, sua função é viabilizar o acesso a informações armazenadas, interna ou externamente.

Assim, seguindo as nomenclaturas apresentada por Kranen (2001, p. 13-4) classificamos o PCI como:

Portal de Informações ou de Conteúdo – trata-se daquele capaz apenas de organizar grandes acervos de conteúdo a partir dos temas ou assuntos neles contidos, conectando as pessoas às informações”. Também como “**Portais com Ênfase em Processamento Colaborativo** – lidam com informações tanto da cadeia produtiva tradicional, armazenadas e manipuladas por aplicativos, como informações geradas por grupos ou indivíduos fora dessa cadeia, como documentos, gráficos e relatórios”. Assim como “**Portal de Especialistas** – se caracteriza por um meio de comunicação e troca de experiências entre pessoas especializadas em determinadas áreas do conhecimento, por meio de comunicação em tempo real, educação à distância e manutenção de cadastro automático de especialistas”. Dessa forma por fim como “**Portal do Conhecimento** – é, na verdade, é um ponto de convergência dos Portais de Informação, Colaborativos e de Especialistas, sendo capaz de implementar tudo que os outros tipos de portais implementam e de fornecer conteúdo personalizado de acordo com a atividade de cada usuário.

É importante dizer que a cada dia maior é a quantidade de informações que trafegam na rede, a cada minuto mais publicações são feitas, mais notícias vinculadas, o que de certa forma pode gerar uma série de problemas quanto a autenticidade das informações, assim, faz-se necessário procedimentos para composição de um padrão de qualidade compatível com teor das informações. Em

suma fica claro que não se trata de simplesmente disponibilizar conteúdo, a proposta deve proporcionar informações que sejam aceitas pelas comunidades leitoras, e para isso a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa é de extrema importância.

No contexto do PCI procuramos desde o início envolver a comunidade indígena, dessa forma a partir do momento em que eles se tornaram parte do processo de desenvolvimento, ou seja, parte da equipe, cria-se uma identidade com o objeto deste estudo, assim o sentimento de pertencimento é imbricado no processo. Como os sujeitos indígenas são a principal fonte de conteúdo do portal, nada melhor do que o resultado deste trabalho, também seja um resultado deles, afinal a pesquisa também é deles.

Assim, no contexto Pataxó mais precisamente das aldeias de Porto Seguro, busca-se, a produção de uma ferramenta digital, com recursos geotecnológicos que que auxilie na preservação das suas memórias. Algumas das aldeias Pataxó fazem parte de roteiros turísticos, tais como a "Reserva da Jaqueira", compondo uma reserva ecológica administrada pelos próprios indígenas, apoiados pelo turismo étnico local/regional, o que representa para a comunidade interna uma alternativa de economia sustentável, bem como a possibilidade de preservação e divulgação cultural. Dessa forma evidenciar as ações da comunidade indígena na região através de meios digitais pode ser uma importante estratégia para estas comunidades. Operacionalizando esta necessidade será utilizado sistemas de informação geográfica para executar levantamento, armazenamento, processamento e requisição de dados espaciais em banco de dados georeferenciados, identificando as funcionalidades presentes no sistema para apresentar mapas interativos.

Segundo Korte (2001), o Sistema de Informação Geográfica - SIG é uma ferramenta utilizada para análise de informação geográfica, que usa funções de dados geométricos ligados a tabelas de atributos alfanuméricos. Essas ligações são feitas por meio de um identificador (chave). Dessa forma propõe-se implantação de ferramentas SIG (Sistema de Informação Geográfica) ou GIS (*Geographic Information System, do acrônimo/acrônimo inglês*), para gerenciamento de bancos de dados geográficos com SQL²¹ Espacial (*Structured Query Language*, ou Linguagem de Consulta Estruturada).

²¹ É uma linguagem de pesquisa declarativa que se tornou padrão em banco de dados relacional.

Vale salientar que "a principal diferença de um SIG para um sistema de informação convencional é a sua capacidade de armazenar tanto os atributos descritivos como as geometrias dos diferentes tipos de dados geográficos" (CÂMARA, 2001). Assim podem-se executar consultas diretas no banco de dados e apresentá-las em forma gráfica, diretamente nos mapas.

Espera-se com o desenvolvimento desta funcionalidade a entrega de uma ferramenta tecnológica interativa, que auxilie a aproximação da comunidade em geral para com a comunidade indígena Pataxó de determinadas aldeias, isto através de um material descrito e expresso a ser apresentado na forma de um portal interativo.

As informações coletadas serão disponibilizadas através de um portal dinâmico cuja página inicial apresentará informações sobre o povo Pataxó, de uma forma geral. Nesta mesma página será disponibilizado um link para acesso a ferramenta interativa - "geopataxo". A partir daí os mapas interativos ficarão à disposição via ferramenta geotecnológica, contendo além de fotografias tiradas diretamente nas aldeias geomapeadas, informações de rotas turísticas das mesmas. O intuito não é apenas apresentar informações dessa etnia de forma generalizada. O que pode tornar o projeto inovador frente ao que já está disponibilizado via internet é a possibilidade de apresentar o acervo cultural de cada uma das aldeias geomapeadas a partir de uma visão dos próprios sujeitos desta, possibilitando, assim, informações específicas das aldeias pesquisadas ao invés de apenas o conhecimento geral sobre os povos Pataxó, lembrando ainda que o material disponibilizado, será construído e sistematizado pelos próprios indígenas.

Pretende-se dar maior eficácia para comunicação e informação sobre a cultura dos povos Pataxó, possibilitando o resgate ao respeito às diferenças étnico-raciais além de contribuir com estes povos no que se refere à ampliação de sua inserção no desenvolvimento regional. O replicar de uma ferramenta tecnológica bem embasada e de acesso amplo, via internet, pode auxiliar na colocação dos povos Pataxó no centro da democratização das relações sociais e pode reforçar o direito à cidadania a partir do caráter social e público da informação e da sua identidade.

3. O ESTUDO E SEU *TRIOKÁ*: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A palavra *Trioká*, foi escolhida, neste capítulo, para ilustrar o percurso metodológico trilhado durante a pesquisa, uma vez que este vocábulo do idioma *Patxôhã* significa caminho, que, por sua vez, pretende traduzir o investimento feito pelo pesquisador e pelos atores do envolvidos, na construção de uma metodologia que contemple as questões de pesquisa demandadas pelo estudo. Nesse sentido apresento meu desejo de contribuir a partir de uma ação inicial para se iniciar um movimento que tenha uma contribuição social para o PIP, porém essa vontade necessita de ações para que esse desejo produza o efeito esperado. Sendo assim defini palavras que descrevem esse momento da pesquisa, a primeira delas é “**acreditar**”. Acreditar que de fato, podemos, devemos e temos condições de conseguir alcançar o objetivo por maior que este seja. Mas é necessário também pensar na segunda palavra: “**agir**”. Agir para fazer o que precisa ser feito, criar condições para alcançar o desejado, e estas duas necessitam caminhar juntamente com a necessidade de planejar para que o desejo e a ação sejam descritos e executados conforme o previsto, e assim a vontade se transforma em resultados.

O intuito de investigar as expressões de um povo gerou como primeira ação a necessidade de coletar todas as informações e registros que pudéssemos ter acesso, para ter subsídio na construção de um acervo de dados que outrora serviriam para alimentar uma possível base de dados. Mas durante o processo de pesquisa, nas minhas caminhadas teóricas e na tão importante vivência de campo, observei que essa ação não poderia ser executada de forma irresponsável e dessa forma a mesma deveria ser sistematizada, com o objetivo de valorizar a grande importância dos dados coletados. A partir daí se apresentou o delineamento da pesquisa, com propósito de organizar o trabalho para traçar os caminhos metodológicos que seriam necessários.

Logo, antes abordar o tipo de pesquisa e descrever a metodologia é importante dizer que o método é o caminho estabelecido para alcançar determinado objetivo, esse caminho por sua vez pode ser modificado por conta de dificuldades que possam aparecer no decorrer da caminhada, (GATTI, 2007, p. 63) diz que “o método não um roteiro fixo, é uma referência”. Assim o método se apresenta como algo maleável, como ferramenta que é adaptada durante o processo, afinal o fazer pesquisa perpassa

pela construção natural do método, pois caso contrário os pesquisadores estariam aprisionados em uma rigidez que comprometeriam a qualidade da pesquisa.

O fato de ser recomendado que o método seja dinâmico ao invés de estático ou até mesmo rígido reflete a recomendação de Gatti que afirma que “o método é vivo”, uma vez que é competência do pesquisador ter aporte teórico capaz de permitir correlacionar teoria e prática. Assim a partir dos registros de caminhada da pesquisa em questão, será possível tomar decisões, que influenciarão nos resultados. Lembrando que os registros devem ser feitos tanto de experiências positivas ou negativas, afinal qualquer experiência é bem-vinda no momento de nortear a pesquisa.

Para iniciar este percurso foi escolhida como base para exploração de conteúdos e execução das ações, **a abordagem participativa**, está que se insere numa metodologia de **investigação qualitativa**.

O motivo desta escolha está no fato deste tipo de pesquisa possibilitar a obtenção de dados descritivos a partir de interação direta do pesquisador com o objeto de estudo. Nesse caso a minha inserção na comunidade indígena, a partir de contato com as lideranças de algumas aldeias, e com demais sujeitos das aldeias me possibilitou buscar entendimento do fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos estudados.

Algumas características dessa modalidade de investigação explanadas por GODOY (1995, p.62) estão imbricadas nesse trabalho. 1. O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, característica que se solidificam através da inserção do pesquisador no *lócus*, e aceitação da comunidade Pataxó em contribuir com o projeto; 2. O caráter descritivo, afinal a pesquisa busca descrever as características de uma população, meta que é buscada através do levantamento e registro das memórias do povo pataxó; 3. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador, uma vez que o intuito deste pesquisador é possibilitar meios para que sejam produzidos, sistematizados e registrados conteúdos que contemplem as memórias das aldeias pataxó de Porto Seguro, estas por sua vez descritas pelos próprios PIP. Nesse sentido, as minhas participações em reuniões juntamente com as lideranças e demais membros, as visitas em algumas das aldeias, a participação em eventos indígenas e o envolvimento da comunidade indígena com o projeto, refletem o tipo de abordagem citada.

Desde o momento que a proposta foi apresentada para superintendência indígena nas pessoas do Juari Pataxó e sua equipe, pude observar o grande interesse que eles tinham na produção de uma pesquisa deste cunho. Algo que me chamou atenção foi fato deles afirmarem que mesmo eles estando tão envolvidos com a comunidade indígena da região, não tinham conhecimento da existência de pesquisas produzidas para/com a comunidade pataxó com um intuito mais específico nas aldeias de Porto Seguro, e que acima de tudo que o resultado da pesquisa gerasse um produto que atendesse a comunidade tanto turisticamente como educacionalmente.

Neste primeiro momento também tivemos a presença do professor Eurico Lourenço Sena do IFBA – Instituto Federal da Bahia o qual também é indígena e enxergou na ferramenta desde o início uma possibilidade didática tanto para alunos, como para turistas. Dessa forma a proposta inicial foi apresentada, as minhas intenções enquanto pesquisador explicitadas, e a partir daí tive o aceite e compromisso verbal de colaboração para a construção da pesquisa.

O envolvimento dos indígenas com a pesquisa, não apenas como meros participantes, mas como colaboradores do processo de construção, proporciona a evidenciação da ótica dos sujeitos sobre o estudo. Esse processo de envolvimento fortalece a construção do protagonismo indígena na construção de uma reflexão teórica e prática, onde estes sujeitos deixam de ser apenas objetos de estudo e passam a ser protagonistas da sua própria realidade social. Tratar de pesquisa aplicada em comunidades não deve ser uma busca por verdades absolutas, deve ser uma consulta constante a explicação para verdades momentâneas. Gatti (2007 p.58) reforça que “A verdade é uma abstração. Socialmente falando, verdades podem ser consensos historicamente construídos e, assim, mutáveis”. Dessa forma esse estudo busca trazer a partir da ótica dos sujeitos verdades que estão relacionadas a um determinado espaço e um determinado tempo.

Outra importância em trabalhar com pesquisa aplicada é a possibilidade de fazer parte de um mover para o fomento da construção de outros saberes que não apenas o produzido nas universidades. Por muito se tinha a academia contribuiu para a criação da ideia que os conhecimentos aqui dito não-científicos de certa forma não eram qualificados, e sendo assim o conhecimento válido era apenas aquele produzido dentro das universidades. Um conceito introduzido por Santos (2004) estabelece a chamada “ecologia dos saberes”. A proposta do autor se baseia na construção de diálogos científicos ou humanísticos, estes produzidos normalmente nas

universidades, e os chamados saberes leitos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que estão imbricados com a sociedade (SANTOS, 2004).

A proposta da “ecologia de saberes” direciona os estudos para uma coautoria de pesquisas, onde a sociedade e os acadêmicos podem vivenciar uma nova experiência que parte da troca de saberes, e não da imposição de verdades. A proposta de Santos está direcionada a eliminação da hierarquia de saberes, uma vez que essa hierarquização pode causar exclusão, a proposta enquanto pesquisa aplicada está em unir, em compartilhar e acima de tudo em colaborar.

As pesquisas de cunho participante favorecem a aproximação da universidade com a sociedade, esse resultado proporciona o fortalecimento das parcerias entre instituições e comunidades, uma vez que a pesquisa deixa de ser do pesquisador, e passa a ser da sociedade. Nessa pesquisa buscamos em todo momento não reduzir os saberes, uma vez que os indivíduos vêm as coisas de óticas diferentes. E em se tratar de saberes indígenas como é o caso da pesquisa muito tem-se a aprender com os sujeitos. Paulo Freire (1988) já dizia que não podemos conhecer a realidade que os sujeitos envolvidos vivenciam, a não ser tendo estes se tornado sujeitos da produção do conhecimento, afinal um conhecimento do conhecimento anterior (aquele produzido a partir da experiência cotidiana) produz um novo conhecimento.

Assim, a proposta desta metodologia está em liberta-se da hierarquização das pesquisas ditas rígidas, liberta-se também do julgamento de saberes e conhecimento. O intuito é aproveitar as experiências de cada sujeito que está direta ou indiretamente envolvido no estudo. Rotular as experiências individuais e de grupos, as quais são extremamente subjetivas, é negar a grandiosa importância que cada uma tem na construção dos saberes. Nesse contexto buscamos a valorização do cotidiano dos participantes, uma vez que estes sujeitos são tratados aqui também como pesquisadores.

É importante dizer que as decisões e escolhas que direcionaram da pesquisa foram tomadas em conjunto com os sujeitos envolvidos, um exemplo disso é que inicialmente apresentei uma proposta de produzir um site em formato portfólio o qual traria textos e material multimídia (fotos, vídeos, áudios) sobre os indígenas. A proposta se apresentou desde o início atrativa aos pataxó, mas, ainda poderia ser modelada, com o intuito de atender outras demandas desta comunidade, e a partir daí novas ideias foram surgindo, o que gerou uma série de atualizações da pesquisa,

como por exemplo a inserção de um sistema de geolocalização das aldeias pataxó de Porto Seguro - BA, produção dentro do portal de mecanismos que permitam a constante atualização de notícias e matérias sobre os indígenas, de maneira que diversos autores possam interagir diretamente com o portal, desde que estes sejam previamente cadastrados no sistema e permissões em níveis diferentes sejam concedidas. A própria delimitação inicial das três aldeias (Aldeia Mãe Barra Velha, Aldeia Velha além da Reserva Pataxó da Jaqueira) que seriam executadas as atividades, buscando não selecionar muitas localidades para que os trabalhos sejam feitos com a máxima qualidade e atenção nas três que serviram como projeto piloto.

O que era um projeto para desenvolvimento enquanto produto de um portfólio indígena, se tornou uma pesquisa para desenvolvimento de um portal da memória dos Pataxó de Porto Seguro, desenvolvido a partir de notícias do seu cotidiano, este por sua vez com recursos dinâmicos para permitir a auto alimentação e manutenção por conta sujeitos envolvido, além de contar com sistema de geolocalização das aldeias da região, todas estas demandas levantadas pelos próprios pataxó.

O meu papel enquanto pesquisador foi o de entender, colaborar e viabilizar as demandas. Esta postura reflete a base conceitual apresentada por Maria Ozanira da Silva e Silva (1986, p.153) ao dizer que na pesquisa participante: "Pode o pesquisador, juntamente com os grupos elaborar e desenvolver, conjuntamente, uma proposta de investigação ou, ainda, a proposta pode se originar do investigador e contar com a participação dos grupos interessados". Ainda complementando a ideia Brandão (1985, p.252) afirma que, "o papel do intelectual (o educador, o cientista social, o agente da mudança) é o de ser um ouvinte atento das decisões dos movimentos populares, ou das necessidades comunitárias efetivas". Assim busquei não focar na minha proposta apenas, uma vez que se agisse dessa forma estaria fazendo uma pesquisa apenas para mim. Procurei me manter aberto as contrapropostas que os indígenas tinham a fazer, afinal, o produto produzido durante o percurso desta pesquisa tem que acima de tudo ser útil para eles. Desta forma a inserção no *lócus* e o envolvimento com os sujeitos se tornaram cruciais para o andamento da pesquisa.

3.1. A pesquisa participante e seus elementos

A pesquisa participante está além da simples frequente presença do pesquisador no *lócus*, o que se espera de uma investigação com abordagem participante é a aplicação dos conhecimentos tanto teóricos como práticos deste pesquisador, em busca de uma efetiva utilização dos conhecimentos e experiências obtidas no cotidiano do seu trabalho para a construção e execução de projetos inovadores.

Dessa forma o processo de intervenção está diretamente ligado à prática de conhecer, de se envolver, de imaginar e a partir desse subsídio, proporcionar novas experiências para a educação, de forma que cada experiência seja reinventada, e assim seja única. Brandão (1999, p.38) afirma que a pesquisa participante “é a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”.

Seguindo essa ideia pode-se dizer que participação dos sujeitos estudados nesta pesquisa é de extrema importância para o seu sucesso, talvez o maior desafio está em corresponder com aqueles que ao participar da construção criam expectativas com o resultado, e estas expectativas muitas vezes internalizadas, nem sempre são alcançadas, porém, o ato de envolver os sujeitos pode diminuir a uma possível frustração, uma vez que o resultado não é uma compilação da visão deste pesquisador e sim uma construção conjunta entre pesquisado e pesquisador.

Vale lembrar que um dos anseios desta pesquisa é a de produção de uma ferramenta educacional com informações genuínas que auxilie no processo de ensino história e cultura indígena, a qual segundo a LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008 no seu artigo. 26-A estabelece que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). Ainda segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia:

[...] é imprescindível que todos os educadores da rede pública de ensino se apropriem de conhecimentos básicos sobre os povos indígenas do Brasil e da Bahia: quem são, quantos são, como vivem, aspectos próprios de cada cultura, como se organizam, entender a trajetória histórico/cultural dos povos indígenas do Brasil, notadamente dos índios da região nordeste do país, bem como, suas estratégias e resistência para manutenção de sua cultura e de seus direitos

enquanto povos diferenciados da sociedade nacional (BRASIL, BAHIA, 2016).

No processo de diálogo diário com os professores das Instituições que leciono, pude observar que existe uma falta clareza nos conceitos que são discutidos na sobre a temática indígena, e esse diagnóstico segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2016), nos mostra a urgência de sentarmos e dialogarmos, nos mantermos sensíveis ao considerar que os indígenas podem, sim, ser autores e construtores da sua própria história, sendo esse um caminho positivo para compreender e valorizar o outro na sua essência (BRASIL, BAHIA, 2016).

Dessa forma a ferramenta construída poderá ser sugerida como referência bibliográfica complementar, tendo como intuito aproximar os professores e alunos da realidade vivida pelos povos Pataxó na região de Porto Seguro, mostrando um pouco do cotidiano destas comunidades, e dessa forma promovendo uma nova possibilidade de abordagem cultural que se pode e apresentar como algo tão valioso em sala de aula.

Brandão (1985, p.8), afirma que “só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga”. A partir dessa contextualização posso reforçar que o fato de estar engajado localmente, afinal moro já algum tempo na região que a pesquisa se desdobra, e também o fato de possuir engajamento educacional, atuando professor nos diversos níveis da educação na região, inclusive com alunos indígenas, possibilita um interesse ainda maior no resultado desta pesquisa.

3.2. Descrevendo o *lócus* e os sujeitos da pesquisa

Segundo Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas (FUNAI, 2012) esta etnia vive nos Extremo Sul da Bahia, distribuídos em cerca de trinta e oito aldeias na Bahia nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Itamaraju; e em 7 aldeias no estado de Minas Gerais nos municípios de Carmésia, Araçuaí, Açucena e Itapeçerica.

O povo identificado como Pataxó pelas diversas fontes históricas vivia tradicionalmente entre as bacias dos rios João Tiba e São Mateus, ao Sul, e Pardo e Contas, ao Norte, convivendo em contato com um bom número de outras etnias. A

história do povo Pataxó é marcada por lutas e momentos de dispersão em decorrência da intensa pressão que sofreram com a expansão da atividade turística e criação de unidades de conservação em seus territórios. Chegaram a ser descritos pela literatura como um povo extinto nos anos 50, logo após eventos que marcaram fortemente o modo de vida e a história do povo. Aqui nos referimos ao evento que os Pataxó denominam de "Fogo de 51" e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal. Desde essa época, os Pataxó vêm lutando para manterem-se no território e garantirem seus direitos. (PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL DO POVO PATAXÓ DE BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS, 2012, p. 25)

Assim como *lócus* da pesquisa foram selecionadas três localidades, sendo elas a **Aldeia Mãe Barra Velha**, **Aldeia Velha** além da **Reserva Pataxó da Jaqueira**. A escolha destas aldeias se deu a partir das reuniões com as lideranças. Em conversas com os indígenas Juari Pataxó e com o Karkaju Pataxó (ambos representantes dos indígenas na região) chegamos à conclusão que estas seriam ideias como projeto piloto, uma vez que já existe em *lócus* algum material informacional produzido sobre as aldeias, o que de certa forma facilitaria a obtenção destes conteúdos que alimentarão o sistema.

A **Aldeia Pataxó Barra Velha** (figura 4), está localizada nas proximidades do vilarejo de Porto Seguro – BA conhecido como Cariava. Para contar o estabelecimento dos Pataxó na região, perpassamos pela reivindicação das suas terras desde o período colonial. Vários momentos importantes foram protagonizados na região no processo de constituição da chamada Terra Indígena Pataxó Aldeia Velha, e para entendermos um pouco dos sujeitos que ali vivem, devemos conhecer os processos de resistência que ali foram registrados. Esta aldeia foi escolhida por conta do seu alto valor histórico e sentimental para os indígenas, isso deu pelo fato de alguns dos maiores confrontos dos pataxós com os homens-brancos terem sido protagonizados nesta localidade.



Figura 4: Mapa Aldeia Barra Velha
Fonte: Funai 2016

A terra indígena Aldeia Barra Velha foi criada pelo governo da província da Bahia no ano de 1861, estando localizada nas proximidades do rio Corumbau. Nessa época recebeu o nome de aldeia Bom Jardim e já tinha em sua maioria os povos Pataxó. Porém eles não eram os únicos indígenas na região, nessa época conviviam naquele local também os Tupis, Botocudos, *Maxakalis* e os *Kamakãs*. Os conflitos, no entanto, foram acentuados a partir de 1940, ano que foi criado o Parque Nacional do Monte Pascoal – PNMP, onde o episódio mais trágico aconteceu no ano de 1951, e ficou conhecido como “Fogo de 1951” e mais precisamente pela comunidade indígena como “Revolta de Barra Velha”.

O fatídico episódio foi motivado pela ganância do branco-colonizador em investida pela expropriação das terras indígenas, e da mesma forma pela brava resistência dos indígenas em permanecerem em suas terras. Embora já existisse nessa época uma convivência de certa forma amistosa entre os não-indígenas e os indígenas, já havia um grupo, que guiados pela ganância descriminavam os nativos afim de conseguir as terras que não lhes pertencia.

Quando souberam que existiria dentro de suas terras um parque, os indígenas procuraram o Serviço de Proteção do Índio – SPI²², órgão público criado no ano de 1910 pelo governo do presidente Nilo Peçanha e dirigido pelo militar Marechal Cândido Rondon, que tinha o objetivo de cuidar dos interesses dos indígenas do Brasil, para reivindicar o direito às suas terras, porém não obtiveram êxito.

O ápice dos problemas foi quando tempos depois das constantes idas das lideranças indígenas ao SPI, apareceram na região dois homens que se apresentaram como engenheiro e afirmavam ser responsáveis pela demarcação das terras indígenas no sul da Bahia. Estes na realidade eram saqueadores que se juntaram aos Pataxó e saquearam um comerciante no vilarejo de Corumbau. A comunidade local se revoltou com os indígenas, e dias depois as polícias militares de Porto Seguro – BA e Prado – BA, invadiram Aldeia Velha na madrugada, matando vários indígenas e destruindo as ocas, abusando sexualmente das mulheres, e escravizando os homens.

Por conta do massacre muitos indígenas que viviam na região se dispersaram, alguns passaram a viver em matas longínquas, outros aceitaram abrigo de fazendeiros e passaram a ter sua mão de obra explorada. Esse episódio, porém, não é apenas sobre o massacre dos indígenas, é também memória destes povos sobre a luta sobre os seus direitos pela terra, a luta de um povo que não desistiu, e assim conseguiram na década de 70, o retorno de diversas famílias para a aldeia Barra Velha, iniciou-se novamente o processo de luta para o reconhecimento e demarcação das terras indígenas. Os Pataxó conseguiram no ano de 1991 a homologação efetiva da demarcação do seu lar, isso a partir de muita luta, e uma grande quantidade de movimentos organizados para atingir seus objetivos e culminando na manutenção dos seus direitos. Ainda segundo informações das lideranças a Aldeia de Barra Velha e da FUNAI, a aldeia conta com uma área de 8.627 hectares estando localizada entre os rios Corumbau e Caraíva, tendo uma população de aproximadamente três mil pessoas organizados em mais de 300 famílias, estes que sobrevivem da pesca, agricultura e artesanato.

A segunda localidade escolhida da pesquisa foi a **Reserva Pataxó da Jaqueira**, que fica localizada a dois quilômetros da BR 367 que liga Porto Seguro –

²² O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. Porém gestão, falta de recursos, corrupção funcional foram alguns dos motivos que levaram à extinção do SPI em 1967, dando origem à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (FUNAI, 2016)

BA a Santa Cruz de Cabralia - BA, logo após a conhecida barraca de praia Barramares. A aldeia possui o diferencial de desenvolver um projeto de responsabilidade social. O motivo da escolha desta localidade se deu por conta da sua expressividade dentre aldeias pataxó, afinal, a reserva é conhecida mundialmente pelo fato de ser o primeiro destino indígena que passou a receber o etnoturismo, onde diariamente diversas pessoas de todo o mundo, através de um passeio organizado pelos indígenas da Jaqueira, têm conhecido um pouco do cotidiano dos indígenas pataxó.

O local é cercado pela mata atlântica, o que torna o acesso de certa forma difícil, dessa forma é necessário utilizar em partes meios de transporte como buggy ou vans e em outra parte é necessária uma caminhada morro acima que dura em média trinta minutos.

Uma jaqueira bem diferente foi a responsável pelo nome da aldeia, é um tronco caído no chão, que dele nasceram outras 5 árvores de jaqueira. Essa curiosa árvore apresentada na figura 5 possui um significado muito importante para comunidade indígena da localidade, pois representa a história do povo pataxó, que por conta da sua “queda” em 1951, tiveram que renascer, ainda mais unidos e com uma estrutura mais forte. Dessa simbologia surgiu o nome da Reserva da Jaqueira. Os 827 hectares de mata nativa e as lendárias ocas espalhadas pelo local, ainda no formato original, dão a exata sensação de se estar nas terras de Pindorama²³.

²³ Designação para o local mítico dos povos tupis-guaranis, que seria uma terra livre dos males. Os arqueólogos acreditam que o mito tenha se formado na época das antigas migrações, quando os tupi-guaranis se deslocaram para o litoral brasileiro, atual região oriental da América do Sul.



Figura 5: Jaqueira que deu nome à Aldeia
Fonte: Superintendência indígena Pataxó de Porto Seguro - BA

No local fica claro a execução da proposta de desenvolvimento sustentável, os indígenas da Jaqueira recebem visitantes e praticam o chamado turismo ecológico. O intuito do projeto que recebe o nome de Proecotur é possibilitar aos visitantes meios de interagir com os indígenas locais, conhecendo um pouco do seu cotidiano, através de um passeio rico em conhecimentos sobre a cultura dos indígenas da jaqueira, de maneira que fique clara a afirmação cultural do povo pataxó.

A reserva conta com um local que recebe o nome de “*guigeme*” (figura 6), é uma grande área em formato de círculo coberto de palha, onde os indígenas recebem os visitantes e apresentam suas manifestações culturais. De volta as proximidades do *guigeme* são demonstrados alguns costumes típicos como a pintura corporal, e a utilização do arco-e-flecha. Mas o ápice do passeio está no *Awê*, ritual de confraternização indígena que é sempre repleto de muita música e dança. No final os visitantes têm acesso a um espaço construído para permitir a comercialização de produtos artesanais indígenas.



Figura 6: *Guigeme* Pataxó

Fonte: Superintendência indígena Pataxó de Porto Seguro – BA

A aldeia da reserva da jaqueira é composta por 96 pessoas divididas em trinta famílias, estas são responsáveis pela organização e administração do grupo, onde tudo que é produzido e construído é dividido por todos sem distinção. Dessa forma o artesanato que é produzido e comercializado na reserva é utilizado para manter os moradores e assim garantir a sua sobrevivência.

E o terceiro e último local escolhido foi a **Aldeia Velha** (Figura 7: Mapa Aldeia Velha que fica localizada no distrito de Arraial D’Ajuda, também no município de Porto Seguro - BA, a sua população é composta por duzentos e vinte e sete famílias, totalizando novecentos e noventa moradores. O território abrange uma área de dois mil e dez hectares, destes oitenta por cento de mata nativa e ainda uma área de manguezal de mais ou menos 10 quilômetros.

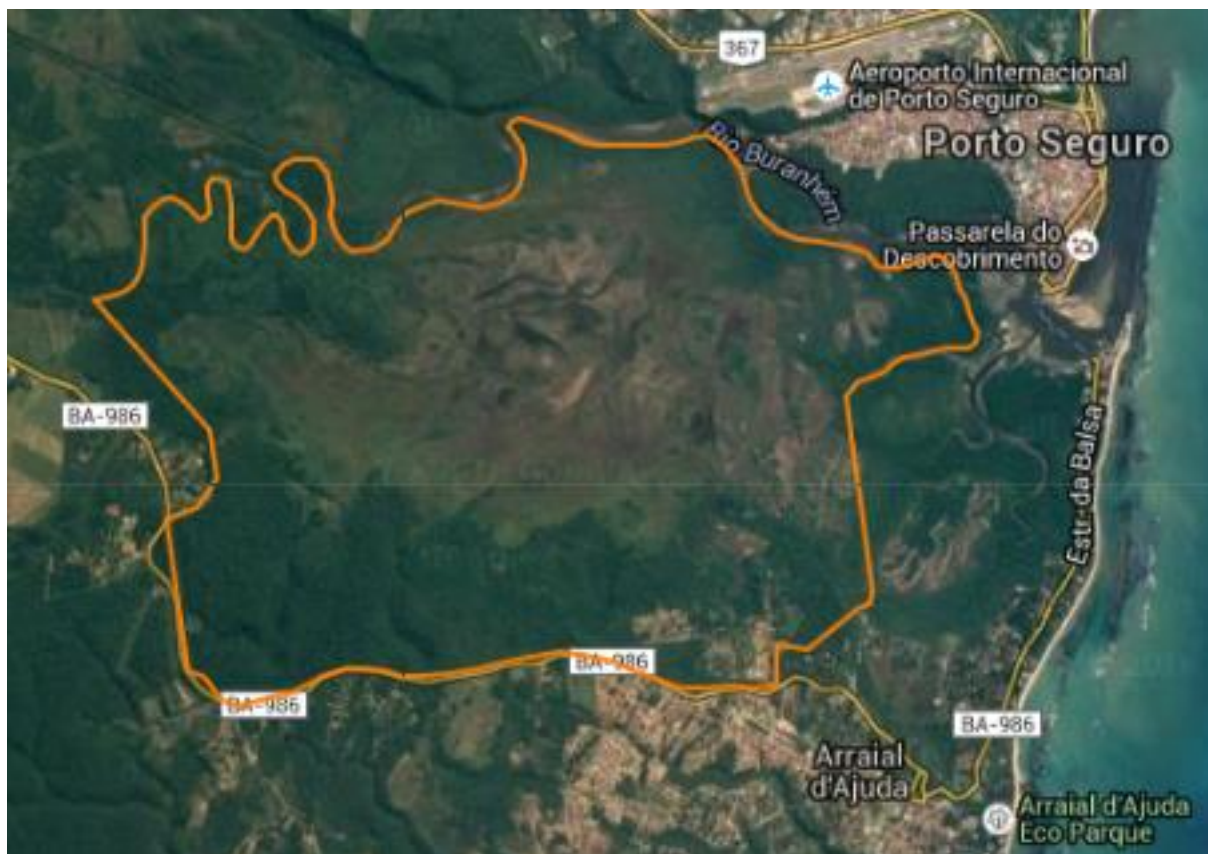


Figura 7: Mapa Aldeia Velha
Fonte: Funai 2016.

No ano de 1997 depois de muita luta pela terra foi constituída Aldeia Velha, estando localizada as margens dos Buranhém, em rica área de preservação natural, sendo contemplada por áreas alagadas, manguezais e terrenos arenosos. Esse aldeamento tem origem no ano de 1954, a partir da chamada aldeia de Santo Amaro que era de essência jesuíta. O nome Aldeia Velha foi dado pelos indígenas com o intuito reforçar a sua presença na localidade desde tempos longínquos.

Um dos ícones de Aldeia Velha foi o indígena Ipê (Silvio Lopes do Espírito Santo), que no ano de 1992 uniu 46 famílias Pataxó desaldeadas e deu início ao processo de conquista dessa localidade. O mesmo futuramente se tornou cacique da aldeia, permanecendo na liderança por vários anos.

O processo de obtenção da terra não foi fácil, o primeiro momento dessa batalha aconteceu na estrada que liga Arraial D'Ajuda a Trancoso. Os indígenas permaneceram por duas semanas no local, porém a retomada chegou ao conhecimento do fazendeiro que tinha a documentação da terra, e então entrou com uma liminar pedindo a desapropriação da terra. O cacique Ipê recebeu de um oficial de justiça a ordem de desapropriação, e pacificamente abandonaram o local.

A luta recomeçou no ano de 1998, porém desta vez contou com o apoio fundamental do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Grupo de Apoio aos Índios Pataxó (GAIPA) que subsidiaram a batalha, fornecendo alimentos para as famílias aldeadas. Nessa mesma época entra em cena outro indígena que seria fundamental no processo, o advogado e tupi-guarani *Taigua* que foi assassinado na defesa dos direitos indígenas.

O processo de constituição do território se deu inicialmente e estrategicamente na parte baixa da localidade, próximo ao rio, mas com a terra já consolidada muitas famílias se mudaram para o interior da mata, onde estabeleceram a aldeia que ficou definitiva. Na última contagem em 2014 a Aldeia Velha possuía aproximadamente duas mil pessoas, que vivem da venda do artesanato e atividades voltadas para o etnoturismo, estando alocada em uma área de aproximadamente 2.000 hectares.

É importante dizer que Aldeia velha constituiu uma das primeiras escolas em aldeias da região, a qual surgiu da necessidade vista pelo Cacique Ipê de qualificar os indígenas. A escola foi fundada no dia 06 de fevereiro de 1999, e funcionava em dois turnos com mais ou menos 20 alunos das 12 primeiras famílias aldeadas, estando alocada em uma cabana mesmo da aldeia. No ano de 2003 a FUNAI construiu uma sala de aula a qual foi ampliada no ano de 2005. O crescimento da escola fica evidente ao observar o histórico de sua ampliação educacional, pois em 1999 eram ministrados cursos da 1º a 4º série incluindo EJA – Educação de Jovens e Adultos, tendo sido implantada a alfabetização no ano de 2005 e em 2008 ampliado para 5º e 6º e 7º e 8º EJA. Atualmente a escola indígena pataxó de aldeia velha fica localizada no centro da aldeia, possuindo 4 salas de aula, biblioteca, espaço administrativo, cozinha, banheiros e almoxarifado.

Dessa forma como sujeitos da pesquisa foram escolhidas as lideranças indígenas das aldeias selecionadas (Aldeia Mãe Barra Velha, Aldeia Velha além da Reserva Pataxó da Jaqueira) representados pelos caciques e pajés de cada uma delas, e coordenados pelos líderes da superintendência indígena de Porto Seguro – BA, bem como 4 (quatro) professores destas aldeias. A seleção destes sujeitos se deu por conta do bom acesso estes possuem ao acervo histórico dos PIP, e as informações do seu povo.

3.3. Elaborando os instrumentos de coleta de dados

Tomando por base a perspectiva participante que guiou a pesquisa, foi utilizado como instrumentos de coleta de dados a **análise Documental (ADOC)**, com o intuito de levantar os dados históricos que ficaram armazenados em posse das lideranças pataxó. (OLIVEIRA, 2007) afirma que documentos são registros históricos que possibilitam o entendimento de informações a respeito de um assunto, em um determinado contexto histórico e em um determinado período. Estes por sua vez permitem ainda o levantamento de características da vida social de determinado grupo. Conforme combinado com as lideranças pataxó, estes documentos serão sistematizados e separados por grau de importância, são registros que já estão em posse dos líderes e contém informações que podem ajudar a alimentar o portal.

A Análise Documental - ADOC pode se constituir como uma técnica valiosa de abordagem de dados, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE & ANDRÉ, 1986). Ela permite a identificação e em muitos casos a profunda análise de documentos em um determinado contexto. Recomenda-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informações para possibilitar a contextualização das informações armazenadas nos documentos (MOREIRA, 2005).

Ao falar sobre as vantagens e desvantagens do instrumento de coleta análise documental, podemos citar como vantagem o baixo custo necessário na aplicação da técnica. Outra vantagem é a chamada estabilidade das informações, afinal são dados produzidos pelos sujeitos que vivenciam o *lócus* do estudo sendo assim existe uma maior confiabilidade nos mesmos, pois não foram produzidos para atender apenas a pesquisa. E por fim a não alteração do ambiente de estudo e também os sujeitos, pois os documentos normalmente já foram produzidos outrora. Assim essa técnica permite o tratamento das informações afim de tratá-los para em seguida apresentá-los de forma diferenciada da forma original, o intuito nesse caso é o de facilitar a consulta e futura referência (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2012).

Com o intuito de auxiliar na escolha do nome do portal foi aplicado um **questionário** em forma de enquete digital. Segundo Gil (2012), o conceito de questionário é definido como “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre

conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores [...] etc (GIL, 2012, p. 121).

Foi utilizado, também utilizada, a **observação assistemática**, denominada também como espontânea, informal. Esta técnica de coleta de dados empíricos proporcionou o contato inicial e pessoal com objeto de estudo, de forma que a partir deste instrumento foi permitido fazer parte de alguma forma do cotidiano dos sujeitos envolvidos MARCONI e LAKATOS (2003, p. 193). Este instrumento possibilita a execução das atividades de maneira mais espontânea aqui dita também como acidental, isto por conta de a produção do conhecimento ser gerado a partir de uma experiência mais casual, afinal eu não sabia enquanto pesquisador como determinar de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los, uma vez que estes se apresentam apenas no decorrer da pesquisa.

O processo de observação deve ser aplicado de forma atenta e responsável, pois apenas dessa forma que será possível levantar um conhecimento claro e preciso sobre o objeto. É um procedimento investigativo de suma importância na ciência, que permite o primeiro contato com o estudo dos problemas. Assim deve ser exata, completa, sucessiva e metódica. Barros e Lhfeld (2000, p. 61)

Ainda de acordo com Lakatos (1988), a finalidade e a forma de execução da observação pode ser informal (assistemática ou não estruturada) ou formal (sistemática, estruturada); não participante; individual ou, ainda, laboratorial. Neste estudo optei pela observação não estruturada pelo fato deste método ser aplicado de modo mais natural, sem a necessidade de instrumentos pré-estabelecidos. A partir deste método o pesquisador pode se aproximar do fenômeno, e conhecer os sujeitos em outro contexto. Uma característica importante da observação está na necessidade de uma maior atenção a ser aplicada pelo pesquisador, uma vez que a captação das informações se dá a partir dos cinco sentidos (visão, audição, paladar, tato e olfato), e este por sua vez deve trabalhar para que o processo se dê com o mínimo de interferências ou julgamentos.

Neste estudo utilizamos como registro dessas observações, o diário de bordo, digital²⁴ para registros dos eventos culturais que pontualmente verificamos mitos, rituais de passagem, objetos artesanais, organização política, familiar e espacial.

²⁴ Na contemporaneidade a utilização do *smart phone* como tecnologia digital, é uma condição *sine qua non*, logo todos os registros em texto e fotografias dessas observações, foram para tecnologia digital.

E por fim foi utilizada a **entrevista semiestruturada**, a qual pode ser entendida como o momento em que duas ou mais pessoas se encontram, para que uma delas obtenha informações que subsidiem a construção de conhecimento sobre um determinado assunto. Esta por sua vez tem muitas vezes o objetivo de complementar informações que não podem ser apreendidas somente pela observação ou pelos questionários. Haguette (1997), afirma que a entrevista é “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Assim a entrevista deve ser bem planejada afim de possibilitar ao entrevistador o levantamento de informações subjetivas, que surgem a partir dos valores, atitudes e crenças do entrevistado, que na maioria dos casos seria quase impossível de levantar a partir de questionários ou até mesmo da observação.

O roteiro utilizado para a entrevista (Apêndice B) foi produzido juntamente com as lideranças indígenas, sendo composto por vinte temas que abordam desde a história das aldeias até os principais diferenciais destas. Com o intuito de facilitar o levantamento prévio dos dados, e assim customizar a sistematização das informações, enviamos para os responsáveis de cada aldeia o roteiro em formato digital. Este roteiro por sua vez tem o foco apenas em levantar dados para alimentação do portal, a proposta deste está em permitir o envio antecipado aos líderes, para que eles possam colher os dados com antecedência, afinal muitos deles necessitam de consulta em acervos das aldeias, e a partir daí estes serão sistematizados juntamente com os demais líderes, nas reuniões para escolha dos conteúdos do portal.

O segundo roteiro (Apêndice C), tem o foco na coleta do discurso das lideranças, o foco deste instrumento difere do anterior quanto a publicação do mesmo. O Material coletado nessa fase será analisado e explanado no capítulo 4 deste estudo, afim de problematizar a pesquisa.

Este instrumento que é um dos mais utilizados para coleta de dados em pesquisas qualitativas se deu por conta da possibilidade que o mesmo traz ao pesquisador de coletar dados face a face. Dessa forma em conversa com as lideranças indígenas pataxó de Porto Seguro ficou acordado que estes escolheriam até dois representantes de suas aldeias, que ficarão responsáveis por previamente sistematizar os dados de sua etnia que podem ser inseridos no portal e também pela tarefa de disponibilizar todo acervo histórico/cultural escrito que eles consideraram pertinentes para serem informados. Esses mesmos representantes juntamente com

as suas lideranças serão entrevistados afim de repassarem informações básicas que não podem faltar no portal.

É importante ressaltar que as informações específicas passadas por cada uma das aldeias vão ser diferentes, uma vez que cada liderança tem a liberdade de escolher os dados que consideram importantes, selecionando ainda os que não tem restrição e por isso podem ser divulgados. Porém algumas informações básicas não podem faltar, e dessa forma este pesquisador se encarregará de sistematizar as questões básicas que serão levantadas, e claro que com a autorização e aceite das lideranças serão publicadas.

Pode-se ainda dizer que os entrevistados muitas vezes se fazem ouvir no momento da entrevista. Eles utilizam esse momento para expressar os seus sentimentos sobre determinado assunto, isso a partir das suas próprias experiências de vida. Em muitos casos o discurso é uma narrativa sobre o sofrimento que os mesmos carregam sobre o assunto em questão, e o interessante é que em muitos casos é possível observar um alívio ao pesquisado ao expressar e refletir sobre o sentimento que os reprimam (BOURDIEU, 1999).

Certamente, também buscou-se observar o rigor científico, tendo respaldo nas palavras de Macedo (2009, p.75) quando este assevera que “a busca do rigor significa a busca da qualidade epistemológica, metodológica, ética e política, socialmente referenciadas, da pesquisa dita qualitativa”. É importante dizer que o referido rigor, nesse sentido, não alude ao enrijecimento da pesquisa, ou ao maior controle das ações metodológicas que foram utilizadas na pesquisa. O rigor qualitativo aqui dito, está diretamente relacionado ao cuidado que o pesquisador deve ter com as ações que serão tomadas durante a pesquisa. Afinal, os sujeitos que foram investigados trazem consigo características extremamente subjetivas, e estas por sua vez, devem ser observadas, consideradas e acima de tudo, respeitadas.

Afim de sistematizar o delineamento da metodologia aplicada ao trabalho, e dessa forma facilitar a compreensão desta, utilizamos o fluxograma de delineamento da pesquisa apresentado na figura 8. A partir da análise bibliográfica e documental pudemos problematizar melhor a questão de pesquisa, conseguindo assim uma melhor visão do cenário nacional e local indígena, e dessa forma obter um melhor subsídio para construção do diálogo com os sujeitos da pesquisa. Durante as primeiras reuniões foi possível definir a coleta de dados, que se deu a partir do questionário, da observação assistemática e por fim da entrevista semiestruturada.

Em posse destes dados pudemos lançar a primeira versão do portal, em seguida com a execução de mais reuniões e o treinamento dos colaboradores o portal ganhou forma enquanto conteúdo, uma vez que estes voluntários “abraçaram” a proposta.

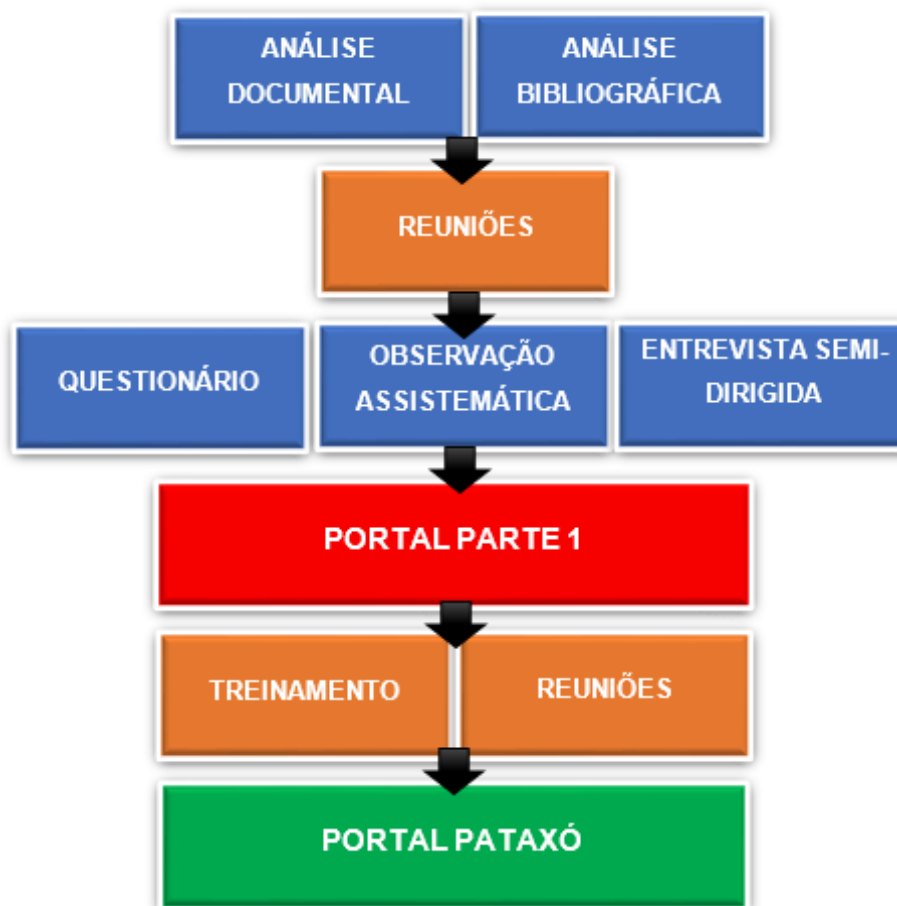


Figura 8 : Delineamento da Metodologia
Fonte: Elaboração do autor, 2017

Trata-se, pois, de lidar com as diferenças, trabalhar em novas perspectivas do ato de pesquisar, compreendendo que os resultados de um estudo podem variar de acordo com o rigor aplicado à esta, ou até mesmo pelo contexto que a pesquisa está inserida. Desta forma, pode-se usufruir de uma reinventada ciência, de uma nova relação com o conhecimento e com os frutos que este pode proporcionar, indo além das próprias perspectivas locais e iniciais do pesquisador.

Pode-se ainda dizer que a investigação qualitativa permite que o pesquisador dê um retorno à comunidade pesquisada e à sociedade com a qual se compromete, em termos de qualidade e responsabilidade. Esta que por ser produção humana, traz consigo as imperfeições e insuficiências que se espera de qualquer prática, permitindo

a intrigante continuidade da mesma a partir até mesmo de outros pesquisadores, os quais podem ainda enriquecer a construção do conhecimento, em especial numa área pouco de certa forma pouco explorada (MACEDO, 2009).

3.4 Método de análise e interpretação dos dados

Os dados das entrevistas e roteiros foram tratados pela utilização dos softwares livres Libre Office Writer e Libre Office Calc. Os dados colhidos foram categorizados e avaliados mediante a construção de tabelas e quadros. Através da análise frequência e análise dos termos de ligação, foi permitido visualizar de que modo se estruturaram as informações. Esse método, permitiu coletar um conjunto de associações mais elaboradas e identificar relações significativas entre os elementos do corpo de estudo, constituindo uma ferramenta consistente de identificação do conteúdo. A análise e interpretação qualitativa, exposta a seguir, foi alimentada pelas categorias de análise conceitual.

As entrevistas realizadas com as lideranças foram transcritas do áudio, gerando o subsídio para a análise, houve então a sistematização dos discursos, e estes foram submetidos à análise de conteúdo de (BARDIN, 2009). Esta consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Os quadros foram elaborados, um para cada tópico trabalhado, a partir da seleção dos termos ou frases consideradas centrais, construídas com o intuito de explicar as respostas dos participantes.

Dessa forma, a análise de conteúdo foi realizada a partir da análise categorial, através do desmembramento do texto em unidades e da construção de categorias temáticas, conforme os temas foram emergindo. O intuito deste procedimento foi encontrar as significações dos sujeitos. Para classificar os elementos em categorias foi preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. Essa técnica se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise, sendo esta uma fase de organização, onde estão presentes diversos procedimentos, como a leitura flutuante, as hipóteses, os objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação; 2) a exploração do material, no qual os dados são codificados a partir das unidades de registro; e 3) o tratamento dos resultados, ou a categorização, que

consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns (BARDIN, 2009).

Essa técnica permite visualizar os núcleos organizadores dos discursos, as variáveis e categorias, bem como os conflitos e consensos estabelecidos pelas pessoas dos grupos estudados, possibilitando observar os dados por meio de uma visão ampla, na qual a totalidade do material coletado permite levantar categorias do grupo (BARDIN, 2009).

Após a descrição da metodologia, tendo em foco a pesquisa participante, o próximo capítulo tem como finalidade, descrever e apresentar as análises dos dados com os respectivos resultados a partir dos instrumentos descritos.

4. NAWÃ: COLHENDO OS FRUTOS DO ESTUDO

Neste capítulo estaremos descrevendo e discutindo os dados coletados e superpostos, na seguinte ordem: do questionário, da observação assistemática e entrevista, uma vez que os resultados da análise bibliográfica e documental serviram para discussão argumentativa dos conceitos abordados no capítulo 2 (dois).

A construção da análise parte do entendimento de como o movimento indígena de modo geral e suas comunidades se estabelecem a partir das relações intrínsecas constituídas pelos sujeitos que as compõem. A estruturação destas relações se baseia na história e memória de cada membro desses grupos, e de forma natural o tempo se apresenta como catalizador de enriquecimento destes envolvimento, afinal a propicia a mudança, que é uma certeza no cotidiano natural do ser humano.

O desenvolvimento de uma comunidade perpassa o registro e o resgate de seus modos de vida, assim, dinamizar o acesso a materiais que demonstrem conceitos como cultura, memória, identidade e em especial no caso dos indígenas de território, proporciona a sustentabilidade de um povo, e serve de subsídio para o crescimento de sua história, de forma que o passado possa ser salvo, afim de fortalecer o futuro e o presente.

4.1. Primeiros encontros: o processo de análise e desenvolvimento do portal

O envolvimento dos partícipes se deu desde o início do projeto, inclusive a ideia inicial tinha total participação de um professor indígena do IFBA, este por sua vez articulou as reuniões com as lideranças das aldeias. O desenvolvimento se deu de forma coletiva, as reuniões para levantamento dos requisitos do sistema foram verdadeiros *brain storms*²⁵, talvez por esse motivo o projeto mudou tanto, afinal não seguimos “uma receita de bolo”, da forma que as ideias iam surgindo íamos analisando a viabilidade de tempo e mão de obra e sempre que possível estas foram incorporadas no projeto.

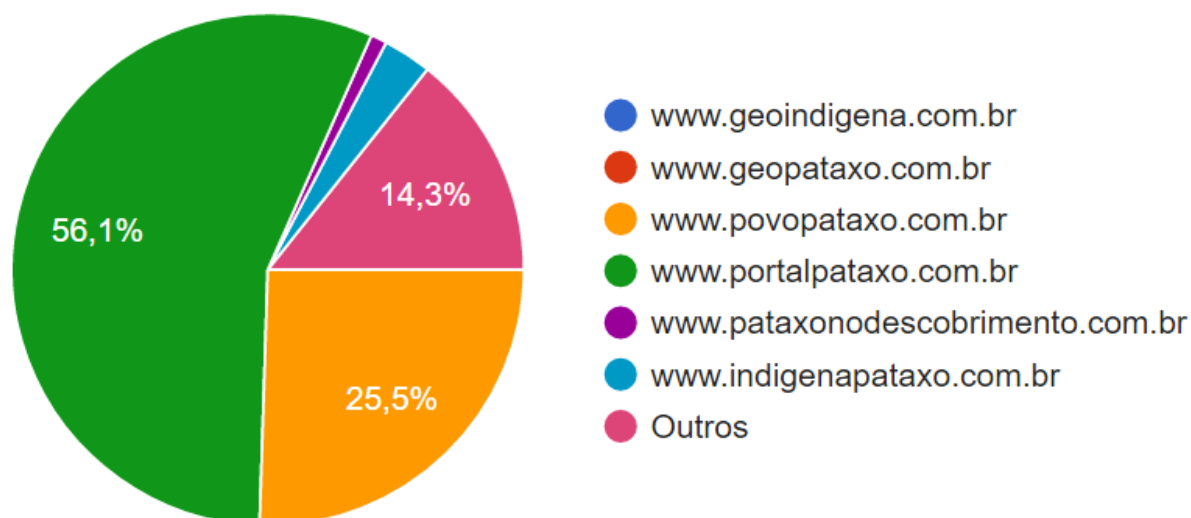
²⁵ Tempestade de ideias. Técnica de dinâmica de grupo, voltada para exploração da criatividade dos indivíduos sobre determinado tema.

O processo de desenvolvimento do portal, demandou durante a fase de pré-projeto a resolução de um impasse quanto ao nome do mesmo (domínio do site). Quando apresentamos o projeto para a comunidade já propusemos o primeiro nome, este por sua vez foi denominado “geoíndio”. Porém já nas conversas iniciais com algumas das lideranças, esse nome foi atualizado para “geoindígena” uma vez que o termo “índio” atualmente é coberto por uma série pré-conceitos, inclusive alguns indígenas brincam que “índio” é um metal o qual está na tabela periódica inclusive contendo número atômico massa atômica eles por sua vez são indígenas. O novo nome agradou ainda mais a liderança, e aos poucos quando as pessoas descobriram o projeto novas sugestões de nomes começaram a surgir, tanto de alguns professores do IFBA como dos próprios indígenas que foram informados do projeto. Por se tratar de uma pesquisa participante, onde o foco segundo André (1995, p.32) está na “conscientização do grupo para uma ação conjunta em busca da emancipação”, decidimos então aplicar um questionário no formato de enquete para a escolha do nome, assim, todos tiveram oportunidade de participar votando.

Foi feito um formulário online (apêndice A) o qual foi enviado pelas lideranças para diversos indígenas da região, este contempla algumas sugestões de nome pré-estabelecidas e um campo para sugestão de outros possíveis nomes. Caso outro nome seja sugerido com maior frequência este pode ser o nome do portal.

Foram sugeridos os seguintes nomes: “geoindígena”, “geopataxo”, “povopataxo”, “portalpataxo”, “pataxonodescobrimento” e “indigenapataxo”. O formulário digital foi enviado via comunicador online, e divulgado em alguns grupos da comunidade indígena, no dia 26 de maio de 2016, estes por sua vez tiveram 30 dias para respondê-lo, tanto com as perguntas objetivas como com uma opção discursiva.

No dia 26 de junho encerramos a enquete, tornando o formulário digital indisponível para receber novas respostas. Observando o resultado do gráfico 1 algumas informações chamaram atenção, primeiro o fato do nome que inicialmente foi escolhido por mim e atualizado pelas lideranças (geoindígena) não ter recebido absolutamente nenhum voto, assim como a opção similar geopataxo.com.br que também não recebeu nenhum voto.

Gráfico 2: Enquete para escolha do nome do site

Fonte: Pesquisa (2016)

Outro resultado de importante foi que 11 votos selecionaram a opção “outros”, onde a pessoa poderia digitar um nome que deseja sugerir, e nesse caso 11 votos discursivos escolheram pataxo.com.br. Esta opção já havia sido pensada por mim, porém não apareceu na enquete como mais uma sugestão pelo fato desse domínio já ter sido registrado anteriormente, e por esse motivo não estar disponível.

A segunda colocada da enquete foi a opção povopataxo.com.br, com 25 votos, o que totalizou 25,5% das escolhas. Já a vencedora foi opção portalpataxo.com.br. Esta recebeu 55 votos o que totalizou 56,1%, e por ter sido a opção mais bem votada receberá o nome do portal.

O desenvolvimento propriamente dito do portal, teve como base um pré-projeto, esboçado a partir das primeiras reuniões com as lideranças, esse primeiro momento possibilitou o desenvolvimento do protótipo *layout* do site, em termos técnicos, *wireframe*²⁶. Essa proposta foi desenvolvida de forma rudimentar (papel e caneta), e depois desenhada em programa de design gráfico (figura 9).

²⁶ Desenho protótipo de um site, utilizado na área de design para sugerir a estrutura e relacionamentos de suas páginas, possuindo elementos principais do produto que será construído.

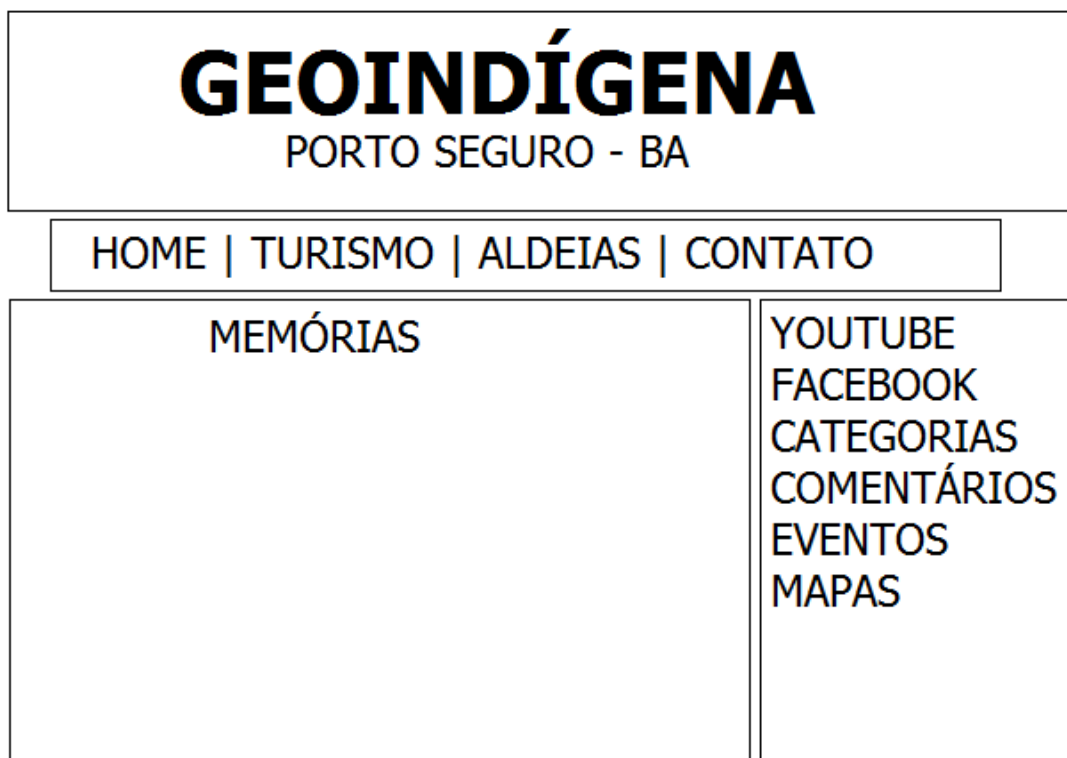


Figura 9 - Primeira Versão do Portal
Fonte: Acervo do autor

No início do segundo semestre de 2016 entre encontros e discussões foi entregue a primeira versão online do layout, já com algumas modificações sugeridas durante o processo, sendo a principal delas mudança do nome do site, que passou a ser portalpataxo. Assim o portal tomou forma (figura 10).

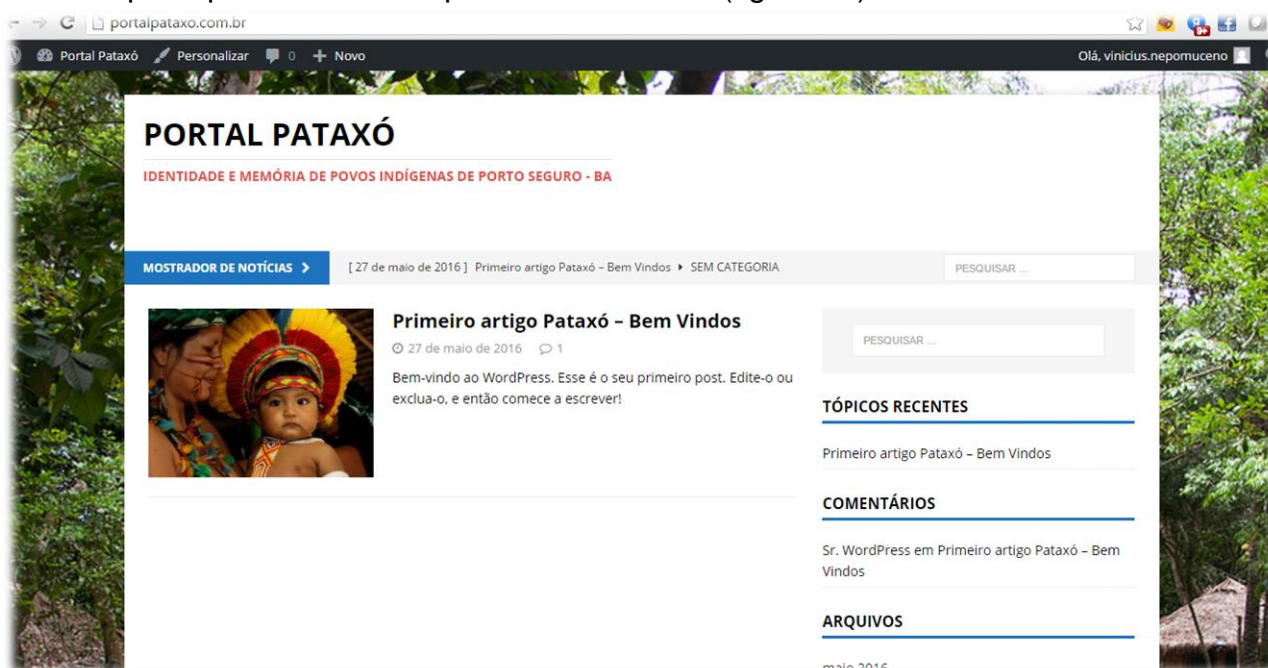


Figura 10 - Primeira versão online do site
Fonte: Acervo do autor

Os resultados apontam que a primeira versão online do portal não apresentava grandes mudanças de layout, uma vez que eles não solicitaram. Mas uma decisão importante, diz respeito ao plano de fundo do site, que recebeu a fotografia da árvore símbolo do renascimento da comunidade Pataxó pós o massacre de 1951, a Jaqueira. Isto significa dizer que este símbolo representa culturalmente para esta comunidade um reforço de identidade e indicador de superação, o qual é passado de geração e geração. Nesse sentido, Bosi (1996) afirma que reforço de uma cultura se estabelece a partir de o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social.

Após o lançamento em julho de 2016 da primeira versão publicada do portal, os participantes passaram a ter acesso ao ambiente, assim a tarefa de desenvolvimento ficou mais constante. Várias demandas a respeito do conteúdo começaram a surgir, a primeira destas solicitações foi a troca da área principal do site para que ela passasse a receber as últimas notícias sobre o povo pataxó, no lugar de artigo sobre história e cultura. Essa demanda estabelece um cunho mais atual ao portal, uma vez que as memórias destes não serão estabelecidas apenas pelo passado, mas também por notícias da atualidade, que demonstrem a luta para manter sua territorialidade, bem como as ações culturais para fortalecer suas tradições e o desenvolvimento do ecoturismo.

Em agosto de 2016, as páginas de conteúdo foram construídas de acordo com as demandas das lideranças, a partir de diversas reuniões que aconteceram por momentos na superintendência indígena de Porto Seguro e outros momentos na Reserva da Jaqueira. A escolha destes locais se deu por conta de uma maior facilidade de acesso dos envolvidos. Por fim os artigos com as notícias passaram a ser acrescentados de fato em novembro de 2016, quando também convites foram feitos para a comunidade que poderia se interessar em publicar artigos.

Dessa forma, consensos a respeito do conteúdo foram desenvolvidos a partir do discurso quase sempre de resistência dos indígenas, uma vez que, quanto mais o tempo passava, mais investidas do governo e dos fazendeiros se apresentavam em cenário regional e nacional para agredir os direitos dos povos indígenas.

Após 1 (um) semestre de construção de conteúdo, e desenvolvimento do portal, as seguintes páginas foram criadas, e afim de tornar a visualização mais eficiente dividimos estas em 3 (três) partes. A figura 11 apresenta a parte 1 (um) superior da página inicial atualizada do portal. Foram inseridos no menu principal as páginas:

1 – Notícias: contém as últimas notícias do portal, ordenadas por categorias informadas temáticas pelos líderes.

2 – Acervo cultural: página e subpáginas para publicação dos dados repassados pelas lideranças sobre: Artesanato, Celebrações, Comidas e Bebidas, Formas de Habitação, História e Narrativas, Jogos e Brincadeiras, Língua: Patxohã, Lugares, Medicina Tradicional, Pesca, Pinturas, Rituais, Cantos e Danças.

3 – Terras indígenas: página que contém o panorama nacional das terras indígenas no Brasil, de acordo com o instituto sócio ambiental. Apresenta mapas das terras identificadas e mapeadas Pataxó, bem como dados demográficos.

4 – Indígenas na visão dos indígenas: local para download de livros de domínio público sobre a temática indígena.

5 – Pataxó no Extremo Sul da Bahia: Página que contém notas sobre a história dos Pataxó, mais especificamente os Pataxó do Extremo sul da Bahia.

6 – Organização Social e Política: Apresenta dados sobre como é a organização social e política dos povos Pataxó.

7 - Seja colaborador: página que tem o convite para novos membros que desejam publicar artigo no portal e os procedimentos para contato.

Portal Pataxó
Educação Especial

HOME NOTÍCIAS ACERVO CULTURAL TERRAS INDÍGENAS ÍNDIO NA VISÃO DOS ÍNDÍGENAS PATAXÓ EXTREMO SUL DA BAHIA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA SEJA COLABORADOR CONTATO

MOSTRADOR DE NOTÍCIAS > [26 de janeiro de 2017] CPI da FUNAI/INCRA em Ilhéus, Una e Buerarema: PESQUISAR ...

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Informações gerais sobre Terras Indígenas.

703 No Brasil	115 Em identificação	37 Identificadas	71 Declaradas	480 Homologadas e Reservadas	13% Do Brasil
-------------------------	--------------------------------	----------------------------	-------------------------	--	-------------------------

POVOS 253	POPULAÇÃO EM TIS 647680	LÍNGUAS E DIALETOS 154
---------------------	-----------------------------------	----------------------------------

Figura 11 - Página inicial do site (Parte 1)
Fonte: Acervo do autor

Na parte 2 (dois) da página inicial (figura 12), podemos visualizar o título e o resumo dos últimos artigos publicados portal, bem como do lado direito, outra solicitação importante dos indígenas a respeito dos contatos para visitação turística em algumas das aldeias da região.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CULTURA



Ex-caciques Pataxó são homenageados pelo belo trabalho feito nas aldeias

21 de janeiro de 2017 1

À superintendência Indígena e o Conselho de caciques entregaram certificados de homenagem aos ex-caciques que estiverem na frente da comunidade por muitos anos onde conquistaram muitas coisas boas e que sempre serão grandes lideranças e [...]

RESISTÊNCIA



Governo revoga portaria, mas mantém GT para avaliar demarcações

20 de janeiro de 2017 1

O governo Temer revogou nesta sexta-feira (19), a Portaria nº 68, que alterava a forma como são demarcadas as Terras Indígenas (TIs) no Brasil. A nova portaria, anunciada ontem pelo Ministério da Justiça e publicada [...]

RESISTÊNCIA



Portaria que altera demarcação pode afetar 153 Terras Indígenas

19 de janeiro de 2017 0

Uma portaria publicada ontem (18/01) no Diário Oficial da União alterou a forma como as Terras Indígenas (TIs) são declaradas no Brasil. Assinada pelo ministro da Justiça e Cidadania Alexandre de Moraes no último dia [...]

RESISTÊNCIA



Ministro da Justiça altera demarcação de

AGENDE UMA VISITA




Figura 12- Página inicial do site (Parte 2)

Fonte: Acervo do autor

Finalmente na parte 3 (três) da página inicial (figura 13), podemos visualizar os últimos artigos publicados por categorias chave (educação, cultura e resistência), estas foram escolhidas pelos indígenas como temáticas principais para evidênciação no portal.



Figura 13 - Página inicial do site (Parte 3)
Fonte: Acervo do autor

Durante o evento *Aragwaksã* Pataxó em agosto de 2016, que comemorou o aniversário de 18 (dezoito) anos da Reserva da Jaqueira, o projeto foi apresentado para possíveis novos colaboradores. Os voluntários se inscreveram para um receber um treinamento de administração da plataforma de gerenciamento de conteúdo, que aconteceu em novembro de 2016 (figura 14). Também foi solicitado durante o treinamento a criação de uma tutorial base (apêndice D), para publicação de artigos, atividade que é corriqueira no portal, o qual inclusive foi produzido pelos próprios voluntários durante a segunda etapa do treinamento. O intuito desde o início foi o de tornar os envolvidos autônomos na administração do portal.



Figura 14 - Treinamento administração do portal

Fonte: Acervo do autor

A divulgação do site está sendo efetivada pelos próprios membros da comunidade, seja através do Whatsapp ou através dos links de compartilhamento via *Facebook*, assim o número de usuários no site cresceu bastante nos últimos meses, de acordo com *Google Analytics* 183 acessos no mês de agosto de 2016 quando foi lançado (figura 15), contra 2572 em até o dia 25 de janeiro de 2017, o número que só vem crescendo se dá por conta da divulgação da comunidade em sobre a existência do projeto. A quantidade de acessos também é expressiva na *FanPage* do portal no *Facebook*, até 25 de janeiro de 2017, já foram 2.022 curtidas (figura 16). Todos os artigos publicados no portal, são automaticamente compartilhados na página do projeto no *Facebook*, assim aqueles que acompanham a página ficam informados sobre as reportagens publicadas no site mesmo sem ter acessado ele diretamente.

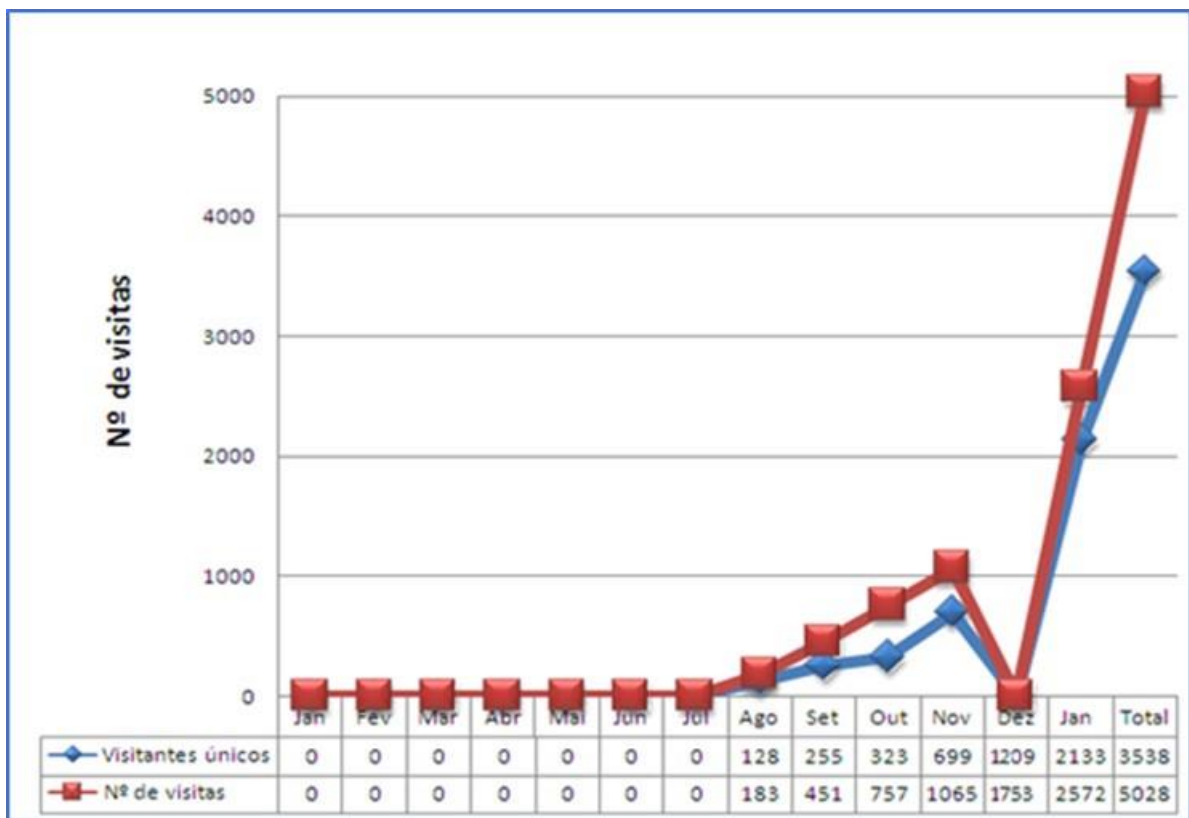


Figura 15 - Histórico mensal de acessos Portal Pataxó

Fonte - Google Analytics



Figura 16 - Resumo de curtidas FanPage

Fonte - Facebook

Analisando o processo de desenvolvimento e obtenção de conteúdo aqui descrito, podemos afirmar que este reforça o caráter participativo da pesquisa, afinal os sujeitos envolvidos no estudo, tiveram a oportunidade de colaborar na construção de um espaço digital, onde as memórias dos povos indígenas estão sendo registradas. A etapa seguinte, foca na análise do discurso dos partícipes, a coleta destes dados foi possibilitada pela entrevista semiestruturada, e permitiu um melhor entendimento sobre cotidiano dos envolvidos, bem como, a compreensão a partir da visão dos indígenas, de questões do senso comum muitas vezes discriminatórias.

4.2 Elementos da memória e da cultura: imagens e discursos dos povos indígenas pataxó

Na busca por identificar e analisar os aspectos das memórias dos PIP, sobre seu cotidiano, o discurso dos entrevistados de cada uma das 3 (três) aldeias selecionadas, foi transcrito e codificado como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, Pn... o intuito desta codificação está em preservar a sua identificação e dessa forma manter a ética científica desta pesquisa. O procedimento de codificação foi informado aos entrevistados, buscando assim, deixá-los mais à vontade durante a entrevista, uma vez que seus nomes não serão vinculados a publicação da pesquisa.

Para tornar o processo de entrevista o mínimo possível moroso, foram preparados 2 (dois) roteiros, o primeiro (apêndice B) foi enviado previamente para as aldeias afim de proporcionar uma melhor fluidez sobre as perguntas que seriam apresentadas, uma vez que estas dependiam em muitos casos de um levantamento prévio. Este roteiro contém perguntas abertas sobre diversos assuntos referentes as comunidades, como por exemplo dados históricos, demográficos, cotidiano, histórias e narrativas pataxó etc. Dessa forma os entrevistados tiveram tempo para buscar informações, que talvez não tivessem de cabeça na hora da entrevista, tornando mais genuínas as respostas que foram dadas, a maioria dos dados coletados no roteiro 1 (apêndice B) foram utilizados para alimentar o portal. Dos 10 (dez) entrevistados apenas 2 (dois) não preencheram o roteiro. Já o roteiro 2 (dois) (apêndice C) contém perguntas que exigem a opinião dos entrevistados e não apenas levantamento histórico.

Além do primeiro roteiro enviado (apêndice B), foi utilizado um roteiro complementar (apêndice C), que tem o intuito de levantar demais dados importantes,

mas que não entraram no primeiro roteiro para não prolongar o seu preenchimento. Durante a entrevista ficou claro que aqueles que se prepararam e preencheram o formulário, estavam mais à vontade com as perguntas, porém, a experiência de vida cada um variava de acordo com diversos fatores como idade, tempo exercendo função de liderança e conhecimento de áreas que não se envolve, como é o caso daqueles que não são pajés, e dessa forma não falaram com tanta propriedade deste tema.

Analisando o perfil dos PIP (idade, função²⁷ e sexo) entrevistados nas comunidades estudadas, foi observado a presença de (4 quatro) mulheres em função de liderança, para 6 (seis) homens. Segundo informações dos mesmos, a quantidade de mulheres nesses tipos de funções vem crescendo a cada geração. Assim, de modo geral 4 (quatro) são professores, 3 (três) são Caciques 3 (três) são Pajés.

Tabela 3 – Levantamento de perfil das lideranças

Sexo	Idade	Função
Mulher	35	Professor
Homem	30	Professor
Homem	40	Professor
Homem	33	Professor
Mulher	38	Cacique
Homem	49	Pajé
Mulher	37	Cacique
Mulher	59	Pajé
Homem	44	Cacique
Homem	54	Pajé

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

É interessante notar que, a participação das mulheres nas funções de liderança emerge de um discurso que não consta no roteiro de entrevista. Entretanto salientamos que, este resultado é significativo na medida em que uma das entrevistadas, afirma que este crescente número de mulheres nesta função se justifica pois:

Por muito tempo as mulheres indígenas foram invisíveis no Brasil, e na maioria dos casos nas suas próprias aldeias. Com o debate aberto sobre os direitos das mulheres crescendo no Brasil e com o nosso acesso as universidades sendo criado, a nossa participação na luta pelos direitos do nosso povo passou a ser mais frequente, e hoje é mais comum encontrar “*jokanas*²⁸” contribuindo como função de liderança (Entrevistado P3 – Barra Velha).

²⁷ De acordo com a organização do povo Pataxó, a função se refere ao conjunto de responsabilidades sociais que um líder exerce em uma comunidade.

²⁸ Jokana – Na Linguística Pataxó significa mulher.

O movimento das mulheres indígenas se consubstancia em projetos como “PELAS MULHERES INDÍGENAS²⁹”, que é uma rede que busca quebrar os paradigmas de preconceito que vivem as mulheres indígenas. O projeto tem origem no Nordeste e conta com 16 (dezesesseis) mulheres multiplicadoras, além de rede que já contempla de acordo com o último levantamento 96 (noventa e seis) membros. Estes trabalham buscando estudar o papel social da mulher nas comunidades indígenas e assim promover o mover na sua realidade e de suas irmãs. O projeto conta inclusive com representantes multiplicadores Pataxó *Hãhãhãe*, Pataxó do Prado, e Pataxó de Barra Velha (Entrevistado P3 – Barra Velha).

A questão da invisibilidade dos povos indígenas não se apresenta apenas no grupo das mulheres, de modo geral quando o assunto é igualdade racial as poucas políticas públicas aplicadas são normalmente voltadas para as populações negras, o que é justificado falsamente ao afirmar que essa evidenciação aparece por conta da quantidade de negros no Brasil que segundo o IBGE (2010) representavam cerca de 53,6% da população, contra aproximadamente 0,43% de indígenas, segundo mesmo levantamento em 2010, igualdade refere-se a qualidade de algo não apresentar diferença quantitativa ou qualitativa, independente de números.

Em relação a **perda de identidade articulada com o tempo e a sociedade não indígena**, a maioria dos entrevistados afirmam que isso acontece desde a invasão do Brasil em 1500 (6 vezes), sendo então um processo alimentado pela colonização (4 vezes), que proporcionou o afastamento dos seus povos de suas tradições, além de afirmarem que as políticas públicas não atendem as necessidades de manutenção da cultura do seu povo (2 vezes).

Quadro 1 - Perda de identidade indígena

Perda de identidade em contato com não-indígenas	Frequência
Acontece desde o descobrimento	6
Aculturação colonizadora gerou afastamento	4
Não é apenas perda, é troca também	4
Políticas públicas não atendem	2

Fonte: Elaborado pelo autor

²⁹ Endereço eletrônico do projeto para maiores informações <http://www.mulheresindigenas.org/projeto/>

Ao questionar o entrevistado (Entrevistado P4 – Jaqueira) sobre a questão da perda da identidade do indígena no Brasil por conta do contato com a sociedade não-indígena (roteiro 2 – apêndice C – questão 4), o entrevistado afirma que:

A perda da identidade do indígena acontece desde 1500, quando houve a invasão do Brasil, todo processo de aculturação empregado pelos europeus proporcionou um afastamento de nós indígenas da nossa cultura tradicional. Acontece que no Brasil atual muito se fala de igualdade de social, mas não acredito que exista igualdade quando o assunto é a população indígena, ou até mesmo outras minorias sociais como quilombolas etc. A realidade é que são mais de 500 (quinhentos) anos de imposição cultural. Os governantes brasileiros acham que igualdade é aceite da cultura dos colonizadores, não existe respeito e após tanto tempo com essa prática é óbvio que a população indígena por ser minoria iria se enfraquecer mais e mais. Muitos dos nossos irmãos foram obrigados a se mudar para a cidade, com objetivo de sobreviver, uma vez que as políticas são na maioria das vezes inúteis. As terras indígenas são mínimas, e muitas vezes improdutivas, em muitas aldeias não tem como sobreviver apenas da terra. Para conseguir viver hoje é necessário trabalhar como os brancos, estudar como os brancos, casar como os brancos, viver como os brancos, muitos nem sabem mais qual a origem dos seus ancestrais, e as vezes só carregam o sobrenome indígena, e a cultura e história do nosso povo vem se perdendo com o tempo, esse é o resultado da colonização no Brasil (Entrevistado P4 – Jaqueira).

Sobre a mesma pergunta o entrevistado comunga de uma visão parecida, e faz sugestões:

É verdade que em muitos locais do Brasil a cultura indígena vem sendo apagada, os motivos acredito eu que são muitos, mas aqui na nossa aldeia buscamos trabalhar para manter as tradições vivas. Temos a nossa própria associação de turismo, a qual ajuda na produção de renda para os irmãos, e permite um melhor controle dos turistas que nos visitam. Antigamente eram parcerias que tínhamos com agências de turismo, a nossa ação era só receber, o que acontece na maioria das aldeias no Brasil. Mas com o tempo decidimos tomar as rédeas e a experiência tem sido positiva. Com a administração nas nossas mãos as coisas andam melhor. Não acredito que no nosso cenário exista uma perda completa da identidade, é mais uma transformação, e isso não tem como lutar contra, o povo daqui tem acesso aos brancos e assim acontece uma troca de cultura, hoje tem dia temos aldeia mais informatizada, estamos sempre antenados com o que acontece no Brasil a respeito dos povos indígenas, mas as tradições procuramos sempre manter, e acima de tudo comemorar quando movimentos tradicionais indígenas são feitos. Para ajudar a guardar nossa cultura algumas iniciativas são fortes, como por exemplo a documentação dos nossos mitos, registro dos contos e guardar os cantos. Na nossa escola por exemplo é ensinado a nossa língua nativa *patxohã* e não abrimos mão das nossas tradições, como por exemplo casamento tradicional que acontece todos os anos (Entrevistado P1 – Barra Velha).

O discurso dos entrevistados demonstra que **a importância de resguardar as memórias dos povos indígenas em meios digitais** é relevante à medida que possibilita armazenamento e divulgação da realidade dos povos indígenas Pataxó, de forma que sejam disponibilizados dados sobre seus costumes tradicionais, e acima de tudo sobre a sua resistência, pela defesa dos seus direitos, bem como permite favorecer o turismo sustentável.

Quadro 2 – Importância do registro das memórias dos indígenas

Importância de resguardar as memórias em meios digitais	Frequência
Realidade do nosso povo	7
Registrar nossa luta diária	6
Registrar nossos costumes tradicionais	5
Favorecer o ecoturismo	4

Fonte: Elaborado pelo autor

A importância de resguardar a memória dos povos pataxó se confirma no discurso do (Entrevistado P2 – Barra Velha) ao afirmar que:

Ferramentas informatizadas como o portal podem proporcionar o armazenamento dos registros dos costumes do nosso povo, porque os artigos registrados no site por serem produzidos também por indígenas mostram a realidade do povo indígena de Porto Seguro. Manter registrado os nossos costumes é muito bom, mas acredito que manter registradas as ações do nosso dia-a-dia é o um caminho legal para guardar nossa história, além de tornar público a nossa luta diária pelo nosso território (Entrevistado P2 – Barra Velha).

A questão do território é o grande “calcanhar de Aquiles” das comunidades indígenas, é evidente a luta diária deste povo para ter local de reproduzir seus costumes, manter o seu povo como o mínimo de dignidade possível, em locais que já lhes pertenciam muito antes dos europeus chegarem. Ao questiona-los sobre a **verdadeira importância da terra para o seu povo** (roteiro 2 – apêndice C – questão 6), e **como eles enxergam as pesadas investidas dos ruralistas sobre suas terras**, emerge uma relação de amor com o território, mas também aparece uma triste realidade por reconhecimento legal. Sete dos entrevistados afirmaram que a terra é parte da família do povo indígena, quatro afirmam que o território é crucial para a sobrevivência do povo Pataxó o que demonstra o valor além do capital que estes povos dão ao seu habitat. O que também chama atenção é o discurso sobre a luta por

reconhecimento legal destes territórios (4 vezes) e a morosidade que a burocracia brasileira apresenta. Mas também chama atenção uma maior tranquilidade dos povos que estão em terras já identificadas e reconhecidas.

Quadro 3 – O valor do território indígena

O valor do território para os indígenas	Frequência
Terra como família	7
Espaço de sobrevivência	4
Luta por reconhecimento	4
Terras regularizadas	3

Fonte: Elaborado pelo autor

A relação de amor que estes possuem com seus territórios fica evidente na fala do entrevistado P7 da Jaqueira:

É difícil falar de si próprio, e é assim que me sinto quando falo do nosso território, o homem branco pode até enxergar a terra como um lugar de produção de dinheiro, mas nós entendemos o território como parte do nosso corpo, consideramos a natureza como um membro da família, desde o menor pedaço de terra batida, até o bater de asas de uma andorinha. Para o meu povo a terra é o local que vivermos, e depois que morrermos, é ali mesmo continuaremos vivendo, a terra é parte do meu povo e nós somos parte dela. Os problemas com os fazendeiros já fazem parte da vida do indígena, e não só os fazendeiros, com o crescimento das cidades e a aproximação das aldeias delas, muita gente anda querendo lotear e vender nossas terras, mas em locais homologados como o nosso a coisa é mais tranquila. O problema maior é o descaso do governo que em terras ainda em fase de identificação permitem a invasão dos fazendeiros (Entrevistado P7 - Jaqueira).

Da mesma forma o (Entrevistado P2 – Barra Velha) diz que:

Tudo o que existe na natureza é muito valioso para o meu povo. A mãe terra é onde toda a nossa história se constrói, o ar puro é preciso, os rios Caraíva e Corumbau que cercam nosso território são preciosos, o mar que cerca nossa aldeia é precioso, a floresta que preservamos é preciosa, o céu é precioso, o rei Sol é precioso, mas não da forma que os brancos entendem o “ser” precioso, para nós eles são partes da nossa família, amamos como irmãos, como mãe sabe? (Entrevistado P2 – Barra Velha).

A realidade da luta pela terra e a pressão dos fazendeiros em alguns lugares divergem do panorama nacional, é o caso da Aldeia Mãe Barra Velha, onde a terra é homologada via decreto do dia 27 de fevereiro de 2008, pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Sobre esta questão o (Entrevistado P2 – Barra Velha) afirma que:

Desde 2008 que a nossa terra é reconhecida e homologada pela presidência, então ultimamente não temos tantos conflitos com os fazendeiros que querem tomar as terras dos indígenas. Legalmente o território é nosso, claro que de vez em quando temos problemas com invasores e oportunistas, mas já a algum tempo esse tipo de problema diminuiu, não é o caso de outros territórios Pataxó onde ainda há luta para reconhecer a terra que por direito é do nosso povo, como por exemplo os parentes Araticum Pataxó de Santa Cruz de Cabralia, que recentemente foram expulsos dos seus territórios (Entrevistado P2 – Barra Velha).

Analisando a **visão dos indígenas sobre a situação atual do seu povo pós invasão e colonização do Brasil**, e as transformações que estes povos passaram, pode-se perceber que a opinião deles sobre esse polêmico tema é no mínimo racional e contemporâneo. O entrevistado P8 (Aldeia Velha) diz que: “Isso que você diz transformação, é **normal** em localidades onde existe o contato com outras culturas, o indígena evoluiu nesses locais, isso é fato”. Seis dos envolvidos acreditam que esse processo é natural, ou normal, sendo na verdade uma evolução necessária de sobrevivência dos indígenas. Quatro lideranças acreditam que essa dita transformação, é carregada de discriminação, de pessoas que não se interessam de fato em saber como eles vivem, e o que aconteceu foi uma evolução do Brasil como um todo, não sendo uma exclusividade dos indígenas.

Quadro 4 – Transformação do povo indígena

Visão dos indígenas sobre a transformação do seu povo	Frequência
Natural/Normal/Evolução	6
Ignorância dos não-indígenas	4
Necessidade de sobrevivência	4
Indígenas mais preparados	3

Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma fica evidente que a transformação é algo que não é visto como vilão, e sim é algo normal, porém ainda existe uma gama de preconceitos impregnados por aqueles não-indígenas, que na maioria dos casos agem dessa forma por pura ignorância.

Tem muita gente que ainda acha que vivemos pelados, isolados, sem comunicação tecnológica, que não estudamos etc. A realidade é que as aldeias em alguns casos já têm até internet, usamos Whatsapp para facilitar a comunicação entre os irmãos, e até com os órgãos de apoio. Estas pessoas deviam procurar a nossa associação de turismo e

agendar uma visita (RISOS), quem sabe conhecendo a nossa aldeia, saberão que mesmo mantendo nossas tradicionalidades, somos bem civilizados (Entrevistado P8 – Aldeia Velha).

Já na visão do entrevistado P10 (Aldeia Velha) “Não existe uma transformação de nós indígenas, o que aconteceu é uma transformação do Brasil de forma geral. Você por acaso tinha um celular com internet a 10 (dez) anos atrás? As vezes o que parece é que apenas nós evoluímos [...]”. Essa afirmação me fez refletir sobre os preconceitos contra os indígenas, já ouvi de muitos, frases como: “Esses índios estão muito moderninhos, cheio das tecnologias”, “Nunca vi índio loiro” realmente o que parece, é que a sociedade não-indígena, deseja que esse povo não possa melhorar os seus modos de vida, que para ser indígena existe uma obrigação de viver no passado.

Ainda sobre a questão 7 (sete) do apêndice C a liderança (P5 – Jaqueira) lembra que de certa forma essa dita mudança foi uma necessidade de sobrevivência do seu povo. Obrigados a se unirem para lutar pelos seus direitos, os indígenas se adaptaram aos costumes do homem branco, o movimento dos indígenas Brasileiro se fortaleceu, e tiveram que conhecer seus direitos, seus deveres e as leis que os protegem. “Tivemos que deixar de ser bobos, fomos passados para trás muitas vezes com a conversa bonita de pessoas que queriam só se aproveitar de nós”, disse. O resultado destas transformações, são indígenas mais informados, muitos deles já estão na faculdade, e normalmente a luta continua sendo pelo seu povo. “O curso de licenciatura intercultural indígena que acontece no IFBA, é o resultado das nossas conquistas, muitos dos parentes estão estudando e se capacitando para amanhã ou depois lutarem pelos nossos direitos”.

Outro assunto abordado nas entrevistas e que para esse estudo é de grande importância, se refere a educação em comunidades indígenas. Na questão 8 do apêndice C buscamos **compreender o valor da educação diferenciada indígena, que permite o ensino intercultural, multilíngue e comunitário**, previsto na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Cinco das lideranças disseram que o valor da educação indígena diferenciada, está no aprendizado baseado nos costumes dos seus povos, o que permite uma melhor autenticidade e contextualização das aulas. Quatro deles lembraram que a educação diferenciada permitiu a recuperação do idioma Patxôhã, o qual já estava perdido. E dois lembraram que os primeiros acessos dos indígenas a educação, não

respeitavam seus costumes, e assim traumáticamente se apresentou como mais uma forma de aculturação.

Quadro 5 – Educação diferenciada indígena

Valor da educação diferenciada indígena	Frequência
Educação com base na cultura indígena	5
Recuperação do Patxôhã	4
Educação como forma de aculturação	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre este tema o (Entrevistado P6 – Jaqueira) lembra que a cultura da educação em comunidades indígenas tem uma história bem antiga, e que no início não favorecia e muito menos respeitava de forma correta o seu povo “A nossa experiência com a educação, no início não foi das melhores. A primeira forma de educação que tivemos acesso foi a empregada pelos colonizadores jesuítas, e outros grupos religiosos europeus, que “educavam” com o objetivo de nos catequizar”.

E por muito tempo esse foi o acesso que os indígenas tinham a educação, que na verdade era uma forma de aculturação, pois muito antes dos colonizadores chegarem ao Brasil, eles já tinham suas crenças, que em alguns momentos se assemelham a visão do cristianismo, mas que em outros muitos casos diverge completamente. Dessa forma implantar uma política positiva da educação como um bem social para estas comunidades, pode ter sido uma tarefa difícil, mas que depois de tanta luta, passou a ser no mínimo aceita pelos não-indígenas. “Hoje podemos trabalhar nas nossas escolas um projeto pedagógico que respeite as nossas crenças, que conte a história baseada nos nossos mitos e ritos, de forma que a natureza tenha centralidade e importância que deve ter (Entrevistado P6 – Jaqueira) ”.

Na Reserva da Jaqueira além das disciplinas comuns como história, geografia, português e matemática, que são lecionadas com foco na realidade da aldeia, também é ensinado o *Maxacalí* Patxôhã língua do tronco linguístico *macro-jê* e que é a língua oficial dos Pataxó.

Depois de tanto tempo sendo proibidos de falar a nossa língua, ela estava realmente perdida, apenas alguns anciões falavam algumas palavras, e com a idade avançada deles a língua estava acabada. Ai em 1998 colocamos a nossa língua como matéria mesmo, e com o novo projeto político pedagógico estamos fazendo o resgate de quase 3.000 (três mil) palavras que são registradas no nosso dicionário (Entrevistado P7 – Jaqueira).

A autonomia dada as escolas indígenas está permitindo meios para manter viva a sua cultura que estava apagada, os alunos têm acesso a disciplinas como medicina tradicional, onde aprendem o poder das plantas e dos remédios naturais conseguidos apenas na natureza. A didática difere em diversos aspectos as aulas dos brancos. “Ensina-se de maneiras mais criativas, tem professores que ensinam fora da sala de aula, fogem do meio tradicional e vão na natureza mostrar a prática do que eles ensinam, em outros momentos estudamos as músicas tradicionais é bem diferente (Entrevistado P7 – Jaqueira)”. A educação dos filhos é um papel dos pais, mas a escola tem um papel social muito importante, uma vez que a inserção dos jovens na comunidade se dá também pelo convívio comunitário com os irmãos indígenas. “Na nossa escola ensinamos o que é básico, e o que vai permitir que os nossos alunos sejam inseridos em qualquer faculdade. Mas acima de tudo ensinamos como eles devem ser unidos e ter orgulho da nossa história e da luta dos nossos antepassados (Entrevistado P9 – Aldeia Velha)”.

A questão da educação indígena perpassa as escolas das aldeias, com a **Lei nº 11.645 é obrigatória o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena** em escolas públicas e privadas no ensino fundamental e médio. Muitos estudiosos afirmam que essa proposta é uma forma desesperada e desordenada de tentar quebrar um pouco do panorama de discriminação contra estas minorias. Acontece que uma lei que entrou em vigor em 2008 e até hoje não trouxe muitos resultados, não pode ser vista como um sucesso para esse povo.

Sete dos envolvidos se mostraram não empolgados com a lei, ao afirmar que a ideia é boa, mas não funciona na prática. Cinco afirmam que o motivo do insucesso da lei, é a falta de verba para execução da mesma, tema este que está ligado diretamente com a falta de capacitação genuína de professores (4 vezes). Três deles afirmam que a proposta é boa e pode ajudar.

Quadro 6 – Luta pela igualdade via Lei 11.645

Lei 11.645 como ferramenta contra a discriminação indígena	Frequência
É mais uma boa proposta de lei que não funciona na prática	7
Falta investimento para a prática	5
É necessário capacitar os professores	4
Proposta boa que pode ajudar	3

Fonte: Elaborado pelo autor

O indígena pataxó (Entrevistado P9 – Aldeia Velha) apresenta sua opinião dizendo que: “Como quase todas as leis que defendem nós indígenas e os quilombolas, nada funciona como deveria. Leis como essa, são como a de demarcação das nossas terras, só funcionam mais ou menos depois de muita luta”.

Também da Aldeia Velha o (Entrevistado P10) afirma que: “A ideia é muito boa, mas na prática não funciona. Como professores que não conhece a gente, que não tem material didático que fale a realidade sobre nós, vão ensinar os alunos? Como ensinar algo que não se conhece? ”. Infelizmente é uma lei que foi aprovada desde 2008 e até hoje na maioria dos casos não funciona de verdade, exemplo disso é que praticamente não existe bons materiais didáticos sobre a realidade de vida dos indígenas. Espera-se com a inserção destes nas universidades e na pedagogia de forma geral, materiais genuínos e produzidos por eles mesmos possam suprir essa demanda, que causa tanta discriminação.

Outra questão levantada durante a entrevista e que é muito questionada pela sociedade em geral, se refere ao **turismo nas aldeias**, na questão 10 (dez) do apêndice C buscamos entender na visão dos indígenas de Porto Seguro, o que realmente representa o ecoturismo para suas comunidades, qual o seu verdadeiro valor, além de tentar captar a visão destes sobre degradação cultural que esta atividade pode trazer para seu povo. Oito dos entrevistados falaram que o ecoturismo nas aldeias de Porto Seguro, é questão de sobrevivência, pois é responsável por boa parte da renda que sustenta as comunidades. Cinco dos envolvidos afirmam que os problemas com os turistas existem, mas diminuíram depois que as associações lideradas pelos próprios Pataxó, assumiram as visitas, inclusive com estratégias para fortalecer a manutenção dos costumes e a sustentabilidade da atividade e da floresta.

Quadro 7 – Turismo em aldeias indígenas

Turismo? (Importância, malefícios e benefícios)	Frequência
Sobrevivência	8
Parceiros / Associações indígenas	5
Favorece a manutenção dos costumes	3
Busca pela sustentabilidade da atividade	3

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre este tema (Entrevistado P4 – Jaqueira) diz: “O turismo para nossa comunidade nada mais, nada menos, que sobrevivência, é uma forma de conseguir renda para manter as necessidades básicas das aldeias que não podem ser supridas pela nossa própria produção”. Além do mais a proposta de ecoturismo da região de Porto Seguro, proporciona a preservação de um grupo bem diversificado da fauna e da flora brasileira. Na Reserva da Jaqueira por exemplo são encontradas mais de 19 (dezenove) espécies endêmicas de vegetais da floresta tropical, sendo que destas 14 (quatorze) são ameaçadas de extinção e outras 6 (seis) consideradas vulneráveis. Dessa forma com projetos de sustentabilidade, os indígenas da região mantêm uma constante fiscalização das suas áreas, que contemplam uma grande joia da natureza.

Segundo (Entrevistado P7 – Jaqueira):

A proposta de exploração do ecoturismo aconteceu por volta de agosto de 1998 quando eles receberam ainda sem visão comercial estudantes do município de Teixeira de Freitas. Não tínhamos ideia da dimensão que essa ideia poderia tomar, não sabíamos que poderíamos ganhar algum dinheiro com isso. A proposta da nossa comunidade era manter nosso território como local de resgate da nossa cultura tradicional (Entrevistado P7 – Jaqueira).

“Depois da primeira visita tudo mudou, a nossa região de Porto Seguro já era muito visitada. Decidimos montar uma associação para poder comercializar o turismo no nosso território, o objetivo foi de ter renda para fortalecer ainda mais nossa cultura”. Afirma (Entrevistado P5 – Jaqueira) um (a) dos (as) fundadores da ASPECTUR.

A comercialização da cultura através do ecoturismo pode em muitos casos gerar alguns conflitos de interesses internos dentro das comunidades. Segundo relato de alguns dos próprios envolvidos, no início do projeto estes problemas se apresentavam com mais frequência, afinal a renda produzida por esta atividade infelizmente não é suficiente para atender todas as famílias, mas com passar do tempo (quase 20 (vinte) anos de trabalho), a atividade proporcionou um melhor valor agregado e uma melhor rentabilidade, assim como com o surgimento de outras iniciativas de comercialização que foram criadas, por exemplo os stands de venda de artesanato em Coroa Vermelha, que envolveu mais famílias, e trouxe desta forma melhores condições de trabalho e conseqüentemente uma condição de sustento para estes.

Foi observado também uma boa quantidade de instituições e empresas envolvidas com o turismo na região, estas que por sua vez buscam explorar este nicho

de mercado criado pelos indígenas, que hoje em dia tem uma grande procura pelos turistas que visitam a região, atuam como parceiros na captação de novos visitantes, apoio logístico afinal as reservas não ficam dentro da área urbana da cidade etc. O relacionamento entre as associações e as empresas hoje em dia é amistoso, as responsabilidades são bem definidas o que evita que problemas de comunicação sejam mais reduzidos.

Toda a realidade de sucesso colhida atualmente pelas aldeias, são resultados de constantes reuniões com os indígenas envolvidos. Existe uma série de regras que foram criadas pelas lideranças, afim de manter a sustentabilidade da comunidade, seja através do respeito exigido pelos visitantes quanto a cultura indígena, ou seja pelo respeito com a natureza. Por exemplo os visitantes são instruídos a não jogar lixo durante os passeios nas trilhas, assim como é proibido o uso de cigarro na floresta, outra regra importante é a questão do barulho, afinal para a convivência amistosa com a fauna e flora nativa o silêncio é primordial.

A jaqueira por exemplo já recebeu propostas de grandes empresas de turismo, que tinham a meta de levar diariamente na reserva uma média de 400 turistas por dia. A limitação imposta pelas lideranças é de dois passeios com no máximo 50 (cinquenta) visitantes, sendo que ao chegarem nas aldeias estes são subdivididos em até 4 (quatro) grupos. O objetivo é que o guia indígena tem um maior controle sobre os turistas, além de poder trabalhar da melhor forma os usos e costumes da aldeia.

Atualmente a reserva da jaqueira é tida como um caso de sucesso no ecoturismo do Brasil, as lideranças inclusive são frequentemente convidadas a participar de eventos dentro e fora do estado, onde eles têm a oportunidade de falar sobre a gestão participativa que acontece na aldeia, a mostrar as técnicas utilizadas para que haja harmonia entre o homem branco, o indígena e a natureza.

O que é fica mais evidente é a proposta pedagógica do turismo nas aldeias, exemplo disso é que durante o passeio os turistas assistem uma palestra de cerca de 20 (vinte) minutos sobre a história dos indígenas, onde o indígena palestrante explica sobre os usos e costumes do seu povo, além da relação que estes possuem com a natureza. Logo depois é apresentado o ritual *Awê* (figura 17) que tem significado sagrado para os Pataxó. “*Awê* é a nosso ritual de união, serve tanto para agradecer por coisas boas, como para nos preparar para coisas ruins, a gente busca com o *Awê* a concentração de coisas positivas. Ele representa fortalecimento da nossa espiritualidade e amor” (Entrevistado P1 – Barra Velha).



Figura 17 - Ritual Awê dos Pataxó

Fonte: Acervo do autor

Diversas festividades acontecem durante o ano nas aldeias, todos com o objetivo de resgatar a cultura indígena na região, em conversa com o (Entrevistado P5 – Jaqueira) questiono sobre a importância do *Aragwaksã*, evento que fomos convidados acompanhar durante as comemorações de aniversário de 18 (dezoito) anos da aldeia em agosto de 2016.

Aragwaksã acontece todos os anos aqui na nossa aldeia, buscamos neste dia resgatar rituais que não acontecem mais com tanta frequência aqui, por exemplo o batismo no barro, a caçada do guerreiro e por fim o casamento tradicional indígena (figura 18). Fazemos questão de convidar a sociedade nossos amigos (RISOS), a comunidade não-indígena, imprensa e tudo que temos direito. São várias ações como você pôde ver. O casamento tradicional esse ano aconteceu d'baixo de chuva, os noivos foram na mata buscar uma tora (figura 19) que tem tradicionalmente o peso parecido com o da esposa, é realmente uma linda festa (Entrevistado P5 – Jaqueira).



Figura 18 - Casamento Tradicional indígena
Fonte: Acervo do Autor



Figura 19 - Tora tradicional do casamento Pataxó
Fonte: Acervo do Autor

Todos as ações que acontecem nas aldeias buscam o fortalecimento da cultura indígena, assim como o respeito pela natureza, e sustentação do seu povo. Esse

discurso é constantemente apresentado pelos guias indígenas, e estes acreditam que através da visitação, os não-indígenas podem se aproximar da sua realidade, e assim atravessando a barreira da ignorância, possam quebrar o pré-conceito que a sociedade possui contra o seu povo.

Durante a análise de dados do roteiro 2 (apêndice C) foi observado a visão das lideranças indígenas sobre alguns assuntos que se apresentam socialmente como polêmicos tanto para os indígenas, como para os não-indígenas. Dentro os entrevistados tivemos lideranças de várias idades, sejam eles caciques, professores ou pajés, independentemente da idade e sexo estes tem uma grande responsabilidade nas suas comunidades, uma vez que no exercício da função de líder as demandas e problemas são apresentadas para eles, e aqueles liderados esperam que eles resolvam os problemas com a participação da comunidade. Durante as visitas às aldeias, ficou claro que estes sujeitos tem um grande respeito por parte da comunidade no geral, mas acima de tudo, também ficou claro que eles se respeitam entre si, independente da função que estes exercem, o que ao nosso ver demonstra a colaboração de todos por um bem maior, nesse caso a sustentabilidade de suas aldeias.

Outro detalhe que chama atenção é a força do movimento indígena local, que aproxima as aldeias da região na interminável luta de resistência, seja por terra, ou por consolidação e respeito por sua cultura ou seja pelo respeito que eles exigem dos povos não-indígenas. Depois de tantos anos de colonização e extermínio de seu povo, e de seus modos de vida, eles buscam recuperar a sua identidade, a sua dignidade cultural e resistir a mais de 500 anos de discriminação.

A perda da identidade, também tida como transformação por resistência social, não é vista como algo extremamente ruim, a maioria dos entrevistados acreditam em uma mudança social de todos os brasileiros, o que de certa forma também os obrigou a se adaptarem a hierarquia e burocracia do homem branco, afim de resistirem as pesadas iniciativas contra seus povos e seus territórios. Os modos e costumes dos seus povos infelizmente não acontecem como na antiguidade, a diminuição dos seus ritos e mitos não os tornou menos indígenas, pelo contrário o poder de resistência destes povos os tornou ainda mais guerreiros, mesmo em um cenário nacional totalmente desfavorável.

O interesse dos povos indígenas de Porto Seguro por iniciativas como o portal pataxó, demonstra a necessidade de investimento em ações que ajudem a

salvaguardar os registros das suas memórias, as quais hoje em dia ainda são baseadas nas suas tradicionalidades, mas que devem dar atenção a uma nova área de cunho legalista e burocrático, onde o homem branco tem ainda imensa vantagem, a contar pela grande quantidade de deputados que apoiam a bancada ruralista na câmara. A luta em manifestações com arco e flecha, tem dado espaço a novas estratégias, os indígenas estão sendo obrigados a se capacitarem em técnicas que não-indígenas dominam pois apenas dessa forma a luta pode ser menos covarde.

A questão do território continua sendo um grande problema para estes grupos, mas nas aldeias estudadas nesse trabalho já houve um processo de reconhecimento de suas terras, por mais que este não atenda completamente às necessidades dos povos que ali vivem, já é um começo, o que não acontece em outras comunidades vizinhas.

Uma coisa importante em se tratar de estudos em comunidades indígenas, é a compreensão sobre o valor que estes dão ao seu território, aqui não falamos apenas da área geográfica que rodeia aquela aldeia, para se entender um pouco da realidade de vida dos indígenas é primeiro necessário nos livrarmos da visão capitalista do território, só assim entenderemos melhor a questão da luta que eles travam diariamente para sobreviver.

As tímidas iniciativas do governo para suprir a necessidade de uma educação mais plural e respeitosa sobre as comunidades indígenas, infelizmente não atendem as expectativas, seja por falta de apoio e cortes de verbas aos órgãos indigenistas, ou por leis como a nº 11.645 que estão apenas no papel e na prática não funcionam por falta de interesse dos governos.

Por fim análise desses dados se depara com o polêmico problema do turismo na região, onde mesmo Porto Seguro sendo caso de sucesso para outras localidades do Brasil, ainda está longe de fato trazer suficientes benefícios que atendam de forma digna as necessidades destes povos. O ecoturismo na Costa do Descobrimento já tem mais de 18 (dezoito) anos, e por mais que diversos avanços sejam vistos, ainda é preciso muito mais para atender esses povos de forma mais ampla, de forma que todos os membros das comunidades possam colher bons frutos do seu trabalho. Fica uma grande dúvida sobre quais são os reais benefícios e malefícios destas atividades, infelizmente hoje é impossível imaginar os povos indígenas da região sem poder explorar o ecoturismo, mas como mensurar os grandes problemas que o homem branco traz nestas visitas, sejam na área cultural com o enfraquecimento de sua

cultura ou na área social com problemas de exploração sexual, ou a facilitação e/ou contratação de mão-de-obra para o tráfico de drogas ou até mesmo.

A análise apresentada a partir do discurso dos envolvidos, é que o desenvolvimento de um portal colaborativo e interativo, tem proporcionado aos PIP um mecanismo que possibilite registrar e divulgar o seu cotidiano, seja de maneira a compreender aspectos da sua cultura, ou pela divulgação da luta diária que estes travam com diversas áreas da sociedade por consolidação do seu povo, seja a respeito de seu território, ou pela falta de políticas públicas eficientes que possam atender de forma digna as necessidades dos seus povos. A interpretação dos dados levantados converge de forma geral, para uma concordância entre as lideranças a respeito de quase todos os questionamentos, os motivos dessa unanimidade de modos de pensar, pode ser expressa por vários motivos, a contar da união que as aldeias envolvidas nesse estudo possuem, ou até mesmo pela condição mais consolidada que o ecoturismo se apresenta nas ditas aldeias.

O conceito de memória muitas vezes remete a resgate de usos e costumes do passado de um povo, mas na realidade destes indígenas, representa muito mais do que relembrar as suas tradições, afinal com as constantes e graves adaptações que estes povos tem sido obrigados a se submeter, se apropriar de meios noticiais como sites e redes sociais se apresenta como uma forte ferramenta de luta por sua sustentabilidade, seja na área financeira através do turismo, como na área legal na luta por seus territórios.

Vale salientar que os resultados obtidos com análise de dados deste estudo, se apresentam como importantes elementos para o desenvolvimento do seu produto, uma vez que o processo de coleta teve como foco subsidiar a construção participativa dos objetivos da pesquisa, mas acima de tudo o desejo dos povos indígenas de Porto Seguro, em obter uma plataforma informatizada, que permita registrar sem conceitos discriminatórios sua luta diária e sua cultura. Esse objetivo só poderia ter sido alcançado a partir da colaboração e respeito de todos envolvidos pela identidade dos povos indígenas.

5. APIBA, CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

O caminhar desta pesquisa que partiu da inserção deste pesquisador enquanto educador na região *lócus* do estudo, buscou deste o início compreender da melhor forma a realidade de vida dos povos indígenas na Costa do Descobrimento. A primeira etapa do trabalho objetivou uma apropriação teórica/conceitual dos conhecimentos fundamentais para o entendimento do cotidiano destes povos. Estudar e entender os usos e costumes dos povos Pataxó, pode ser considerado impossível se não houver uma busca do pesquisador por despir-se dos pré-conceitos enraizados na sociedade não indígena por tantos séculos desde a invasão do Brasil. A todo momento é necessária uma desvinculação do já conhecido senso comum, que a tantos anos favorece ações discriminatórias contra as minorias, e nesse caso em especial contra os indígenas.

Escrever nestas breves considerações o quanto este pesquisador se sente grato pela oportunidade e confiança que lhe foi dada pelos PIP de conhecer a sua realidade, em especial o quanto eles são guerreiros ao jamais desistir da sua constante luta por reconhecimento e acima de tudo por respeito por parte da sociedade branca, se apresenta como uma tarefa difícil, afinal seria impossível mensurar as experiências e as tantas lições de vida que foram aprendidas durante esses quase 5 (cinco) anos de convivência.

Assim, é importante dizer que o desfecho apresentado nessas considerações da pesquisa mesmo sendo resultado de diversas experiências de vida, não pode ser considerado como esgotado, afinal ele busca atender a uma determinada conjuntura, nesse contexto a característica de ser inacabado favorece a construção de novas problemáticas de estudo, com outros ideais, de forma que a rica e bonita história destes povos passa ser divulgada em diversas vertentes, e possibilitando assim a quebra de paradigmas sociais possam a partir do rompimento da barreira da ignorância.

Este estudo parte de uma questão de pesquisa, a qual se propõe compreender quais os aspectos das memórias dos PIP na Costa do Descobrimento, assim como, entender como esses aspectos podem contribuir no desenvolvimento de um portal colaborativo e interativo. Assim durante o andamento desta pesquisa foram analisados os discursos dos líderes indígenas de algumas das aldeias da região, sobre temas como ecoturismo em terras indígenas, impactos da convivência do seu

povo com os não-indígenas, a interminável luta dos seus povos contra as investidas dos ruralistas em seus territórios, a representação que estes povos possuem sobre as suas terras, os resultados da educação indígena, seja através da educação diferenciada indígena ou pela obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena em escolas de ensino fundamental e médio.

Durante a interpretação dos dados coletados na pesquisa, pôde-se observar uma certa convergência de opiniões dos entrevistados, o que mais uma vez demonstra o caráter de união criado pelos movimentos indígenas no Brasil. Essa união parte de uma concordância de opiniões, assim como do respeito por opiniões que divergem. Todas as comunidades envolvidas têm como sua principal fonte de renda a exploração do ecoturismo, seja através de passeios interativos, ou através da exposição e venda de produtos de artesanato.

Ambos os entrevistados compreendem os malefícios que o turismo traz para suas comunidades, assim como, o contato constante não mediado com grupos não-indígenas, porém, estes também enxergam além da necessidade financeira, benefícios desta convivência, com por exemplo a adaptação dos indígenas ao mundo burocrático do homem branco, tarefa que se tornou obrigatória para estes povos, que hoje travam lutas também nos diversos tribunais do Brasil.

O pré-projeto para desenvolvimento do produto desta pesquisa, focava na criação de um ambiente cultural de resgate da memória dos PIP, porém com o exercitar do pesquisar, foi evidenciada uma adaptação da demanda enquanto produto por parte dos Pataxó. Assim, o que era um repositório para resgate de registros do passado da cultura indígena, foi incrementado também como um portal de notícias que registre as memórias atuais dos indígenas evidenciando a sua luta diária por seus direitos e também fortaleça o turismo. O aceite das mudanças que os caminhos da pesquisa exigem, fortalece a visam metodológica deste estudo, o qual buscou não permitir o engessamento do pesquisar, uma vez que o objeto social é mutável e o exercitar da pesquisa aplicada prevê justamente a concordância com as necessidades do grupo social pesquisado.

Reforço que respeitar e acatar os anseios dos pesquisados, não fere o rigor científico desta pesquisa, lembrando que rigor nesse contexto significa qualidade conceitual, ética e metodológica do estudo. Assim, forçar um extremo controle das ações do ato de pesquisar não condiz com este princípio. Deve-se ter em mente que os sujeitos investigados, têm as suas próprias subjetividades, as quais nesse estudo,

eram em muitos casos desconhecidas do pesquisador. Rigor nesse sentido diz respeito a observância e respeito destas subjetividades. Ignorar demandas destas dos sujeitos, demonstraria controle das ações, e em uma pesquisa participante não cabe esse tipo de atitude.

A construção desta pesquisa se deu a partir dos inúmeros encontros com os atores sociais deste estudo, muitas das reuniões aconteceram pessoalmente em ambas aldeias, mas em muitos outros casos aconteceram em meio virtual, através de comunicadores instantâneos como Whatsapp e Skype. O portal que se apresenta como produto neste estudo, é uma construção coletiva entre todos os partícipes, e hoje já conta com a participação de outras pessoas que se propuseram a registrar as memórias do povo Pataxó, dentre eles indígenas e indigenistas.

É importante dizer sobre a contribuição do grupo de pesquisa GIPRES para este estudo, onde após apresentações da pesquisa em fóruns do grupo, as discussões sempre foram imensamente construtivas, tanto para o trabalho, quanto para o avanço do debate entre os membros do grupo, considerando as experiências de intervenção compartilhadas e discutidas como subsídio para a construção do saber coletivo, esse resultado se deve a visão interdisciplinar cada vez mais amadurecida do grupo.

Como lacunas do trabalho exposto, podemos apontar o pouco tempo hábil até a data da entrega do documento final para a divulgação e captação de novos pesquisadores para o portal. Alguns e-mails e contatos em redes sociais já foram enviados, assim como recortes da pesquisa já foram apresentados em congressos no Rio Grande do Norte e Aracajú, porém com um prazo curto para defesa, essa etapa deverá seguir depois da apresentação do trabalho de conclusão.

Existe uma grande necessidade de novas pesquisas em comunidades indígenas de cunho participativo, ouvi muito das lideranças que eles costumam receber constantemente pesquisadores de todo o Brasil, mas poucas ou quase nenhuma destas pesquisas, trazem devolutivas para a comunidade, segundo eles os pesquisadores vêm, pesquisam e somem.

Dessa forma mantenho aceso o interesse em analisar novas questões com os povos indígenas, seja por exemplo com uma amostra diferente do que as lideranças, seja por um aprofundamento sobre as questões da violência gerada com o turismo, talvez por questões ligadas as representações sociais dos indígenas a respeito do pré-conceito, do turismo ou talvez da violência.

Assim, após reforçar os aspectos discutidos no decorrer deste estudo, buscando a todo momento alinhar a visão da prática proporcionada pela pesquisa de intervenção, com os conceitos apropriados durante as tantas discussões e leituras, deixo registrado a minha sugestão para trabalhos futuros, e relembro que a pesquisa não se esgota por si própria, a atitude de pesquisar é dinâmica, e se retroalimenta com novas iniciativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição e CARVALHO, Edgar de Assis (Orgs). Edgar Morin. **Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios**. Trad. Edgar de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ASPECTUR – ASSOCIAÇÃO PATAXÓ DE ECOTURISMO. PROJAQ – **Programa de Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Mata Atlântica na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira**. Eunápolis-BA, 2007.

BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. **Relação de Pontos de Cultura da BA**. 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=54>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Implementação da Lei nº 11.645**. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/implementa%C3%A7%C3%A3olei>. Acesso em: 15/03/2016.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia**. 2004. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-portais-mestrado.pdf >. Acesso em: 03 jul 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEDINELLI, Talita. **Fazendeiros formaram milícia para atacar índios no Mato Grosso do Sul, diz MPF**. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466195701_933817.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BETTO, Frei. **Manual para exterminar índios**. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/manual-para-exterminar-indios-18063790>>. Acesso em: 08 out. 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAND, Antônio. **Viver na cidade grande não é abrir mão de ser indígena**. 2007. *Apud* Priscila Carvalho. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2007/04/viver-na-cidade-grande-nao-e-abrir-mao-de-ser-indigena/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Art. 231, § 1º, 1988.

BRASIL. PORTAL BRASIL. Oficinas de inclusão levam tecnologia a povos indígenas. 2015. Com informações da Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/oficinas-de-inclusao-levam-tecnologia-a-povos-indigenas>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil 1991/2010. 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. FUNAI. Consulta de situação jurídica das TIs. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 07 set. 2016.

BRIGHENT, Clovis A.; OLIVEIRA, Osmarina de. **PEC 215: Ameaça aos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Meio Ambiente.** 2. ed. Chapecó - Santa Catarina: Conselho Indigenista Missionário, 2015.

BARONI, Rodrigo. **Avaliando os efeitos dos portais corporativos em iniciativas de gestão de conhecimento.** In **CONFERÊNCIA ON-LINE E WORKSHOP Gestão de Organizações baseadas em Conhecimento.** Lisboa/Portugal, 17-21 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.aquifolium.com/apgc2005/>>. Acesso em: 02 julho 2016.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica: Um guia para a iniciação científica 2.** Ed. São Paulo: Markron Books 2000.

BRANDÃO, Carlos R. (org). **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRASILIENSE, Correio. **Morte de índio queimado vivo em Brasília completa 15 anos.** 2017. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/04/20/interna_cidade_sdf,298900/morte-de-indio-queimado-vivo-em-brasilia-completa-15-anos.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia.** In: Ambientes: estudos de geografia. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO,

2003. p. 235-248.

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção Social do Território: em busca de um conceito didático em Geografia: a territorialidade**. Ilhéus/BA: Editus, 2009.

BONI, Valdete. QUARESMA, Silvia Jurema Quaresma. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, Vol. 2 n.º 1 (3), janeiro/julho, 2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAPITAL, Carta. **Uma esperança para as terras indígenas?** Mais da metade do Senado adere a manifesto contra a PEC 215, projeto bancado por Cunha que tira do Executivo a prerrogativa de demarcar terras. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/senadores-aderem-a-manifesto-contra-a-pec-215-7012.html>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CARDOSO, Juliana de Souza. **O Resgate da Identidade como Estratégia de Sobrevivência entre os Índios Pataxó**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CÂMARA, G.; QUEIROZ, G. R. **Arquitetura de Sistemas de Informação Geográfica**. 2001.

CIMI, Conselho Indígena Missionário. **Nota do Cimi sobre assassinatos sequenciais e seletivos de indígenas no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8101&action=read>. Acesso em: 13 dez. 2016.

CHADE, Jamil. **ONU denuncia aumento de 50% em assassinatos de indígenas. 2016**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,onu-denuncia-aumento-de-50-em-assassinatos-de-indigenas,10000077063>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

COSTA, D. A. S. da & COSTA, B. P. da. **Geografia das (micro)territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus**. Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações. Curitiba, 2008.

DANTAS, Fernando A. de Carvalho. **Los Pueblos Indígenas y los Derechos depropiiedad**. Norman J. [S.l.:s.n.,19--]. p. 310-311.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br

DEITEL, Harvey; STEINBUHLER, Kate.; DEITEL, Paul. **E-business e e-commerce para administradores**. São Paulo: Pearson, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIA, Ivani Ferreira. **Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas**. Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural . vol. 3, no.1 pags. 63-77, 2005.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. Canoas: Oficina de textos, 2005.

FUKS, H., GEROSA, M.A. and LUCENA, C.J.P. (2002) “**The Development and Application of Distance Learning on the Internet**”, The Journal of Open and Distance Learning, Carfax Publishing, UK, February 2002, Vol. 17, N. 1, p. 23-38. ISSN 0268-0513

FERREIRA, A. B. de H.(1989). **Mini-dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer melhor através da ação. BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. Pesquisa participante. *In Pesquisa participante*. Brasiliense, 1988.

GATTI, Bernadete A. **Pesquisa em ação: produção de conhecimentos e produção de sentidos como desafio**. Fundação Carlos Chagas. Publ.: ANAIS – Seminário: Pesquisa e Pós-Graduação – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, Célia B.; COELHO, Raimundo S.Bahia. **Indígena: encontro de dois mundos –verdade do descobrimento**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

GUENTER FRANCISCO LOEBENS (Brasil). **Movimento e organizações indígenas no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=3308>>. Acesso em: 20 out. 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a Edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 05/07/2016.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HETKOWSKI, T. M. **Geotecnologia: como explorar educação cartográfica com as novas gerações?** In: XV ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 2010, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

HETKOWSKI, T. M.; et al. **Geotecnologias: Um Resgate Da Memória Da Cidade De Salvador (Ba) Através Do Olhar Dos Alunos Da Escola pública**. In: VIII Seminário de Jogos da UNEB – Salvador. Salvador, BA: 2012.

HINCH, T.; BUTLER, R. (1996). **Indigenous tourism: A common ground for discussion**. London: International Thomson, Business Press.

HOLZER, W. **A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Território, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, 1997.

HUNTER, C e GREEN, H. **Tourism and the environment: a sustainable relationship?** London; New York: Routledge, 1995.

INSTITUTO CHICO MENDES. Plano de Manejo Parque Nacional do Descobrimento. 2014. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_descobrimento_pm_v1.pdf. Acesso em: 27 fev. 2016.

KRANEN, Márcia Endler. **Portais: setor de energia elétrica – portal da ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Disponível em: http://genesis.nce.ufrj.br/dataware/Tebdpos2001_3/Trabalhos/Portais/TRAB-PORTAL-MarciaKranen.pdf. Acesso em: 12 jan 2016.

KORTE, George B. GIS Book: **How to implement, manage, and assess the value of geographic information systems**. 5. ed. New York: Thomson Learning, 2001.

WOOD, Robert E. "**Ethnic tourism, the state, and cultural change in southeast Asia**". **Annals of Tourism Research**. Vol. 11, 1984.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 1991.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade: 1973.115p.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje**. 1. ed. Brasília: MEC/SECAD MUSEU NACIONAL/UFRJ, 2006. v. 1. 232p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Almiros M. De **Direito indigenista a Direitos indígenas: desdobramento da arte do enfrentamento**. Dissertação (Mestrado em Direito). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

MAURO, V. F. **Territorialidade e processos de territorialização indígena no Brasil**. In: IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes tradicionais e formação acadêmica, 2011, Campo Grande. anais do IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes tradicionais e formação acadêmica, 2011. p. 176-176.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. **Os “usos culturais da cultura”**: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo et al. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MPF/MS, Assessoria de Comunicação do. **MPF denuncia 12 por milícia privada contra índios em MS. 2016**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-denuncia-12-por-milicia-privada-contra-indios-em-ms>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MORIN, Edgar. **Introdução do pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MULHERES INDÍGENAS (Brasil). **Eu sou pelas mulheres**. 2017. Disponível em: <<http://www.mulheresindigenas.org/mulheres/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MURPHY, P.E.; MURPHY, A.E. **Strategic management for tourism communities: bridging the gaps**. Aspects of tourism. Channel View Publications, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde**. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OLIVEIRA, Paulo C. de. **Gestão territorial indígena**. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1999. 272 pp.

OURIQUES, Helton R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: editora Alínea, 2005.

PATAXÓ TURISMO. Reserva Pataxó da Aldeia Velha. Disponível em: <http://www.pataxoturismo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=92:reserva-pataxo-da-aldeia-velha&catid=38:alternativos&Itemid=76>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PIMENTEL, Álamo Gonçalves; GALEFFI, Dante; MACÊDO, Roberto Sidnei. **UM RIGOR OUTRO: a questão da qualidade na pesquisa qualitativa - Educação e Ciências Humanas**. Bahia: EDUFBA, 2009.

PIMENTEL, Álamo Gonçalves. **UM RIGOR OUTRO: a questão da qualidade na pesquisa qualitativa - Educação e Ciências Humanas**. Bahia: EDUFBA, 2009.

PORTOCARRERO, José Afonso B. **Tecnologia indígena em Mato Grosso: Habitação**. Cuiabá: Sebrae/Entrelinhas, 2010.

POVOS INDÍGENAS BRASIL - SOCIOAMBIENTAL (Brasil). **Demarcações nos últimos seis governos**. 2016. Disponível em:

<<https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos>>.

Acesso em: 03 mar. 2016.

RADIO INDÍGENA YANDE (Brasil). **A explosão do genocídio indígena no Brasil**. 2016. Disponível em:

<http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=602>. Acesso em: 06 mar. 2017.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados: A aventura dos descobrimentos**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo/SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

Racault, J.-M. (1986). **Le territoire: études sur l'espace humain, littérature, histoire, civilisation. Cahiers du centre de recherches littéraires et historiques**. Sorbonne, (3), p. 5-6.

REID, S.; RUHANEN, L., DAVIDSON, M. Legal basis for state and territory tourism planning. National Library of Australia, 2010.

ROSSI, Marina. **Dois líderes indígenas da Bahia e um do Maranhão são assassinados**. 2015. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/08/politica/1431122062_833703.html>.

Acesso em: 10 dez. 2016.

SANTILLI, Márcio. **Natureza e situação da demarcação das terras indígenas no Brasil**. In: KASBURG, Carola; GRAMKOW, Márcia. (Orgs.). Demarcando Terras Indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI; PPTAL; GTZ, 1999.

SANTOS, Milton. et al. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade**. São Paulo: Cortez: 2004. 89p.

TRIGO, Luiz G. G. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (Bahia). EMB - Estatísticas dos Municípios Baianos. 2012. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=76&Itemid=110. Acesso em: 15/02/2016

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Cristhian. Teófilo. **Identificação étnica, territorialização e fronteiras**: a perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. Revista de Estudos e Pesquisas. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v.2, n.1, 2005. p.113-140.

SMITH, T. **Welfare, enterprise, and aboriginal community**: the case of the western australian kimberley region. Australian Economic History Review. v. 46, n. 3, 2006.

SWARBROOKE, J. (2000). **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Vol.1. Tradução de Sustainable tourism management. Oxon: CABI. São Paulo: Aleph, 2000.

SWAIN, Margaret Byrne. "**Gender roles in indigenous tourism: Kuna Mola, Kuna Yala an cultural survival**". In: SMITH, V. (Org.). Hosts and guests: the anthropology of tourism, 1989.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewArticle/5252>> Acesso em: 03 de jul. 2015.

TUAN., Y. F. (1983). **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel.

UNIC, Centro de Informação das Nações Unidas -. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

URRY, John. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens na sociedade contemporânea. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

XAVIER, Adriana C. **O Papel Social do Turismo**. In: Caderno Virtual de Turismo. Instituto Virtual de Turismo. Vol. 6. Nº1. Rio de Janeiro, mar. 2006. p. 9-15. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acessado em: 10/06/2006.

WERNECK, Keka (Ed.). **Internet chega à maioria das aldeias indígenas de MT**. 2014. Portal Terra. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/internet-chega-a-maioria-das-aldeias-indigenas-de-mt,754ddc592def7410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para escolha do nome do portal.

Um novo site contendo o registro das memórias do povo pataxó de Porto Seguro será criado, para isso contamos com sua colaboração na escolha do nome do site.

Escolha uma opção dentre as listadas abaixo, ou caso nenhum das opções lhe agrade defina uma na opção discursiva.

*Obrigatório

1. Qual o melhor nome para o portal das memórias do povo pataxó de Porto Seguro?

*

Marcar apenas uma oval.

- www.geoindigena.com.br
- www.geopataxo.com.br
- www.povopataxo.com.br
- www.portalpataxo.com.br
- www.pataxonodescobrimento.com.br
- www.indigenapataxo.com.br
- Outro: _____

APÊNDICE B – Roteiro para levantamento de dados que serão utilizados para alimentar o portal pataxó.



Roteiro para levantamento de dados que serão utilizados para alimentar o portal pataxó. Cada um destes itens alimentará uma página do portal, contendo texto e imagens de boa qualidade. Conto com o apoio de vocês para coletarmos o a maior número de informações e deixarmos o portal bem completo.

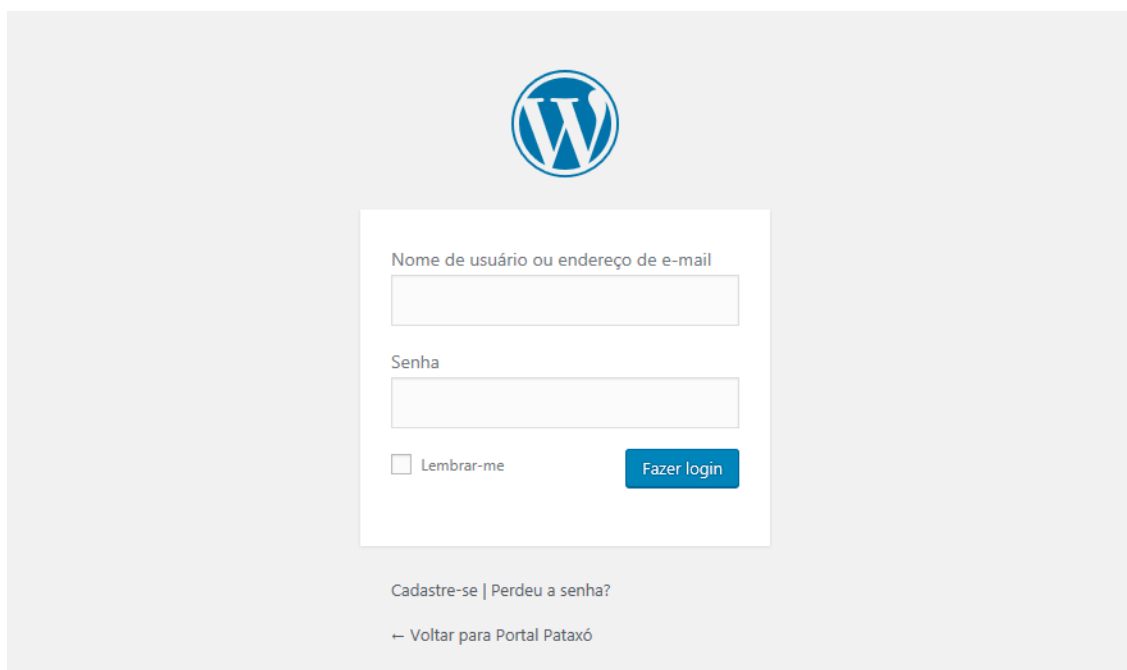
1. História da Aldeia
2. Dados demográficos (quantidade de indígenas, quantidade de famílias, tamanho da área, área de reserva, localização)
3. Diferencial da Aldeia (Cultural, Turístico)
4. Quem são as lideranças da aldeia?
5. Como funcionam as escolas?
6. Qual é o dia-a-dia da aldeia?
7. Como é o esporte na Aldeia?
8. Como são as Festividades? (Calendário) Detalhamento de cada festividade.
9. Medicina tradicional
10. Comidas e bebidas
11. Artesanatos
12. Jogos e brincadeiras
13. Rituais
14. Cantos
15. Danças
16. Pinturas pataxó
17. Formas de habitação
18. Pesca
19. Histórias e narrativas pataxó
20. Celebrações.

APÊNDICE C – Roteiro 2 - Complementar para entrevista

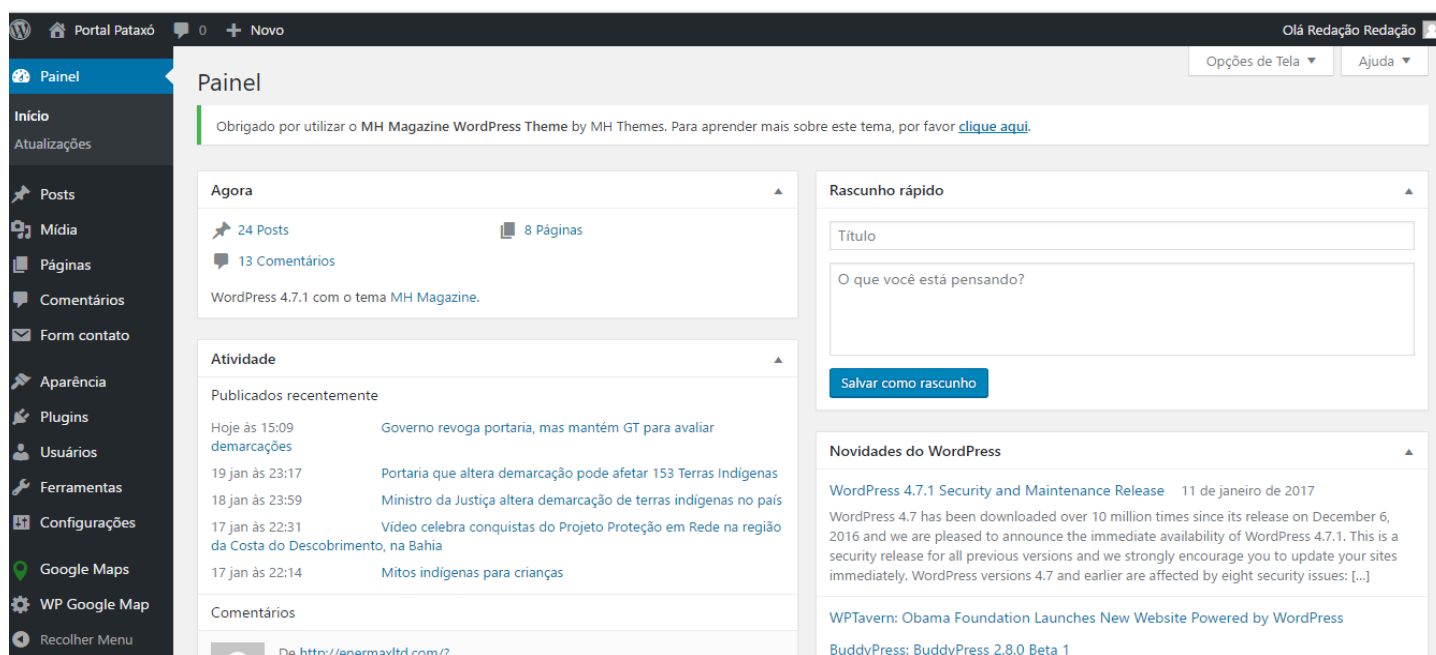
1. Idade:
2. Função:
3. Sexo:
4. Você acredita que o indígena está perdendo sua identidade com o passar do tempo pelo contato com a sociedade não-indígena?
5. Considera importante resguardar as memórias dos povos indígenas em meios digitais?
6. Com o avanço da urbanização e a pressão dos grandes fazendeiros por terras. Como fica atualmente a relação do seu povo com a terra? O que de fato ela representa para os indígenas?
7. Como você enxerga a transformação dos indígenas antes e depois da invasão do Brasil pelos colonizadores europeus?
8. Como você enxerga a educação diferenciada indígena que é garantida pela constituição federal de 1988?
9. Sabe-se que existe um grande preconceito contra povos indígenas no Brasil. Você acredita que a LEI Nº 11.645 que obriga o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em escolas privadas e públicas de ensino fundamental e médio, pode ajudar a quebrar com esse paradigma?
10. Qual a importância do turismo para a sua comunidade? Acredita que ele é prejudicial a sua cultura? Vocês têm se capacitado para o turismo?

APÊNDICE D - Tutorial de publicação de Artigo

1. Acessar o endereço <http://portalpataxo.com.br/wp-admin>
2. Aparecerá a página de cadastro e login. Caso já seja cadastrado insira suas credenciais, se não for cadastrado clique em “Cadastre-se” e preencha o formulário de cadastro, que seu perfil será analisado e autorizado.



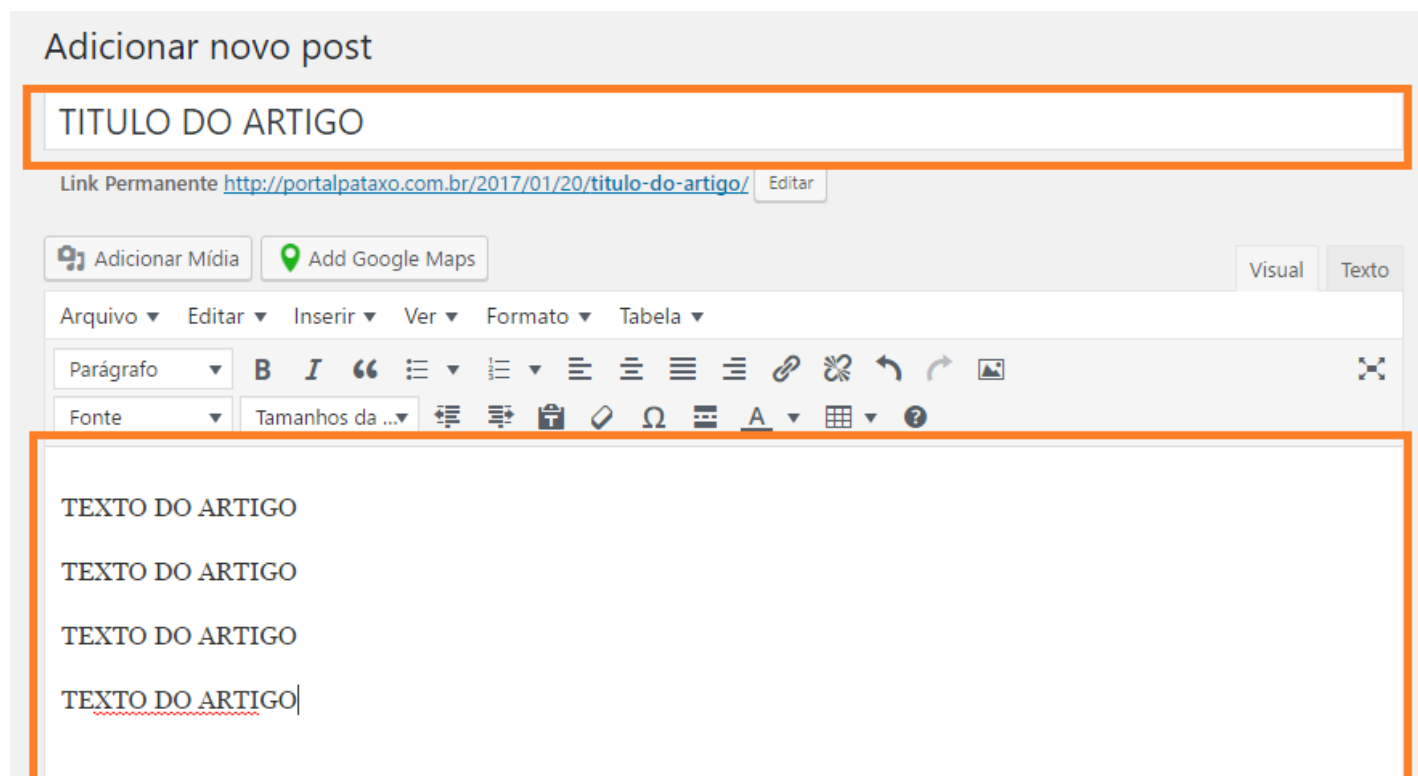
3. Depois do login efetuado, o painel de controle aparecer



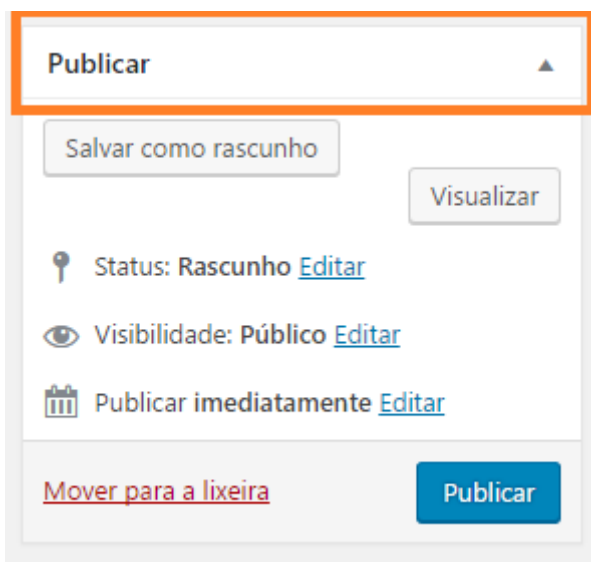
4. Para inserir um novo artigo clique no menu superior em “+ NOVO” > “POST”



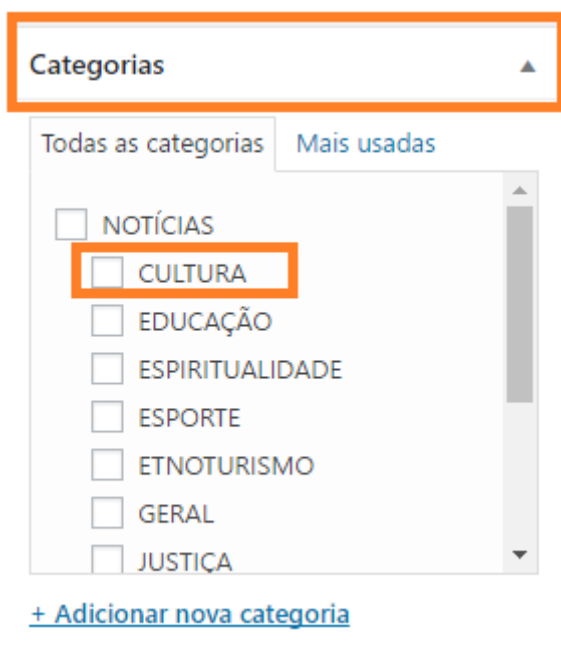
5. Na tela seguinte aparece o formulário de artigo. Preencha o campo de “TÍTULO DO ARTIGO” e o campo abaixo para o texto do artigo.



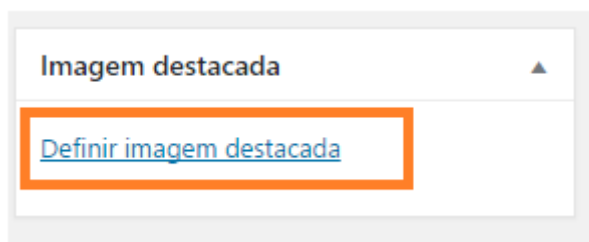
6. Na barra lateral configure o item “PUBLICAR”, essa tela permite salvar o rascunho do artigo, de forma que ele só aparecerá quando for clicado no botão publicar.



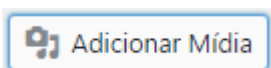
7. Abaixo da tela de publicação clique é necessário configurar as categorias do artigo, esse passo é extremamente importante para o artigo, pois ele define o local destaque que o artigo vai aparecer. Escolha uma ou mais categorias “Ex. Cultura, resistência, etnoturismo etc.



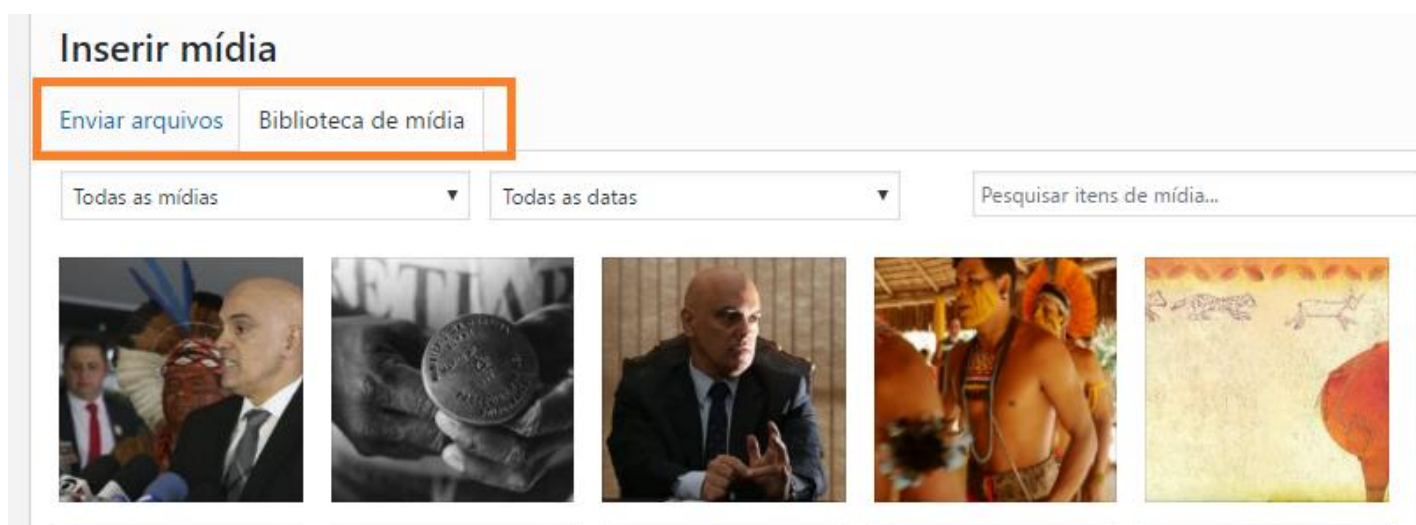
8. Por último e ainda na barra lateral direita é necessário escolher a imagem que será destaque no artigo, esse passo é também muito importante, pois a imagem que for inserida nesse link aparecerá na tela inicial do portal.



9. Para adicionar conteúdo multimídia no artigo é necessário clicar no botão



. Ao clicar nesse botão a ferramenta de inserção de multimídia será aberta, escolha se arquivo multimídia será exportado da galeria, ou será enviado do computador. Depois clique em “Inserir no Post”.



10. O último passo é clicar no botão publicar, que fica do lado direito da tela.

